

mercado de trabalho

conjuntura e análise

ANO 16 | FEVEREIRO 2011 |

46

MTE MINISTÉRIO DO
TRABALHO E EMPREGO

ipea 46
anos

mercado de trabalho

conjuntura e análise

| fevereiro 2011 |

46

MTE MINISTÉRIO DO
TRABALHO E EMPREGO

ipea 46
anos

Governo Federal

Ministério do Trabalho e Emprego

Ministro – Carlos Roberto Lupi

Secretário Executivo – Paulo Roberto dos Santos Pinto

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**

Ministro – Wellington Moreira Franco

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Fernando Ferreira

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Mário Lisboa Theodoro

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

José Celso Pereira Cardoso Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

João Sicsú

Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

mercado de trabalho conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável

Lauro Ramos

Membros

Carlos Henrique Leite Corseuil

Luiz Eduardo Ruckert Parreiras

Roberto Henrique Sieczkowski Gonzalez

Equipe de Apoio

Hugo Homem Macedo

Jonas de Oliveira Bertucci

Katcha Poloponsky

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ipea ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

AGRADECIMENTOS

Ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao IBGE, à Fundação Seade e ao Dieese por cederem os dados necessários à elaboração desta edição.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO	7
NOTAS TÉCNICAS	17
SETOR DE PRODUÇÃO E TIPO DE EMPREGO NO BRASIL SOB A ÓTICA DO SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS – 2000/2007	19
João Hallak Neto Katia Namir Luciene Kozovits	
UMA DEFINIÇÃO ALTERNATIVA PARA OCUPAÇÃO INFORMAL	29
Carlos Henrique L. Corseuil Maurício C. Reis	
EFEITOS DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA NA OFERTA DE TRABALHO	37
Clarissa Gondim Teixeira	
ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLITICAS PÚBLICAS	45
INTRODUÇÃO	47
REAÇÕES À VIOLÊNCIA – NOTAS DE PESQUISA	49
Leilah Landim	
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO E SEGURANÇA PÚBLICA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: ESTRATÉGIAS PARA A AÇÃO	57
Marcelo Henrique da Costa Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho	
ANEXO ESTATÍSTICO	63

APRESENTAÇÃO

Este número do boletim busca apresentar um panorama geral do funcionamento do mercado de trabalho metropolitano em 2010, comparando a evolução dos principais indicadores com o observado nos anos imediatamente anteriores. O mercado de trabalho terminou o ano anterior com resultados muito bons, com destaque para a taxa de desemprego e informalidade, que alcançaram os seus patamares mais baixos desde a implementação da versão atual da Pesquisa Mensal do Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME/IBGE). O nível de ocupação, emprego formal, rendimentos reais e a massa de rendimentos também apresentaram evoluções bastante favoráveis, confirmando o bom desempenho do mercado de trabalho.

Os dados recém-divulgados da PME para os primeiros dois meses de 2011 confirmam esse bom desempenho. Apesar de serem meses nos quais fatores sazonais tendem a piorar os indicadores de ocupação, experimentou-se um aumento relativamente suave do desemprego e uma inesperada subida no nível de ocupação já em fevereiro.

Adicionalmente, esta edição contém três notas técnicas. A primeira delas, assinada por João Hallak Neto, Katia Namir e Luciene Kozovits, do IBGE, apresenta resultados baseados na nova série do Sistema de Contas Nacionais (SCN) referentes à geração de valor adicionado e ao número de ocupações por setor de produção e tipo de emprego para o Brasil, especialmente para o setor informal, entre os anos de 2000 e 2007.

A segunda nota, de Carlos Henrique L. Corseuil e Maurício C. Reis, aborda a ocupação informal, buscando utilizar um critério mais rigoroso para a inclusão ou exclusão de autônomos e empregadores entre os informais. Para refinar a definição de ocupação informal, utiliza-se a informação sobre inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), incluída pela primeira vez na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD/IBGE), em sua versão referente ao ano 2009.

A terceira e última nota, de Clarissa Teixeira, do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (CIP-CI), tem como objetivo desagregar a avaliação do impacto do Programa Bolsa Família (PBF) na oferta de trabalho por tipo de ocupação e valor da transferência. A autora permitiu-se a uma investigação mais detalhada da relação causal entre programas de transferência de renda e oferta de trabalho. O foco do estudo são indivíduos adultos cuja função de produção domiciliar, assim como a inserção no mercado de trabalho, difere segundo o gênero.

Neste número, a seção *Economia Solidária e Políticas Públicas* traz dois textos sobre tema pouco usual nas discussões sobre o mercado de trabalho: a prevenção da violência. O tema foi motivado pelo início da execução de um acordo de cooperação técnica entre o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria Nacional de Economia Solidária, e o Ministério da Justiça, no contexto do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que define ações de economia solidária como forma de prevenir a violência e a criminalidade.

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

Esta análise tem como objetivo a apresentação de um panorama do mercado de trabalho brasileiro em 2010 com base nos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O foco da análise será o comportamento dos principais indicadores do mercado de trabalho ao longo do ano, à luz dos resultados dos anos anteriores, em particular os de 2009.

A fim de balizar os resultados sobre o desempenho do mercado de trabalho, será feita uma breve descrição do ambiente macroeconômico em 2010.¹ O último resultado disponível para o produto interno bruto (PIB) referente ao terceiro trimestre de 2010 mostra um aumento de 6,7% frente ao mesmo período do ano de 2009, inferior ao registrado no segundo trimestre (9,2%) na mesma base de comparação, o que indica uma desaceleração nos últimos meses. Indicadores indiretos do nível de atividade – tais como vendas no varejo e produção industrial – denotam que o nível de atividade continua a se expandir, porém em patamares menores no terceiro trimestre. O ritmo de expansão também marcou a evolução do nível de preços. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2010 com taxa acumulada de 5,91%, que representa a maior inflação anual desde 2004, quando foi marcada variação de 7,6%.² Em relação ao comportamento ao longo do ano, este índice mostra sinais de aceleração no fim do ano, registrando uma taxa de 0,86% em novembro.

Ao analisar os dados referentes ao mercado de trabalho metropolitano brasileiro em 2010, é possível visualizar o bom desempenho da economia na geração de novos postos e na melhoria das condições de trabalho. Nos dados divulgados para 2010, pode-se destacar a diminuição da taxa de desemprego e da informalidade, as quais registraram em dezembro seus menores valores desde a implementação da metodologia atual da PME em 2002, 5,3% e 36,2%, respectivamente.³ Deve ser ressaltado que a combinação entre desemprego e informalidade em baixa não tem sido muito frequente nas últimas três décadas. Talvez os resultados mais próximos tenham sido alcançados na década de 1980, quando o ambiente inflacionário criava um mecanismo de ajuste via salário real, contribuindo para manter a taxa de desemprego em níveis baixos.⁴ Pode-se destacar também o aumento do ritmo de crescimento da ocupação e dos rendimentos reais em comparação com 2009.

TAXA DE ATIVIDADE

O gráfico 1 ilustra a evolução da taxa de atividade⁵ ao longo dos anos de 2007 a 2010. Observa-se que, em 2010, o valor deste indicador oscilou em torno dos 57,1%, índice

1. Todos os números que fundamentaram esse panorama macroeconômico estão disponíveis na sinopse macroeconômica do Ipeadata. Ver: <www.ipeadata.gov.br>.

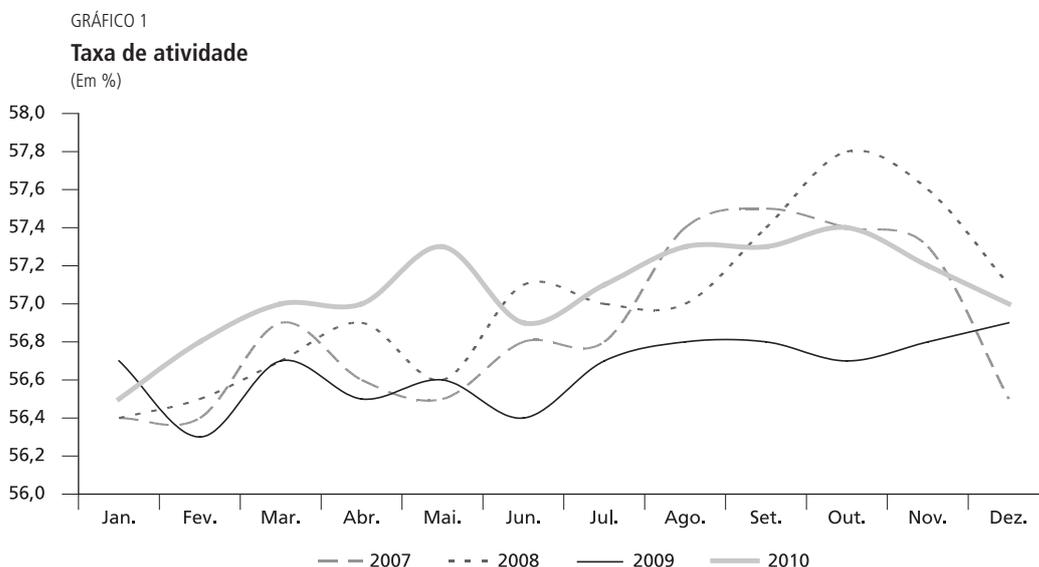
2. Em 2009, a inflação do ano foi de 4,31%.

3. A título de ilustração, as maiores taxas de desemprego aberto e de informalidade registradas foram as de abril de 2004, respectivamente 13,1 e 44,1%.

4. Ainda assim, note-se que a mensuração da taxa de desemprego na PME era baseada numa metodologia distinta da atual – a definição de desemprego e o fluxo do questionário levavam a resultados inferiores para esta taxa.

5. Taxa de atividade ou taxa de participação é a porcentagem de pessoas economicamente ativas (PEA) em relação às pessoas em idade ativa (PIA).

superior à média registrada em 2009 (56,7%). Cabe destacar que a grande volatilidade desta taxa nos meses de 2010 segue a mesma tendência dos anos de 2007 e 2008, confirmando o padrão de queda nos últimos meses após uma tendência de alta nos três primeiros trimestres. Em linhas gerais, não houve uma diminuição desta taxa, o que indica que a queda do desemprego não se deve a uma retração da oferta de trabalho.



Para entender melhor a evolução dessa taxa entre 2009 e 2010, é interessante desagregá-la segundo características da força de trabalho, com o intuito de identificar algum grupo cuja influência sobre a evolução da taxa agregada tenha sobressaído.⁶ Na repartição por sexo, não é possível identificar tal grupo, uma vez que tanto os homens quanto as mulheres apresentaram aumentos de magnitude semelhante (0,5 e 0,4 p.p., respectivamente). Na desagregação por idade, indivíduos com mais de 18 anos passam a participar mais da força de trabalho, com destaque para a faixa de 25 a 49 anos e a de 50 anos ou mais (0,8 e 0,6 p.p., respectivamente). Na composição por escolaridade, o único grupo que apresentou aumento de participação foi a faixa de 11 anos ou mais de estudo, enquanto o grupo com instrução inferior ao ensino fundamental foi o mais atingido por uma redução no indicador (-0,6 p.p.).

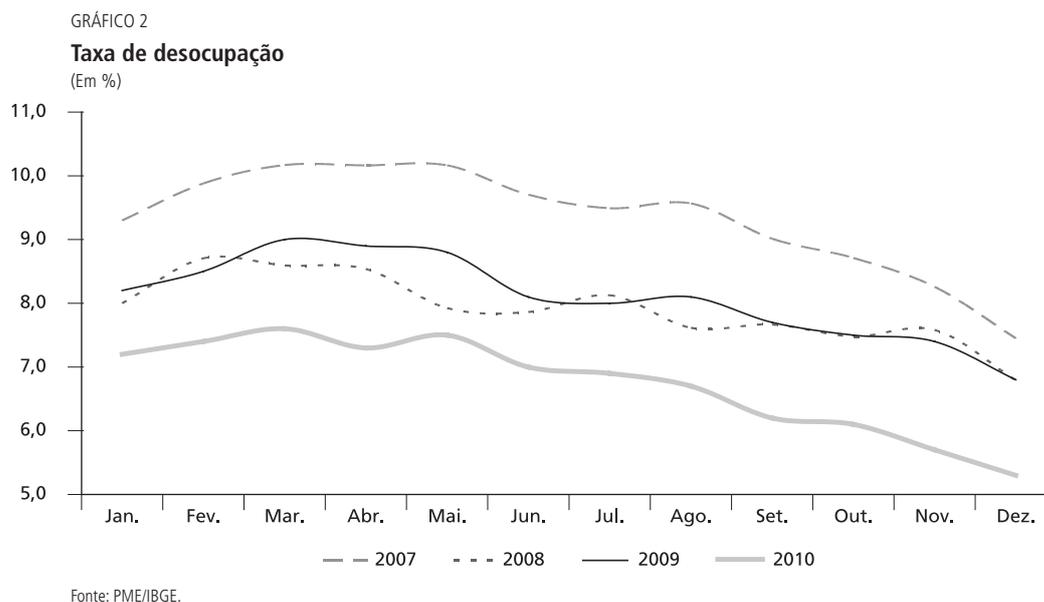
TAXA DE DESEMPREGO

A taxa de desemprego foi o principal destaque entre os indicadores de 2010, tanto por ter fechado o ano em 5,3%, que vem a ser o seu menor patamar desde a implementação da metodologia atual da PME em 2002, quanto por apresentar a menor média (6,7%) no mesmo período. O valor médio da taxa de desemprego para 2010 é 1,4 ponto percentual (p.p.) menor que o valor médio de 2009 (8,1%). O gráfico 2 mostra que houve um aumento do ritmo da queda do desemprego ao longo de 2010, sobretudo no segundo semestre, atingindo no período de outubro a dezembro a maior variação trimestral do ano (-0,8 p.p.). Pode-se creditar esta queda do desemprego ao bom desempenho do nível de ocupação.

Entre as regiões metropolitanas cobertas pela PME, todas apresentaram taxas médias de desemprego menores em 2010 que em 2009, com destaque para São Paulo, que registrou

6. Os dados estão disponíveis no anexo.

a maior queda (-2,2 p.p.), seguido de Recife (-1,2 p.p.). Salvador foi a região que registrou a menor variação: -0,4 p.p.⁷



A taxa de desemprego aberto apresentada pela Pesquisa de Emprego e Desemprego, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (PED/Dieese), confirma as conclusões tiradas com base nos dados da pesquisa do IBGE. Na PED, a taxa de desemprego também fecha dezembro com o menor nível dos últimos anos (7,2%), e a média de 2010 (8,6%) é a menor entre as computadas no passado recente. Por fim, no aspecto regional a PED também registra taxas de desemprego médias de 2010 menores que em 2009 em todas as regiões metropolitanas pesquisadas.⁸

OCUPAÇÃO E INFORMALIDADE

A população ocupada correspondeu a aproximadamente 22,4 milhões de indivíduos em dezembro de 2010. Ao analisar a sua trajetória ao longo do ano, ilustrada no gráfico 3, observa-se que o nível de ocupação cresceu, em média, 3,5 % em relação a 2009. Tal fato corresponde à geração de 743 mil novos postos de trabalho em 2010.

Direcionando-se a análise aos dados regionais, pode-se dizer que todas as regiões metropolitanas (RMs) tiveram variações positivas, ao se comparar o desempenho médio do nível de ocupação de 2010 com valores médios de 2009. A RM que mais se destacou foi Recife, que cresceu 7,5%, seguida de Belo Horizonte e Salvador, que obtiveram os respectivos crescimentos de 4,5% e 4,1%.⁹

7. Com relação às demais regiões, Porto Alegre registra uma queda da taxa média de 1,1 p.p.; Belo Horizonte, de 1,0 p.p.; e Rio de Janeiro, de 0,5 p.p.

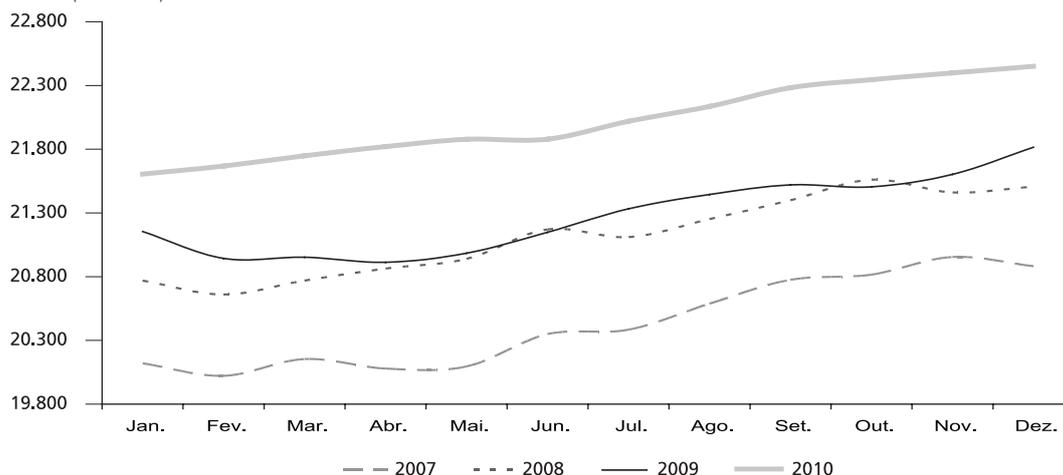
8. Ver o anexo estatístico.

9. Crescimento das demais RMs pesquisadas entre o ano de 2008 e 2010: Porto Alegre, 3,6%; Rio de Janeiro, 2,9%; e São Paulo, 2,8%.

GRÁFICO 3

Número médio de ocupados

(Em milhares)



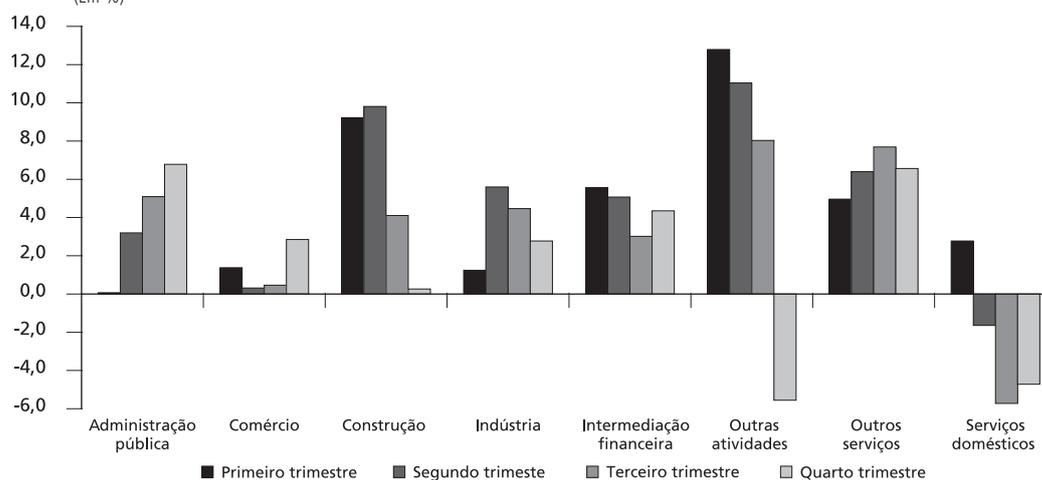
Fonte: PME/IBGE.

A análise do nível de ocupação possibilita uma desagregação dos dados de acordo com algumas características de postos de trabalho, tais como setor de atividade e posição na ocupação. Quando se trata do aspecto setorial da população ocupada, os resultados apontam para um desempenho favorável na comparação entre 2010 e 2009, com destaque para os grupos denominados outros serviços¹⁰ (6,4%), outras atividades¹¹ (6,1%) e construção (5,7%). O único setor a apresentar uma piora foi o de serviços domésticos (-2,4%).¹² O gráfico 4 permite vislumbrar tais variações na comparação trimestre a trimestre de 2010 com 2009. Analisando-se os dados ao longo de 2010, vale destacar que a indústria, que havia registrado uma piora ao longo do terceiro trimestre de 2010, obteve um crescimento de 0,9% no último trimestre do ano.

GRÁFICO 4

Varição do nível de ocupação por setor de atividade (2010)

(Em %)



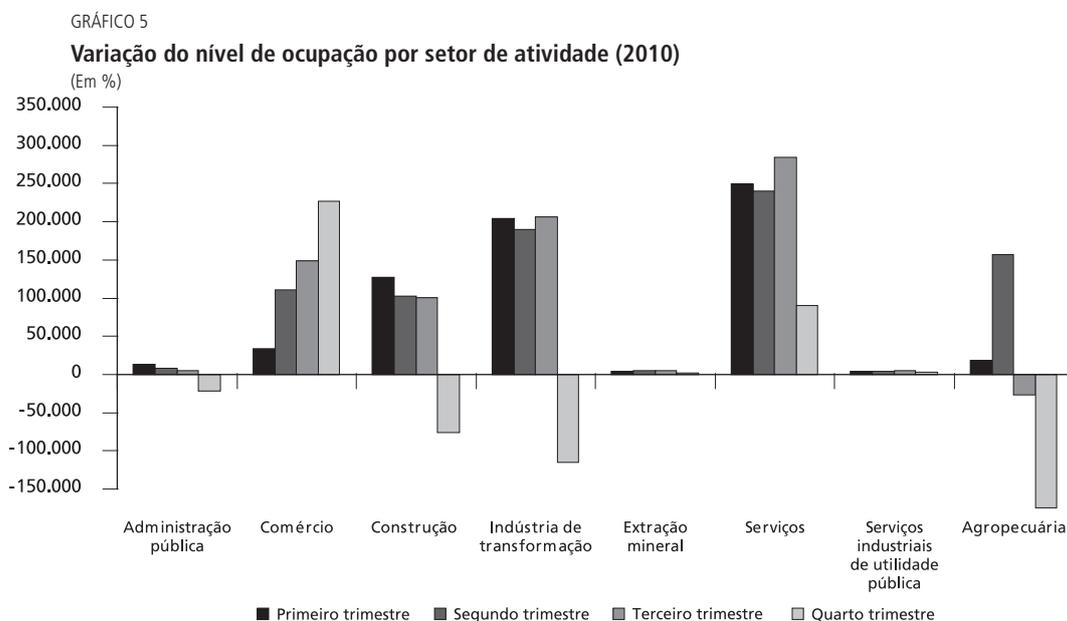
Fonte: PME/IBGE.

10. Esse agrupamento abrange as atividades de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

11. Essa categoria abrange as atividades de agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; e atividades mal especificadas.

12. Complementam o quadro: intermediação financeira (4,5%), administração pública (3,8%), indústria (3,5%) e comércio (1,3%).

Com relação ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cabe dizer que os dados apresentaram impressões um pouco distintas das verificadas com base na PME. É importante frisar as diferenças de cobertura destas duas fontes de informação. No gráfico 5, a análise trimestral da variação por setor de atividade mostra divergências consideráveis sobretudo para o setor de construção e da indústria. Enquanto nestes dois setores o CAGED registra uma piora considerável no quarto trimestre, na PME não se verificam tais movimentos.



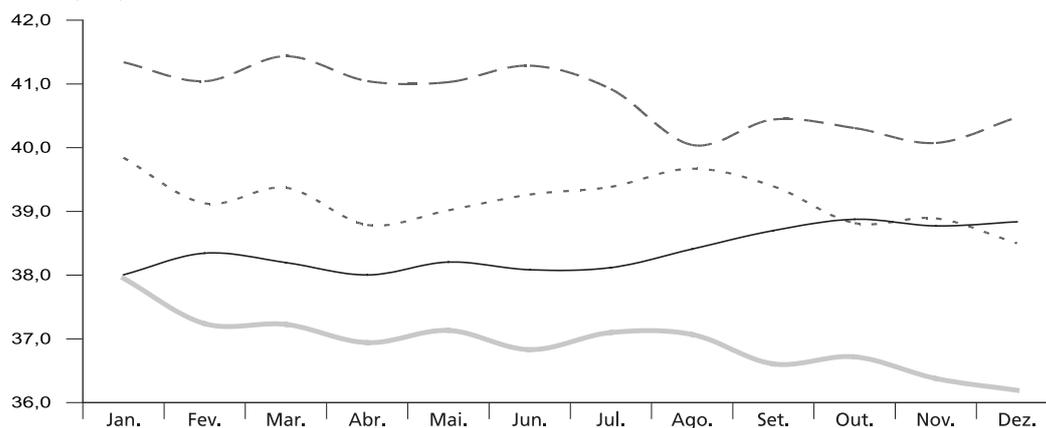
No âmbito da distribuição da população ocupada por posição na ocupação, é possível dizer que a população empregada com carteira de trabalho assinada teve um crescimento de 6,8% em 2010 com relação a 2009, o que equivale, em valores absolutos, a aproximadamente 720 mil novos contratos com carteira assinada. Os empregadores e os militares e estatutários tiveram um acréscimo de 2,5% e 2,1% respectivamente. Os decréscimos ficaram a cargo dos empregados sem carteira de trabalho assinada (1,7%). É importante frisar ainda que, embora pouco representativos no universo da população ocupada, os não remunerados apresentaram uma queda de 13,3% em relação ao ano anterior.

O contraste entre os resultados dos grupos de empregados com e sem carteira no fim do ano moldam a evolução do grau de informalidade. No mês de dezembro este indicador chegou a 36,2%, o menor valor já registrado. Em relação aos anos anteriores, o gráfico 6 permite dizer que o nível de informalidade médio da população ocupada ficou em 36,9%, o que representa uma queda de 1,4 p.p. em relação a 2009. É possível notar que a informalidade vem caindo continuamente. Para se ter uma ideia da magnitude deste movimento, se se compararem as médias trimestrais entre 2010 e 2009 pode-se notar que a variação no primeiro trimestre foi de 0,7%, enquanto no quarto trimestre a variação foi de 2,4%.

GRÁFICO 6

Evolução do grau de informalidade

(Em %)



Fonte: PME/IBGE.

RENDIMENTO E MASSA SALARIAL

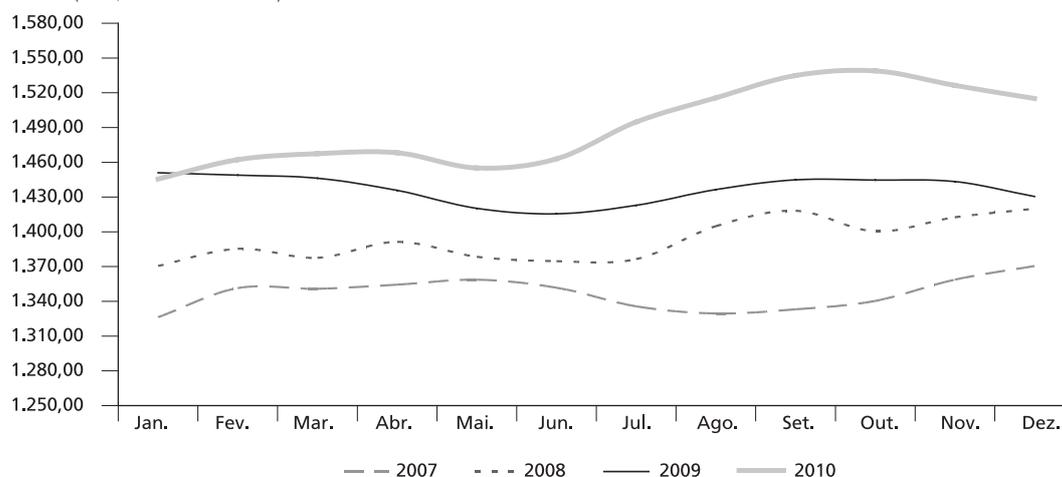
No ano de 2010, o rendimento médio real habitualmente recebido nas seis RMs analisadas na PME ficou em torno de R\$ 1.490,6 em valores de dezembro de 2010. A evolução mensal deste indicador nos últimos anos pode ser observada no gráfico 7. Nele, constata-se que o rendimento encontra-se em patamares superiores aos anos anteriores, apresentando um ganho de 3,8% em relação à média de 2009 e alcançando em outubro o seu maior valor desde o início da pesquisa em 2002, R\$ 1.538,9. Vale destacar que nos dois últimos meses o rendimento real habitual sofreu uma queda que pode ser atribuída ao aumento da inflação no final do ano, uma vez que o IPCA registrou alta de 0,86% em novembro de 2010.

No plano regional, todas as RMs analisadas registraram aumento nos rendimentos reais médios, com destaque para Recife e Rio de Janeiro, que apresentaram variações de 12,1 e 7,0 p.p., respectivamente. São Paulo foi a região que menos apresentou crescimento: 0,4 p.p.

GRÁFICO 7

Rendimento real habitualmente recebido

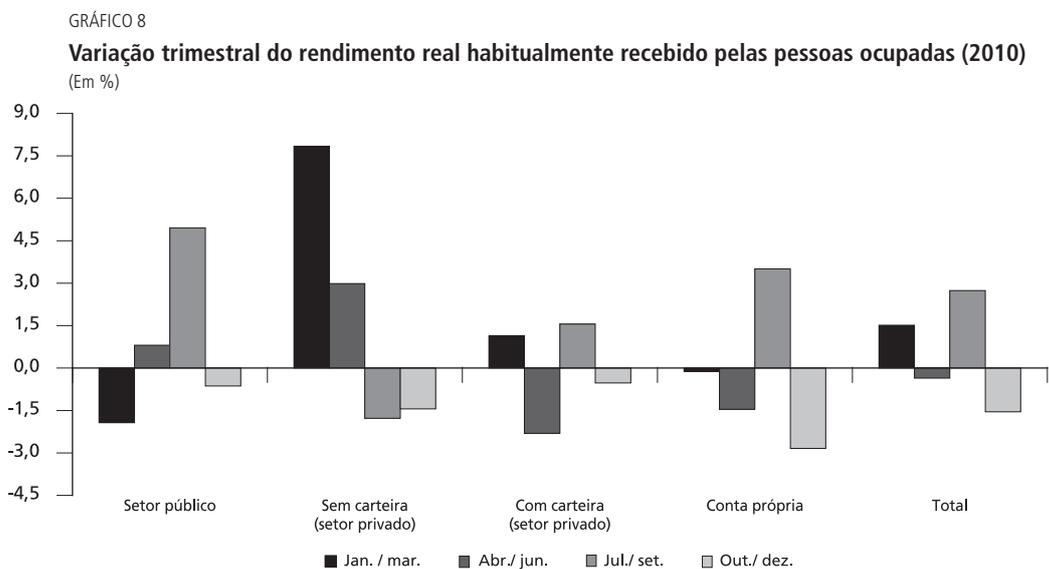
(Em R\$ de dezembro de 2010)



Fonte: PME/IBGE.

A elevação dos rendimentos no âmbito de um ano foi registrada para todos os grupos por posição na ocupação. Vale notar que entre 2009 e 2010 os rendimentos dos trabalhadores do setor público cresceram 4,0%, e o dos trabalhadores do setor privado e por conta própria, 3,3%. A desagregação dos rendimentos entre os assalariados do setor privado mostra que os trabalhadores sem carteira assinada tiveram um aumento de 10%, bem superior à variação de 1,5% dos empregados com carteira assinada.

No gráfico 8, verifica-se o comportamento da variação trimestral dos rendimentos em cada posição na ocupação ao longo de 2010. Nota-se que todos os segmentos de trabalhadores tiveram uma piora no último trimestre, com destaque para os trabalhadores por conta própria, que apresentaram uma redução de 2,8%. No terceiro trimestre, estes tinham se destacado com um aumento de 3,4% dos rendimentos. Pode-se observar também que o bom desempenho alcançado na média de 2010 para o segmento sem carteira está concentrado no primeiro trimestre.

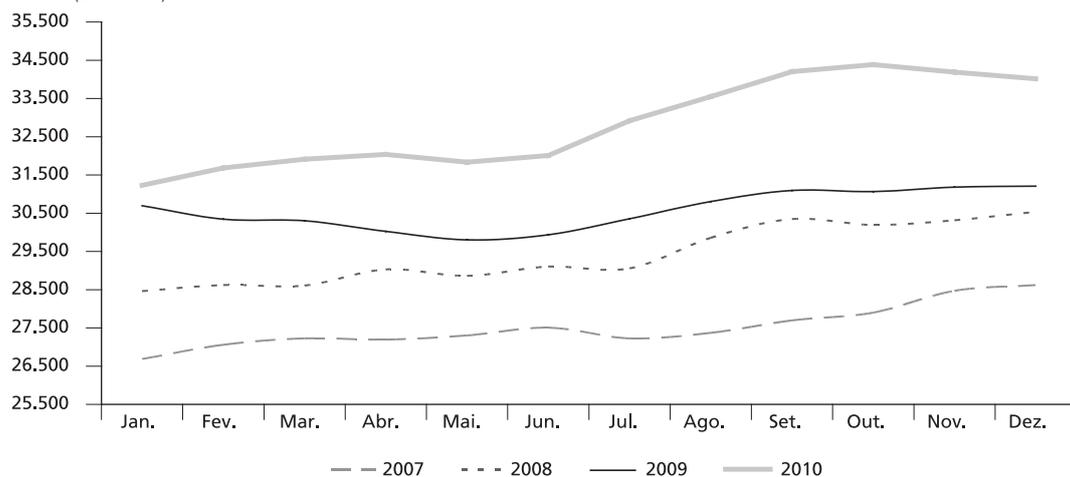


A combinação dessa tendência de aumento no rendimento médio com o bom desempenho reportado para o nível de ocupação se reflete na massa salarial. O gráfico 9 mostra a evolução mensal deste indicador para os últimos anos. A variação da média anual da massa salarial, entre 2009 e 2010, foi de 7,4%. Nota-se, ainda, a expressiva elevação da massa salarial no segundo semestre de 2010 com relação ao ano anterior, registrando-se no segundo semestre um aumento de 9,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Dessa forma o mercado de trabalho realimentou positivamente o desempenho da economia via crescimento do consumo das famílias.

GRÁFICO 9

Massa salarial

(Em milhares)



Fonte: PME/IBGE.

Os indicadores analisados apontam um ótimo desempenho do mercado de trabalho brasileiro em 2010. A desejada manutenção desta trajetória para 2011 dependerá da resultante de, entre outras, duas forças que atuam em direções opostas. De um lado o governo federal sinaliza uma continuação da sua estratégia de fortalecimento do mercado interno via inclusão de novos consumidores provenientes de classes sociais menos abastadas. No outro lado, o próprio governo federal sinaliza uma maior austeridade na política fiscal em 2011, que pode contribuir para uma eventual desaceleração da economia, já aparente em alguns indicadores de produção, mas ainda não no mercado de trabalho.

NOTAS TÉCNICAS

SETOR DE PRODUÇÃO E TIPO DE EMPREGO NO BRASIL SOB A ÓTICA DO SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS – 2000/2007

João Hallak Neto

Katia Namir

Luciene Kozovits

UMA DEFINIÇÃO ALTERNATIVA PARA OCUPAÇÃO INFORMAL

Carlos Henrique L. Corseuil

Maurício C. Reis

EFEITOS DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA NA OFERTA DE TRABALHO

Clarissa Gondim Teixeira

SETOR DE PRODUÇÃO E TIPO DE EMPREGO NO BRASIL SOB A ÓTICA DO SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS – 2000/2007*

João Hallak Neto**

Katia Namir***

Luciene Kozovits***

INTRODUÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou, em março de 2007, os resultados da nova série do Sistema de Contas Nacionais (SCN) – Referência 2000. Essencialmente, seu objetivo foi atualizar os dados relativos à economia brasileira, utilizando o novo sistema de informações estatísticas disponível no país com a incorporação de alguns aperfeiçoamentos metodológicos e com a adoção de uma nova classificação de produtos e atividades.¹

Outra consideração a respeito das mudanças incorporadas ao SCN refere-se à atualização de conceitos e definições em conformidade com as últimas recomendações dos organismos internacionais.² A introdução de novas fontes de dados e as alterações metodológicas no SCN do Brasil permitiram o maior detalhamento dos componentes do produto interno bruto (PIB), tanto pela ótica de bens e serviços produzidos pelas atividades econômicas quanto sob o prisma da repartição e distribuição da renda pelos setores institucionais. Desse modo, os avanços obtidos na mensuração do setor institucional *famílias* tornaram possível aperfeiçoar a análise deste segmento como um todo e de suas subdivisões, em particular a do setor informal, graças à identificação e à desagregação das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (ISFLSF) e à transferência da agricultura empresarial e das microempresas para o setor empresarial.

* Esta nota técnica corresponde a uma versão resumida de trabalho apresentado no 38º Congresso da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), realizado em dezembro de 2010.

** Analista do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e doutorando em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

*** Analista da Coordenação de Contas Nacionais do IBGE.

1. A principal alteração em relação à série até então vigente foi a introdução de novas fontes estatísticas, como as pesquisas econômicas e domiciliares do IBGE. Também passaram a integrar a base de dados do sistema as informações anuais de outras instituições, a exemplo das obtidas por intermédio da Secretaria da Receita Federal (SRF) e das agências reguladoras. Este conjunto de informações reforça a qualidade do SCN na medida em que possibilita a existência de marcos estruturais anuais para seus resultados não só no ano base, mas também nos anos correntes.

2. Como exemplos podem ser citados a reclassificação de alguns impostos, a modificação do índice de volume da administração pública, a mudança de âmbito e do índice de volume para o setor financeiro e a contabilização do número de ocupações, em vez de pessoas ocupadas, para a mensuração do fator trabalho. Detalhes sobre as revisões específicas na nova série do SCN encontram-se no relatório metodológico do SCN do Brasil (IBGE, 2008).

O objetivo deste trabalho é apresentar resultados de valor adicionado e emprego por setor de produção no Brasil, destacando o segmento informal. Tal esforço se tornou viável graças às novas possibilidades de análise que se constituíram com a publicação da nova série do SCN. Para a mensuração do setor e do emprego informal são apresentadas preliminarmente as diferenças entre estes conceitos, com a indicação dos principais aspectos metodológicos no âmbito das discussões da Organização Internacional do Trabalho (OIT), incluindo a recém-publicada revisão do manual internacional de contas nacionais, o *System of National Accounts – 2008* (SNA-2008), organizada pelas Nações Unidas em conjunto com outros órgãos internacionais (ONU, 2008). Os resultados apresentados referem-se à geração de valor adicionado e ao número de ocupações por setor de produção e tipo de emprego para o Brasil, entre os anos de 2000 e 2007.

O SETOR INFORMAL E SUA RELAÇÃO COM O EMPREGO INFORMAL

Em 1993, durante a XV Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (CIET), a OIT adotou uma definição internacional de setor informal a partir do funcionamento e da organização das unidades produtivas. A Resolução sobre Estatísticas de Emprego no Setor Informal recomendou que países onde este setor cumprisse um papel importante, como fonte de emprego e renda e como fator de desenvolvimento econômico e social, deveriam estabelecer um sistema de informações de emprego no setor informal (ILO, 2000).³ O aperfeiçoamento destas estatísticas foi considerado estratégico para permitir o desenvolvimento de políticas públicas de maneira mais eficiente para o setor informal.

Além disso, a resolução incorporou no SCN a conceituação do setor informal como parte do setor institucional *famílias* e classificou as unidades produtivas do setor informal em dois componentes, o primeiro compreendendo os empreendimentos informais de pessoas que trabalham por conta própria e o segundo os empreendimentos informais dos empregadores.⁴ Subsequentemente, este documento foi inserido no manual internacional de contas nacionais publicado em 1993, o *System of National Accounts 1993* (SNA-93), no capítulo 4, sobre unidades e setores institucionais. A inclusão da definição de setor informal no SNA-93, segundo Hussmanns (2004), “foi considerada essencial porque tornou possível identificar separadamente o setor informal nas contas nacionais e, portanto, quantificar a contribuição deste setor no produto interno bruto”.

Quanto às questões relacionadas especificamente ao mercado de trabalho, a resolução da OIT de 1993 abordou apenas o emprego no setor informal. A adoção de uma definição para o emprego informal e a inclusão da concepção de economia informal, complementando a resolução de 1993, foram registrados pela OIT na XVII CIET, em 2003. Na oportunidade, consolidou-se a posição de que quando se trata de setor informal parte-se da perspectiva de unidade produtiva, enquanto o emprego informal está associado a postos de trabalho. Também foram apresentadas as modalidades de inserção no trabalho que se constituem em emprego informal: trabalhadores por conta própria e empregadores proprietários de unidades produtivas no setor informal, trabalhadores em ajuda a membro

3. Cabe destacar que a questão do emprego nesta resolução limitou-se à sua alocação no setor produtivo. Assim, o emprego no setor informal refere-se às pessoas que estavam ocupadas em unidades produtivas daquele setor.

4. Tais empreendimentos são unidades produtivas familiares que pertencem a empregadores individuais e são geridas somente por eles ou em associação com outros membros, e que empregam um ou mais trabalhadores de forma contínua. As unidades produtivas familiares, por seu turno, são reconhecidas pelo SCN como unidades distintas das empresas, que se ocupam da produção de bens ou serviços e que não se constituem como entidades jurídicas distintas e independentes dos agregados familiares ou de seus proprietários (ILO, 2000).

do domicílio e assalariados (se a relação de trabalho não está sujeita à legislação trabalhista nacional e à proteção social), membros de cooperativas de produtores informais, e trabalhadores que produzem bens prioritariamente para o próprio uso.

A definição do trabalho informal apresentada pela XVII CIET representou um considerável avanço, na medida em que passou a contemplar como emprego informal todas as modalidades de inserção no trabalho acima descritas, independentemente do tipo de unidade produtiva em que se encontrem, sejam formais, informais ou outras unidades familiares (ILO, 2003). A matriz de emprego apresentada no SNA-2008, reproduzida a seguir, ilustra as possibilidades de emprego, formal ou informal, nos distintos setores de produção.⁵

FIGURA 1
MATRIZ DE EMPREGOS E SETORES – EMPREGO INFORMAL E EMPREGO NO SETOR INFORMAL

Unidades de produção	Ocupações formais	Ocupações informais
Unidades formais	A	B
Unidades informais	C	D
Outras unidades do setor famílias	E	F

Emprego no setor informal: C + D

Emprego informal: B + D + F

Emprego informal fora do setor informal: B + F

Emprego formal fora do setor formal: C + E

Fonte: Elaboração dos autores baseada no Manual de Contas Nacionais (ONU, 2008, p.83).

Deste modo, de acordo com as determinações admitidas na XVII CIET e seguidas pelo SNA-2008, o emprego no setor informal compreenderia as situações representadas nas células C e D, ou seja, na linha correspondente às unidades informais. O emprego informal, por sua vez, estaria presente na célula D e também nas células B e F, sendo que estas representam modalidades de trabalho informal em outras unidades produtivas que não as informais. São exemplos, para este caso, os empregos sem carteira de trabalho assinada nas empresas formais ou o trabalho doméstico remunerado sem o vínculo formal de trabalho, que ocorrem com certa frequência em determinados países.

SETOR E EMPREGO NO SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS DO BRASIL

A metodologia adotada pelo Sistema de Contas Nacionais do Brasil incorpora as recomendações internacionais tanto no que diz respeito ao cálculo dos agregados por setor produtivo quanto ao de emprego. A classificação de setor relaciona-se à forma de organização da unidade de produção, enquanto a abordagem sobre o emprego refere-se à qualificação do vínculo empregatício ou da ocupação do trabalhador.

A obtenção do valor adicionado segundo os setores de produção (formal, informal e de outras unidades familiares) tem como fundamento a classificação do SCN por setor institucional. O SNA-93 (e também o novo SNA-2008) conceitua cada setor institucional como um conjunto de unidades institucionais que possuem objetivos, funções e fontes de recursos semelhantes. Estas, por sua vez, são definidas como unidades capazes de possuir bens e ativos, de contrair responsabilidades e de se envolver em atividades econômicas e

5. Uma versão detalhada da matriz de emprego, com cinco categorias ocupacionais nas colunas, foi originalmente apresentada pela OIT na publicação *Decent Work and the Informal Economy*, de 2002 (ILO, 2002).

operações com outras unidades, por direito próprio. Para fins do SCN, tais unidades são agrupadas e organizadas em cinco grandes setores institucionais: empresas não financeiras, empresas financeiras, ISFLSF, administrações públicas e famílias.

Os quatro primeiros setores institucionais são entidades jurídicas ou sociais específicas cuja existência é reconhecida pela lei. No caso brasileiro, as unidades que compõem estes setores institucionais possuem inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e representam o setor formal da economia. Embora o SNA não utilize a expressão “setor formal”, não é difícil conceber que todas as unidades do setor empresarial, da administração pública e das ISFLSF façam parte deste, conforme menciona a revisão do manual no parágrafo 25.53 (ONU, 2008).

O setor institucional *famílias* abrange as famílias enquanto unidades de consumo e as famílias produtoras.⁶ O setor inclui as unidades produtivas constituídas por trabalhadores por conta própria e por empregadores de empresas mercantis não constituídas em sociedade. A expressão “não constituída em sociedade” realça o fato de que a unidade de produção não é societária como unidade jurídica separada da própria família. O titular tem duplo papel, atuando como empresário responsável pela criação da empresa e como trabalhador, podendo desenvolver qualquer tipo de atividade produtiva: agricultura, indústria extrativa, indústria de transformação, construção, comércio ou produção de outros tipos de serviços (ONU, 2007, parágrafo 4.144). Também contribuem para a produção do setor institucional *famílias* as unidades agrícolas que produzem bens para o autoconsumo, o aluguel imputado aos imóveis residenciais ocupados por seus proprietários, o aluguel efetivo recebido por pessoas físicas e o serviço doméstico remunerado.

O setor informal da economia pode ser entendido como uma subdivisão do setor institucional *famílias* em que são classificadas as unidades produtivas não agrícolas caracterizadas por um baixo nível de organização e por não possuírem uma clara divisão entre trabalho e capital enquanto fatores produtivos, e cuja produção é destinada prioritariamente ao mercado (ONU, 2008).

As demais unidades familiares produtoras – que desenvolvem atividades de agricultura mercantil ou para o próprio consumo, a produção de aluguel efetivo ou imputado, assim como as famílias que empregam trabalhadores domésticos remunerados – complementam o setor institucional *famílias* e serão agrupadas, para fim de resultados neste estudo, em outro subgrupo, denominado “outras unidades familiares”. Estas também são representadas por empreendimentos não constituídos em sociedade, a exemplo do que ocorre no setor informal. Diferenciam-se das unidades do setor informal, no entanto, pelo fato de que a sua produção não agrícola não é voltada prioritariamente ao mercado, mas sim ao uso próprio, ou, no caso do aluguel, a produção é um rendimento predominantemente do capital.

No que se refere ao emprego, o SCN admite o conceito de ocupações ou postos de trabalho, o que, para uma pessoa ativa, consiste em ter um posto de trabalho em uma unidade de produção, ou seja, uma mesma pessoa pode ter mais de uma ocupação, sendo uma das quais considerada principal. Cada emprego ou ocupação no sistema está associado a uma categoria ocupacional ou tipo de inserção no mercado de trabalho.

Ressalta-se que, segundo o SNA 1993, uma pessoa será classificada como ocupada se exercer uma atividade dentro da fronteira de produção. Assim, incluem-se nesta classificação os empregados e os trabalhadores autônomos e excluem-se os desempregados e aqueles

6. Tanto a versão do SNA de 1993 quanto a de 2008 definem família como um pequeno grupo de indivíduos que partilham o mesmo domicílio e reúnem parte, ou a totalidade, do seu rendimento e patrimônio, consumindo coletivamente certos tipos de bens e serviços, principalmente de habitação e alimentação.

indivíduos que não fazem parte da força de trabalho.⁷ A determinação da categoria de empregados pressupõe a existência de um acordo, formal ou não, entre um indivíduo e uma unidade produtiva, que é normalmente voluntário para a prestação de trabalho em contrapartida de uma remuneração por um período definido. Por sua vez, o conceito de trabalhadores autônomos compreende aqueles que são proprietários, individuais ou em conjunto com outros, de empreendimentos não constituídos em sociedade nos quais trabalham. Esta classe de trabalhadores recebe rendimento misto pelo uso de seu capital e de seu trabalho e não remuneração – termo que se aplica exclusivamente aos rendimentos do trabalho. Importa ainda lembrar que os trabalhadores familiares não remunerados, incluindo os que trabalham nas empresas não constituídas em sociedade, exercendo exclusiva ou parcialmente atividades de produção mercantil, são também entendidos como autônomos.

O SCN do Brasil divulga resultados de emprego desagregados em ocupações com vínculo formal e sem vínculo formal. As ocupações com vínculo reúnem os assalariados com carteira de trabalho assinada, os militares, os funcionários públicos estatutários e os empregadores de empresas formais, isto é, das empresas constituídas em sociedade. As ocupações sem vínculo formal incluem os assalariados sem carteira de trabalho assinada e os trabalhadores autônomos. Estes últimos agregam os trabalhadores por conta própria, os empregadores informais e os trabalhadores não remunerados.

RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados do valor adicionado desagregados pelos setores de produção propostos neste estudo — formal, informal e outras unidades familiares, bem como a composição do trabalho no Brasil nos anos recentes.

Os agregados obtidos a partir do SCN têm a vantagem de permitir o cálculo da contribuição do setor informal no valor bruto da produção (VBP) e no valor adicionado bruto (VAB)⁸ relativamente à de outros setores da economia, bem como o emprego por tipo de inserção no mercado de trabalho, viabilizando o cruzamento dos dados relativos ao setor e ao tipo de emprego, conforme a recomendação, em nível nacional e com periodicidade anual.

A proposta de análise a seguir corresponde à matriz de emprego e setores apresentada no SNA-2008, mencionada acima, que permite uma melhor visualização das relações entre as variáveis e consiste em um interessante recurso para a compreensão das diferenças de abordagem por setor produtivo e emprego. O cruzamento adotado ocorre entre os três setores de produção nas linhas e as duas categorias ocupacionais, com vínculo formal e sem vínculo formal, nas colunas. O ano escolhido para a apresentação foi o de 2007, por ser o último disponível na série do SCN.⁹

7. A força de trabalho de uma economia consiste naqueles que estão preparados para disponibilizar o seu trabalho durante um determinado período de referência para a produção de bens e serviços incluídos na fronteira de produção do sistema de contas nacionais (ONU, 2008).

8. Como valor adicionado, entende-se o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no processo produtivo. A soma dos valores adicionados pelas atividades aos impostos sobre produtos equivale ao PIB da economia.

9. Para a análise dos setores de produção, como a realizada neste estudo, é necessária a abertura da conta de produção pela ótica da renda e das contas econômicas integradas por setores institucionais, o que ocorre com defasagem de dois anos quando é divulgada a versão definitiva do SCN do Brasil. Portanto, em novembro de 2009, tornaram-se disponíveis os dados referentes a 2007. A versão provisória do SCN é divulgada com aproximadamente 65 dias de defasagem; entretanto, por ser simplificada, não fornece os elementos necessários para a análise do setor informal. Para mais informações sobre a rotina de divulgação do SCN, ver IBGE (2008, p. 15).

TABELA 1
DISTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO POR TIPO DE INSERÇÃO SEGUNDO OS SETORES DE PRODUÇÃO SCN (2007)

Setor de produção	Com vínculo formal		Sem vínculo formal		Total	
	Em milhares	%	Em milhares	%	Em milhares	%
Formal	38.360	79,1	10.142	20,9	48.501	100,0
Informal	703	2,7	25.514	97,3	26.217	100,0
Outras unidades familiares	2.182	10,9	17.814	89,1	19.996	100,0
Total	41.244	43,5	53.469	56,5	94.714	100,0

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do Sistema de Contas Nacionais (SCN)/IBGE, 2007.

A desagregação das categorias ocupacionais entre os setores de produção revela que a quase totalidade dos 26,2 milhões de empregos no setor informal (97,4%) não possui o vínculo formal de trabalho,¹⁰ cabendo apenas a 2,7% deste grupo o vínculo formal. Diferentemente do setor informal, no qual a absoluta maioria de trabalhadores tradicionalmente se insere em ocupações informais, a distribuição por tipo de emprego no setor formal assinalou proporções distintas. Neste, 20,9% dos empregos eram informais, e, em sua maioria, constituíram-se de trabalho sem carteira assinada e de uma pequena parcela de trabalho autônomo, especificamente de ajudantes e membros da família não remunerados que exerceram suas atividades em empresas formalmente constituídas. O subsetor *outras unidades familiares* registrou 10,9% de ocupações com vínculo formal, a maioria delas compostas por trabalhadores domésticos remunerados com carteira de trabalho assinada. Conforme o esperado para este subsetor, a grande maioria das ocupações também não possui o vínculo formal de trabalho.

A análise do setor informal da economia brasileira *vis-à-vis* os demais setores selecionados foi realizada considerando-se o período entre 2000 e 2007. A evolução destes três setores indica que, desde o início da nova série do SCN, existe uma tendência de redução da proporção tanto do setor informal quanto de outras unidades familiares no valor adicionado da economia (tabela 2). Tais setores, que representavam respectivamente 12,7% e 14,5% do valor adicionado em 2000, reduziram-se para 9,9% e 11,5%, em 2007. Assim, o setor institucional *famílias* sofreu uma redução de 27,2% para 21,4% na participação do valor adicionado bruto da economia. Como consequência, no mesmo período, houve crescimento da parcela do setor formal no valor adicionado, que passou de 72,8% para 78,6%.

Incentivos para o aumento da formalização, como a expansão do crédito para micro e pequenas empresas formais e medidas de simplificação e redução de impostos para os pequenos empreendimentos, contribuíram para este resultado.¹¹ Entretanto, a perda de peso do valor da atividade de aluguel, causada fundamentalmente pela redução de seus preços no período, determinou a redução do setor *outras unidades familiares* na geração do valor adicionado.

10. A maioria destas ocupações faz parte das atividades de comércio (26,8%), construção (16,9%), serviços de alimentação (7,1%), serviços pessoais (15,5%) e confecção de artigos do vestuário e acessórios (4,6%) (IBGE, 2008).

11. Como exemplos podem ser citados a intensificação da oferta de microcrédito pelas instituições financeiras públicas e privadas aos empreendedores e a implantação e difusão de programas como o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples) pela SRF.

TABELA 2
VALOR ADICIONADO POR SETOR DE PRODUÇÃO: VALOR ABSOLUTO E COMPOSIÇÃO PERCENTUAL (2000 A 2007)

	Formal		Informal		Outras unidades familiares		Total	
	R\$ milhares	%	R\$ milhares	%	R\$ milhares	%	R\$ milhares	%
2000	744.169	72,8	129.543	12,7	147.936	14,5	1.021.648	100,0
2001	827.406	74,0	133.406	11,9	157.801	14,1	1.118.613	100,0
2002	947.905	74,5	148.972	11,7	176.252	13,8	1.273.129	100,0
2003	1.112.618	75,7	157.332	10,7	200.664	13,6	1.470.614	100,0
2004	1.283.453	77,0	167.387	10,0	215.418	12,9	1.666.258	100,0
2005	1.429.646	77,6	186.363	10,1	226.244	12,3	1.842.253	100,0
2006	1.595.792	78,4	200.682	9,9	238.260	11,7	2.034.734	100,0
2007	1.798.112	78,6	225.735	9,9	264.011	11,5	2.287.858	100,0

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados do SCN/IBGE.

A tabela 3 reúne as estatísticas de trabalho por tipo de inserção no mesmo período. Os dados mostram que o total de ocupações elevou-se em 15,7 milhões (de 78,9 milhões para 94,7 milhões) ao longo dos oito anos da série, o que equivale a um aumento de 19,9%. Este crescimento da ocupação apresentou comportamento distinto entre as categorias, sobretudo nos anos finais da série, quando o emprego formal obteve um ganho de participação em relação ao informal, isto é, frente às ocupações sem vínculo. Com efeito, entre 2000 e 2007 o crescimento apurado para o emprego formal foi de 36,9%, enquanto a expansão do emprego informal atingiu 9,5%.¹²

TABELA 3
OCUPAÇÃO POR TIPO DE INSERÇÃO NO TRABALHO: COM VÍNCULO *VERSUS* SEM VÍNCULO FORMAL (2000 A 2007)

	Com vínculo formal		Sem vínculo formal				Total	
			Sem carteira		Autônomo			
	Milhares	%	Milhares	%	Milhares	%	Milhares	%
2000	30.128	38,2	18.633	23,6	30.211	38,3	78.972	100,0
2001	31.864	40,1	18.478	23,2	29.211	36,7	79.552	100,0
2002	32.931	39,9	19.275	23,3	30.423	36,8	82.629	100,0
2003	34.104	40,6	19.028	22,6	30.904	36,8	84.036	100,0
2004	35.965	40,8	20.402	23,1	31.886	36,1	88.252	100,0
2005	37.436	41,2	20.548	22,6	32.922	36,2	90.906	100,0
2006	39.543	42,4	20.940	22,5	32.764	35,1	93.247	100,0
2007	41.244	43,5	20.688	21,8	32.782	34,6	94.714	100,0

Fonte: SCN/IBGE.

A crescente formalização no mercado de trabalho nos anos recentes reverteu o movimento anterior de deterioração da qualidade do trabalho, característico da década de 1990. A trajetória ascendente assumida pelo emprego formal e a queda relativa da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, sobretudo a partir de 2004, podem estar associadas, entre outros fatores, à evolução positiva da atividade econômica, uma vez que

12. Outras fontes estatísticas corroboram os dados do SCN neste quesito. A expansão do emprego formal entre 2003 e 2007, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), foi de 27,3%. Pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) o número de ocupados no trabalho principal nas categorias de empregados com carteira de trabalho assinada e militares e estatutários cresceu 25,0% entre 2004 e 2007.

a taxa de crescimento do PIB em volume atingiu a média anual de 5,7% no quadriênio 2004-2007, contribuindo para um significativo incremento do emprego com carteira assinada. Outra hipótese relacionada ao período em análise é o impacto das políticas sociais distributivas e de proteção social. Por meio destas, integrantes de famílias dos estratos de renda mais baixos passam a obter mais rendimento com a ampliação dos benefícios sociais e podem preterir as formas mais precárias de ingresso no mercado de trabalho, reduzindo a parcela do emprego informal em relação ao formal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo principal apresentar os resultados do setor informal brasileiro, utilizando como referência a nova série do SCN. Foram examinadas também as diferenças entre setor de produção e emprego, a partir das abordagens conceituais e metodológicas no âmbito das discussões promovidas pela OIT e incorporadas como recomendação aos produtores de estatística na recente revisão internacional do SCN (ONU, 2008).

Entende-se que a classificação de setor está voltada para a forma de organização das unidades produtivas (*enterprise approach*), enquanto o conceito de emprego refere-se ao tipo de vínculo empregatício do trabalhador (*labor approach*). A compreensão destas distinções conceituais viabilizou o dimensionamento destes agregados para o país a partir da base de dados da nova série do Sistema de Contas Nacionais no período entre 2000 e 2007.

Os resultados anuais da participação do setor informal no valor adicionado foram comparados com os obtidos para o setor formal da economia e para o restante do setor institucional famílias, aqui denominado outras unidades familiares. Os dados de emprego foram desagregados por tipo de inserção no mercado de trabalho, formal ou informal, no mesmo período.

As relações entre setores de produção e emprego, no entanto, foram apresentadas apenas para o último ano disponível (2007), a partir do modelo da matriz de emprego proposto pela OIT, que consta na nova versão do SNA, tendo em vista a ausência de mudanças significativas em sua composição ao longo da série.

A análise das relações entre produção e emprego segundo os setores selecionados para o ano de 2007, como esperado, mostrou a reduzida eficiência do trabalho no setor informal, em virtude de sua pequena contribuição na geração do valor adicionado (9,9%) em relação ao significativo número de ocupações (26 milhões), ou seja, 27,7% dos postos de trabalho do país. Verificou-se ainda que 97,4% do total de empregos do setor informal é composto por assalariados sem carteira ou autônomos (ocupações informais). O setor formal, que responde por cerca de 48 milhões de postos de trabalho, apresentou uma distribuição do emprego por tipo de inserção menos concentrada, registrando uma frequência expressiva de emprego informal, equivalente a 10,1 milhões, ou 20,9% dos empregos no setor.

Concluiu-se primeiramente que, ao longo da série, o setor informal teve uma perda gradual de participação no valor adicionado da economia, passando de 12,7% para 9,9% entre 2000 e 2007. O movimento inverso foi observado para o setor formal, que passou a ter presença mais expressiva no mesmo período (de 72,8% para 78,6% do VAB), motivado em particular pelos efeitos da redução e da simplificação de impostos, da expansão do microcrédito e do aumento da fiscalização.

Do ponto de vista do emprego, confirmou-se o avanço da formalização no mercado de trabalho em detrimento das ocupações sem vínculo formal. Os resultados mostraram que

foram criados mais de 11 milhões de postos de trabalho com o vínculo formal entre 2000 e 2007, elevando de 38,2% para 43,5% a proporção desta categoria no total de ocupações. Entre os fatores que podem ser relacionados a esta expansão, especialmente a partir de 2004, encontram-se a elevação da massa salarial real e o maior dinamismo do mercado consumidor doméstico, que impulsionaram o processo de crescimento econômico no quadriênio 2004-2007. Adicionalmente, destacam-se os impactos da ampliação de políticas sociais distributivas e de proteção social, que contribuem para reduzir a inserção de forma precária no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

HUSSMANN, R. **Measuring the informal economy: from employment in the informal sector to informal employment.** Geneva, 2004. Working paper, n. 53.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema de Contas Nacionais Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008. (Séries Relatórios Metodológicos, n. 24).

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). Resolution concerning statistics of employment in the informal sector, adopted by the Fifteenth International Conference of Labour Statisticians (January 1993). *In: Current International Recommendations on Labour Statistics.* 2000. ed. Geneva: International Labour Office, 2000.

_____. Decent Work and the Informal Economy. Report of the Director-General. *In: International Labour Conference, 90th Session.* Report VI. Geneva: International Labour Office, 2002.

_____. Guidelines concerning a statistical definition of informal employment, endorsed by the Seventeenth International Conference of Labour Statisticians (November-December 2003). *In: Seventeenth International Conference of Labour Statisticians.* Report. Geneva, Nov./Dec. 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **System of National Accounts 1993 (SNA-93).** Revision 4. New York: United Nations, 2007. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/sna1993/introduction.asp>>.

_____. **System of National Accounts 2008 (SNA-2008).** Pre-edit white-cover version of the 2008 SNA. New York: United Nations, 2008. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/sna1993/draftingphase/volume1and2.asp>>.

UMA DEFINIÇÃO ALTERNATIVA PARA OCUPAÇÃO INFORMAL*

Carlos Henrique L. Corseuil**

Maurício C. Reis**

1 INTRODUÇÃO

O debate conceitual sobre a definição de uma ocupação informal, que remonta à década de 1970, permanece inconclusivo. No plano operacional, as discordâncias, ainda aparentes, são limitadas pela disponibilidade de informações. A definição usual de trabalho informal para fins de estudos empíricos baseados em pesquisas domiciliares aplica critérios com níveis bem distintos de arbitrariedade para classificar um trabalhador como informal, dependendo da sua posição na ocupação. Por um lado, há um critério bem objetivo para classificar os empregados, que se baseia na posse de carteira de trabalho. Por outro, não é claro como devem ser classificados os indivíduos que trabalham como autônomos ou empregadores. Nesta segunda situação, convencionou-se incluir todos os trabalhadores autônomos no setor informal e todos os empregadores no setor formal. O principal objetivo desta nota é utilizar um critério mais rigoroso para a inclusão de autônomos e empregadores entre os informais.

Há duas possibilidades para refinar a definição de trabalho informal a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A primeira, já implementada em estudos baseados em outras versões da PNAD, usa a informação sobre contribuição para a Previdência (MENEZES-FILHO *et al.*, 2004). A segunda, ainda inédita, objeto desta nota, é baseada na informação, incluída na PNAD 2009, sobre inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).¹

Outro objetivo desta nota é verificar em que medida a inclusão no CNPJ se relaciona com características individuais ou do posto de trabalho. Considera-se esta análise um primeiro passo de uma investigação sobre causas e consequências da posse do CNPJ, o que, sob a ótica proposta, equivale a uma investigação sobre causas e consequências da informalidade.

2 INFORMALIDADE PELA ÓTICA DA INCLUSÃO NO CNPJ

Uma primeira pergunta que se pode fazer é em que medida os dois critérios de refinamento da definição de informalidade mencionados diferem entre si. Será que o grupo de autônomos e empregadores que (não) contribui para a Previdência coincide com aquele que (não) tem CNPJ? Em caso afirmativo, bastaria trabalhar com apenas um critério de refinamento. No entanto,

* Os autores gostariam de agradecer a valiosa contribuição de Katcha Poloponsky e Hugo Macedo no processamento dos dados.

1. Uma classificação alternativa proposta por Hirata e Machado (2007) divide os trabalhadores informais em três subgrupos: *i*) empregados domésticos; *ii*) trabalhadores por conta própria considerados sem qualificação; e *iii*) empregados sem carteira. Empregadores e trabalhadores com carteira são considerados formais.

a tabela 1 mostra que há distinções marcantes entre aqueles que contribuem para a Previdência e aqueles que constam no CNPJ. No agregado de autônomos e empregadores (que serão chamados de não empregados), há 20% de indivíduos cujas opções por contribuição e inclusão no CNPJ não coincidem. Destes, aproximadamente 10% contribuem para a Previdência mas não têm CNPJ, e outros 10% têm CNPJ mas não contribuem para a Previdência. A tabela 1 mostra ainda este mesmo aspecto em separado para os autônomos e para os empregadores. Nota-se que a porcentagem de indivíduos cujas opções por contribuição e inclusão no CNPJ não coincidem é bem maior entre empregadores que entre os autônomos, muito em função do grupo de indivíduos que têm CNPJ, mas não contribuem em para a Previdência, o qual chega a 19,3% entre os empregadores, e se limita a 8% dos autônomos.

TABELA 1
Distribuição dos empregadores e autônomos de acordo com a inclusão no CNPJ e a contribuição para a Previdência

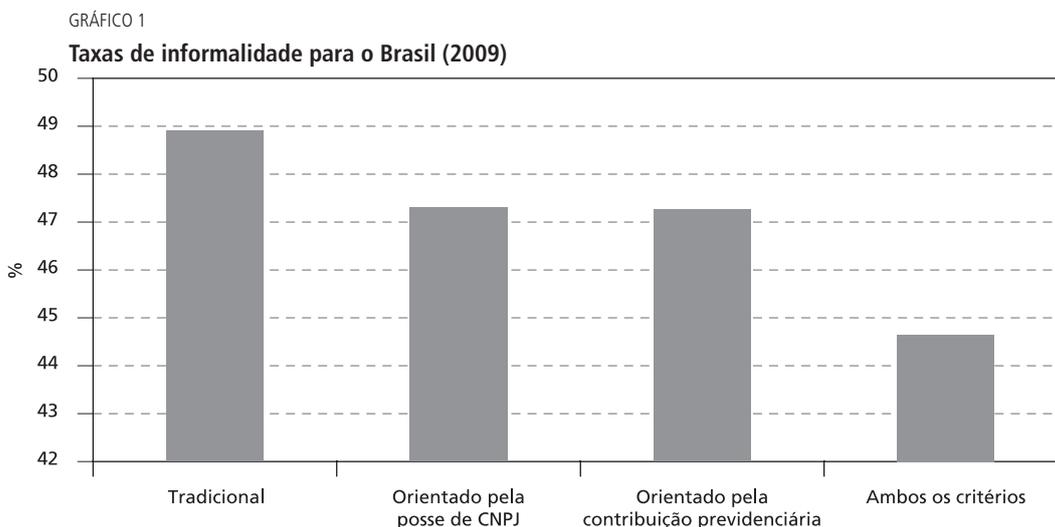
Contribuição para a Previdência	Não empregados		Conta própria		Empregador	
	Com CNPJ	Sem CNPJ	Com CNPJ	Sem CNPJ	Com CNPJ	Sem CNPJ
SIM	13.48	10.17	5.97	10.49	49.17	8.66
NÃO	10.00	66.35	8.05	75.49	19.27	22.90

Fonte: IBGE – PNAD 2009.

A análise do parágrafo anterior legitima o uso do critério aqui proposto para definir de forma alternativa a taxa de informalidade. O gráfico 1 traz os valores da taxa de informalidade para as seguintes quatro possibilidades de definição para ocupação informal: *i*) a tradicional, que inclui todos os autônomos e exclui todos os empregadores; *ii*) a baseada na posse do CNPJ; *iii*) a baseada na contribuição para a Previdência; e *iv*) uma baseada na combinação dos dois critérios anteriores, ou seja, que considera informal um autônomo ou empregador que não possui nem o registro no CNPJ nem a contribuição para a Previdência.

Podem-se notar duas informações provenientes desse gráfico. Em primeiro lugar, cabe destacar que todos os três critérios de refinamento resultam em taxas de informalidade mais baixas que a fundamentada na definição tradicional. Este fato não é óbvio, uma vez que estão sendo incluídos alguns empregadores entre os informais no cômputo das taxas baseadas em critérios alternativos, ao passo que nenhum empregador é computado como informal no critério tradicional. Em segundo lugar, as taxas de informalidade, quando computadas sob os critérios de posse de CNPJ ou de contribuição à Previdência, são muito parecidas entre si, registrando a marca de 47,3% em ambos os casos. Este patamar vem a ser cerca de 1,5 ponto percentual (p.p.) abaixo do nível registrado sob o critério tradicional (48,9%).

Por último, vale registrar que ao se combinarem os dois critérios passa-se a ter uma taxa de informalidade de 44,7%, que vem a ser inferior à taxa sob o critério tradicional em mais de 4 p.p. O gráfico 1 mostra, portanto, que há uma tendência para superestimar o tamanho do setor informal pelo método tradicional. Uma parte significativa dos trabalhadores considerados informais na verdade é constituída de autônomos que contribuem para a Previdência e/ou possuem um número no CNPJ.



Fonte: IBGE – PNAD 2009.

Obs.: Segundo o critério tradicional, todos os autônomos e nenhum empregador são computados como informais. No critério orientado pela posse de CNPJ, autônomos e empregadores que não possuem CNPJ são computados como informais. Orientando-se pela contribuição à Previdência, autônomos e empregadores que não contribuem para a Previdência são computados como informais.

3 RELAÇÃO ENTRE INCLUSÃO NO CNPJ E ALGUNS POSSÍVEIS DETERMINANTES

Nesta seção, analisa-se a relação entre a inclusão no CNPJ e alguns de seus possíveis determinantes, tanto no que diz respeito a características laborais quanto a características individuais. Para o primeiro grupo, selecionaram-se as variáveis atividade econômica e tempo no emprego, enquanto gênero, idade, educação e região de residência foram as variáveis selecionadas no segundo grupo. Inicialmente, será investigada a relação entre posse de CNPJ e cada uma destas variáveis isoladamente. Em seguida, serão analisadas conjuntamente estas relações num arcabouço de regressão.

Entre os possíveis determinantes da escolha do empregador e do trabalhador autônomo entre ter ou não um CNPJ, imagina-se que a natureza da tarefa desempenhada pode ter um papel relevante. É sabido, por exemplo, que os contribuintes do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) têm isenções se comprovarem despesas com profissionais tais como médicos, dentistas e afins. Dessa forma, os contribuintes têm um incentivo para exigir destes profissionais um recibo em que conste um número de CNPJ. Da mesma forma, uma empresa, quando tributada sobre seu lucro – como no caso da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ou do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) –, tem incentivos para comprovar seus gastos, exigindo portanto recibos em que conste número de CNPJ de empresários ou autônomos que porventura tenham prestado algum serviço ou vendido algum insumo a ela.

Com base nesse argumento, será observado a seguir como varia a propensão de trabalhadores autônomos e empregadores a ter um CNPJ por grupo de atividade econômica. A tabela 2, que traz os resultados por setor de atividade, mostra que tanto entre trabalhadores por conta própria quanto entre empregadores as menores propensões a ter um CNPJ estão nas atividades de agropecuária e construção civil. Menos de 5% dos trabalhadores autônomos nestas atividades têm um CNPJ. A parcela de empregadores com CNPJ nestes setores registra uma porcentagem maior, na faixa de 25 a 30%. Na outra ponta, o comércio e as atividades de prestação de serviços para as empresas registram as maiores porcentagens de registro no CNPJ tanto para os autônomos (21,2% e 33,5% respectivamente) como para os

empregadores (83% e 79,9%). Nas demais atividades, registre-se a relativa baixa propensão a ter um CNPJ por parte de um autônomo desempenhando atividade industrial. Trata-se do terceiro setor de menor propensão a ter CNPJ entre os autônomos, com menos de 10% (9,75%) destes profissionais inscritos no CNPJ. Isto não ocorre com os empregadores: a parcela de detentores de CNPJ neste setor é a terceira maior, com 75,6%.

TABELA 2

Relação entre a posse do CNPJ e características laborais para trabalhadores autônomos e empregadores

	Conta própria		Empregador	
	Com CNPJ	Sem CNPJ	Com CNPJ	Sem CNPJ
Agricultura	4.41	95.59	24.36	75.64
Comércio	21.19	78.81	83.05	16.95
Construção	4.14	95.86	30.41	69.59
Indústria	9.75	90.25	75.56	24.44
Serviços para empresas	33.48	66.52	79.93	20.07
Serviços para pessoas	17.30	82.70	74.30	25.70
Transporte e comunicação	14.25	85.75	72.20	27.80
Tempo no emprego				
até 1 ano	13.85	86.15	65.05	34.95
de 1 a 3 anos	14.97	85.03	70.41	29.59
mais de 3 anos	13.83	86.17	68.46	31.54

Obs.:1. *Serviços para as empresas* incluem serviços tipicamente direcionados às empresas, bem como outros que podem ser prestados a pessoas, tais como: serviços financeiros, imobiliários, atividades de informática, aluguéis de máquinas e equipamentos.

2. *Serviços para as pessoas* incluem serviços tipicamente direcionados às pessoas, bem como outros que podem ser prestados a empresas, tais como: educação, saúde e serviços da administração pública.

A tabela 2 mostra ainda a parcela de indivíduos com CNPJ por classes de tempo no emprego atual. É interessante notar que a maior parcela de indivíduos com CNPJ está associada a uma faixa intermediária de tempo de emprego, tanto para os autônomos quanto para os empregadores. Ou seja, ter mais experiência no atual posto de trabalho estaria associado a uma maior propensão a ter CNPJ apenas nos seus primeiros anos, mas não seria o caso após o terceiro ano no mesmo posto de trabalho.

A tabela 3 mostra as porcentagens de trabalhadores autônomos e empregadores com e sem CNPJ por escolaridade, gênero, idade e região. Os resultados por escolaridade mostram que, entre os indivíduos com três anos ou menos completos de estudo, apenas 5% possuem CNPJ. Nota-se também que, à medida que aumenta o nível de escolaridade, cresce a proporção de trabalhadores com CNPJ. Entre os autônomos com 11 anos ou mais de estudo, cerca de 27% possuem CNPJ. No que se refere aos empregadores, percebe-se a mesma tendência de aumento na proporção de indivíduos com CNPJ conforme o nível de escolaridade. Entre os empregadores com escolaridade menor ou igual a três anos, apenas 32% possuem CNPJ, enquanto no grupo com escolaridade maior ou igual a 11 anos a porcentagem que tem CNPJ aumenta para 80%.

A composição por gênero dos trabalhadores por conta própria mostra que a proporção dos indivíduos que possuem CNPJ é semelhante entre homens e mulheres. Em ambos os casos, menos de 15% têm CNPJ. Entre os empregadores, 76% das mulheres têm CNPJ, enquanto para os homens a porcentagem dos que possuem CNPJ é de 66%.

TABELA 3

Relação entre a posse do CNPJ e características individuais para trabalhadores autônomos e empregadores

	Conta própria		Empregador	
	Com CNPJ	Sem CNPJ	Com CNPJ	Sem CNPJ
Escolaridade				
0 a 3 anos	5,13	94,87	32,08	67,92
4 a 7 anos	9,58	90,42	47,41	52,59
8 a 10 anos	13,31	86,69	65,29	34,71
11 anos ou mais	26,59	73,41	80,25	19,75
Faixa etária				
10a14	3,52	96,48	0	100
15a17	6,52	93,48	28,35	71,65
18a19	7,88	92,12	67,52	32,48
20a24	10,51	89,49	70,45	29,55
25a29	13,92	86,08	69,24	30,76
30a39	15,16	84,84	69,49	30,51
40a49	14,85	85,15	69,21	30,79
50a59	14,51	85,49	69,57	30,43
60 anos ou mais	12,87	87,13	61,25	38,75
Gênero				
Homem	14,19	85,81	65,71	34,29
Mulher	13,67	86,33	76,11	23,89
Regiões				
Centro-Oeste	15,02	84,98	71,81	28,19
Nordeste	5,12	94,88	52,33	47,67
Norte	7,62	92,38	49,33	50,67
Sudeste	18,75	81,25	72,27	27,73
Sul	24,86	75,14	79,37	20,63

Elaboração dos autores a partir da PNAD 2009.

De acordo com os resultados por idade, nota-se que a propensão dos trabalhadores autônomos a possuir CNPJ inicialmente aumenta com a idade, e passa a diminuir a partir de 40 anos, com uma queda mais acentuada após 60 anos. Entre os empregadores, a tabela 3 mostra que a partir de 18 anos mais de 65% possuem CNPJ, com exceção daqueles com 60 anos ou mais, faixa na qual a porcentagem de indivíduos com CNPJ diminui para 61%.

As diferenças regionais também se mostram bastante acentuadas. No Nordeste, somente 5% dos trabalhadores por conta própria possuem CNPJ, e na região Norte a situação não é muito diferente, visto que menos de 8% têm CNPJ. Na região Sul, 25% dos trabalhadores por conta própria possuem CNPJ. Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, as proporções de trabalhadores com CNPJ são iguais a 19% e 15%, respectivamente. Embora as proporções dos que têm CNPJ sejam bem mais elevadas, um padrão regional semelhante é verificado entre os empregadores.

Na tabela 4, são apresentados os resultados de uma regressão, estimada pelo método *logit*, para a probabilidade de um trabalhador autônomo possuir CNPJ. A regressão foi estimada para uma amostra correspondente a 36.152 indivíduos ocupados na semana de referência da PNAD 2009 como autônomos ou empregadores. O objetivo da análise de regressão é possibilitar um exame conjunta de todos os determinantes considerados de forma isolada na análise anterior. Isto permite uma análise mais próxima de um experimento controlado, no qual o pesquisador varia uma característica de cada vez, mantendo-se tudo mais constante.

Nota-se que para os indivíduos menos escolarizados, com sete anos ou menos de educação, a probabilidade de possuir CNPJ é menor que para aqueles com 11 anos ou mais de estudo, que é o grupo de referência. Apesar de a análise descritiva mostrar uma relação positiva entre educação e inscrição no CNPJ, a regressão mostra que, controlando para outros fatores, os indivíduos com escolaridade entre oito e dez anos têm maior probabilidade

de possuir CNPJ que o grupo de referência.

Outro resultado que chama atenção por destoar do padrão observado nas estatísticas descritivas é a relação entre experiência no posto de trabalho e posse de CNPJ. Quando este aspecto é investigado conjuntamente com outros determinantes da posse do CNPJ, há indícios de que uma maior experiência tende a aumentar a propensão a ter CNPJ após o terceiro ano, mas não antes.

Com relação às demais características investigadas, confirmam-se os resultados qualitativos da análise anterior. Em primeiro lugar quanto maior a idade, maior a propensão a ter CNPJ. Em segundo lugar, a tabela 4 também mostra que a probabilidade de possuir CNPJ é maior para os homens que para as mulheres. Por fim, os resultados por setor de atividade confirmam que a probabilidade de possuir CNPJ tende a ser menor para construção e maior para comércio e serviços prestados às empresas.

Duas outras informações referentes à ocupação do indivíduo foram adicionadas entre os possíveis determinantes da posse do CNPJ. A primeira é um indicador que distingue se o indivíduo é trabalhador por conta própria ou empregador. Percebe-se que a diferença entre trabalhadores por conta própria e empregadores é bastante acentuada em favor dos indivíduos do último grupo. A segunda informação diz respeito às possíveis categorias ocupacionais do indivíduo, de acordo com a classificação do IBGE a partir da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Diferenças entre estas categorias não se mostram significativas na tabela 4.

TABELA 4
Relações estimadas conjuntamente entre a posse de CNPJ e seus determinantes

	Coefficiente	Desvio padrão	P-valor
Intercepto	-2,56	15,1464	0,8658
Agricultura	-0,6034	0,4329	0,1634
Comércio	0,3836	0,0872	<,0001
Construção	-0,4563	0,1331	0,0006
Indústria	0,00614	0,0956	0,9488
Serviços para empresas	0,3194	0,0855	0,0002
Serviços para pessoas	-0,0556	0,0889	0,5317
Homem	0,2236	0,0188	<,0001
Metropolitana	0,0504	0,03	0,0935
Rural	-0,0746	0,0451	0,0979
25 a 49 anos	0,0748	0,0277	0,007
50 anos ou mais	0,2387	0,0321	<,0001
3 anos ou menos	-0,6713	0,0399	<,0001
4 a 7 anos	-0,144	0,031	<,0001
8 a 10 anos	0,1743	0,0343	<,0001
Profissionais da ciência	24,907	151,465	0,8694
Comunicação e cultura	0,6576	151,466	0,9654
Técnicos de ciências	-76,883	106	0,9422
Serviços	11,352	151,465	0,9403
Vendedores	10,737	151,465	0,9435
Agropecuária	0,8699	151,528	0,9542
Construção	0,1125	151,469	0,9941
1 a 3 anos no posto	0,0114	0,0313	0,7151
Mais de 3 anos no posto	0,1234	0,0258	<,0001
Empregador	0,7785	0,0239	<,0001

Elaboração dos autores a partir da PNAD 2009.

REFERÊNCIAS

HIRATA, G.; MACHADO, A. Conceito de informalidade/formalidade e uma proposta de tipologia. **Boletim mercado de trabalho: conjuntura e análise**, n. 34, 2007.

MENEZES-FILHO, N.; MENDES, M.; ALMEIDA, S. O diferencial de salários formal-informal no Brasil: segmentação ou viés de seleção? **Revista Brasileira de Economia**, vol. 58, n. 2, 2004

EFEITOS DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA NA OFERTA DE TRABALHO

Clarissa Gondim Teixeira *

INTRODUÇÃO

Durante a década de 1990, o governo brasileiro, assim como outros governos latino-americanos, implementou políticas de proteção social com o objetivo de aliviar a pobreza no curto prazo e de criar condições para a saída da pobreza no longo prazo. São exemplos os programas de transferência condicionada de renda como o Programa Bolsa Família (PBF) no Brasil, o Oportunidades no México e o Familias en Acción na Colômbia, entre outros programas que se tornaram frequentes em países da América Latina, e cada vez mais comuns nos demais países em desenvolvimento.

Uma crítica importante a esses programas consiste na possibilidade de que os beneficiários tornem-se dependentes desta fonte de renda e abandonem, ou deixem de procurar, uma fonte própria de sustento. Diversos estudos – Soares, Ribas e Osório (2007), Foguel e Barros (2008), Tavares (2008), Ferro e Nicollela (2007), entre outros – testaram a hipótese de que existiria um efeito das transferências de renda sobre a oferta de trabalho. Porém, os resultados não mostraram uma relação consistente, ou mesmo significativa, de forma que não se comprovou a existência inequívoca de redução da oferta de trabalho.

A contribuição deste estudo em relação à literatura existente é desagregar a avaliação do impacto do PBF na oferta de trabalho por tipo de ocupação e valor da transferência, permitindo-se uma investigação mais detalhada da relação causal entre programas de transferência de renda e oferta de trabalho. O foco do estudo são indivíduos adultos, cuja função de produção domiciliar, assim como a inserção no mercado de trabalho, difere segundo o sexo (mulher ou homem).

REVISÃO DA LITERATURA

Segundo Becker (1976) e Gronau (1986), a decisão de quanto tempo alocar em trabalho é baseada no salário total, no valor da hora de trabalho, na renda não relacionada com o trabalho (benefícios sociais, herança, transferências interdomiliares etc.) e na função de produção doméstica, ou seja, a divisão intradomiciliar do trabalho. Assim, as alterações na composição das fontes de renda do domicílio podem modificar a quantidade de trabalho ofertada por seus membros. Quando há um aumento na renda domiciliar, o domicílio sofre um choque positivo de renda. Mas, no caso dos beneficiários do Bolsa Família, este choque de renda não está relacionado com a renda do trabalho.

A escolha de analisar a função de oferta de trabalho individual está baseada na teoria de tempo e produção domiciliar de Becker. A teoria sugere que a decisão de alocação temporal envolve a escolha entre tempo dedicado a afazeres domésticos, tais como abastecimento e

* Pesquisadora associada do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (CIP-CI) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

manutenção do domicílio e educação dos filhos, e tempo dedicado ao trabalho remunerado, seja no trabalho assalariado ou na produção própria que gera renda.

Na função de produção domiciliar, o tempo dedicado a afazeres domésticos aparece como uma variável importante para transformar os bens e serviços adquiridos em produtos prontos para o consumo – por exemplo, cozinhar. Este tempo contribui para gerar utilidade, uma medida de bem-estar, e, desta forma, tem valor.

Quando um choque na renda ocorre, o valor do tempo é modificado, e uma nova configuração de alocação do tempo entre trabalho remunerado e afazeres domésticos é estabelecida. Um aumento súbito na renda domiciliar, não relacionado com trabalho, eleva o valor do tempo dedicado a afazeres domésticos em relação ao valor do tempo dedicado ao trabalho remunerado. De acordo com esta teoria, programas de proteção social baseados em transferências monetárias podem gerar desincentivos ao trabalho remunerado – que é o efeito-renda discutido por Paker e Skoufias (2000) –, ao mesmo tempo que geram incentivos ao trabalho em afazeres domésticos ou lazer que promovem o bem-estar no domicílio.

No entanto, espera-se que a sensibilidade ao choque na renda não seja uniforme entre os membros do domicílio. A decisão de alocação do tempo de um membro é normalmente influenciada pela decisão de alocação do tempo dos demais membros. As famílias desenvolvem estratégias de sobrevivência na tentativa de alcançar economias de escala. Dividir um domicílio implica compartilhar o uso de recursos, sejam duráveis, sejam não duráveis, assim como o tempo total disponível, o que resulta na divisão de trabalho intradomiciliar.

O conceito de *trabalhador adicional* desenvolvido em Stephens (2001) sugere que a divisão do tempo intradomiciliar segue uma hierarquia definida pelas relações familiares. Desta forma, a elasticidade de substituição do tempo alocado em trabalho remunerado *versus* o tempo alocado em afazeres domésticos varia entre os membros, devido a hábitos culturais geralmente relacionados com gênero.

Chiappori (1992) estudou o padrão de alocação intradomiciliar de recursos e propôs uma “abordagem coletiva” para a análise domiciliar. Segundo esta abordagem, o recipiente não guarda para si o benefício, mas o compartilha com os outros membros de acordo com seu critério de justiça alocativa, que pode ser mais altruísta ou mais egoísta. Esta abordagem sugere que a identidade do beneficiário – homem, mulher ou criança, por exemplo – afetaria a forma como o recurso é utilizado e quem se beneficia dele. O PBF, por exemplo, prioriza as mulheres enquanto receptoras das transferências, na expectativa de que os recursos sejam destinados à criança.

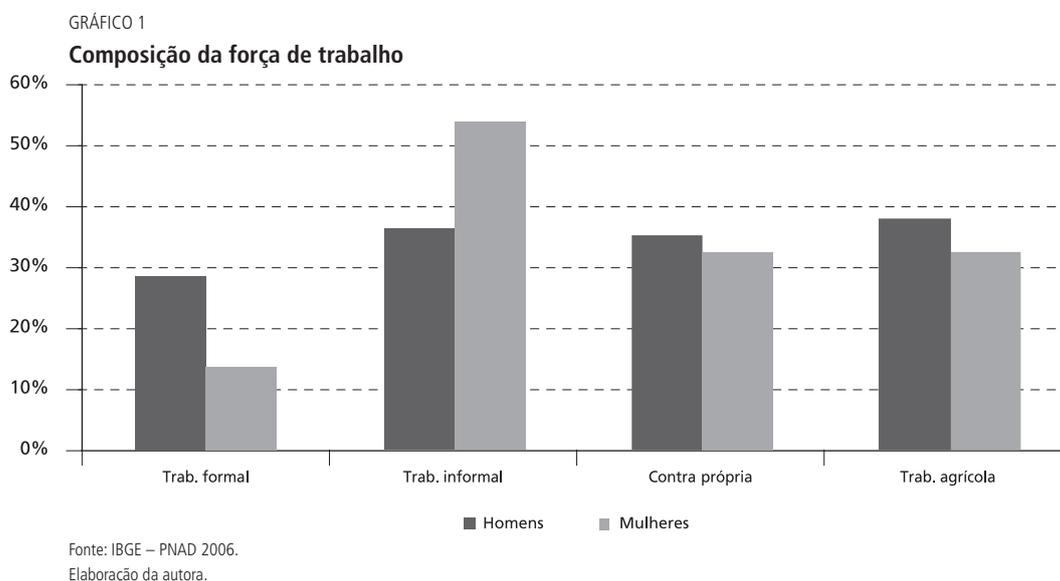
No que diz respeito ao mercado de trabalho, de acordo com Cardoso (1999), a interação de produção doméstica e oferta de trabalho é maior quando o trabalho é menos formalizado. Isto ocorre principalmente quando há predominância de trabalho por conta própria, no qual a produção, seja para comercialização, seja para autoconsumo, se confunde com os afazeres domésticos. Martinez (2004), ao analisar o Bonsol, programa de seguridade social boliviano, identificou um impacto no consumo de alimentos mais que proporcional ao aumento de renda devido às transferências. O autor explica que, como o programa é voltado para o meio rural, parte das transferências foi investida na produção própria, gerando efeitos multiplicadores via produção de alimentos. Portanto, além da destinação do benefício exclusivamente para o consumo, que por si só mostra-se válida para alcançar a melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas, outros destinos dados ao valor recebido, tal como investimento no empreendimento próprio, permitem pensar em impactos positivos na oferta de trabalho individual.

De acordo com o exposto, o sexo do indivíduo e o tipo de trabalho que ele efetua, se formal ou informal, assalariado ou por conta própria, determinam a função de produção e, portanto, os efeitos de um choque de renda. Trabalha-se assim com cenários alternativos nos quais alguns grupos são mais beneficiados pelo PBF, enquanto outros sofrem efeitos não intencionais.

O MERCADO DE TRABALHO DAS FAMÍLIAS ELEGÍVEIS AO PBF

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para a amostra de beneficiários e famílias elegíveis ao PBF – famílias extremamente pobres e famílias pobres com filhos – mostram que os adultos trabalham em diferentes tipos de ocupação: formal, informal ou por conta própria. Cada tipo de ocupação oferece diferentes médias de taxa salarial; a jornada pode ter horas flexíveis ou fixas; alguns tipos são mais estáveis que outros. Estas características podem influenciar a elasticidade da resposta ao choque de renda.

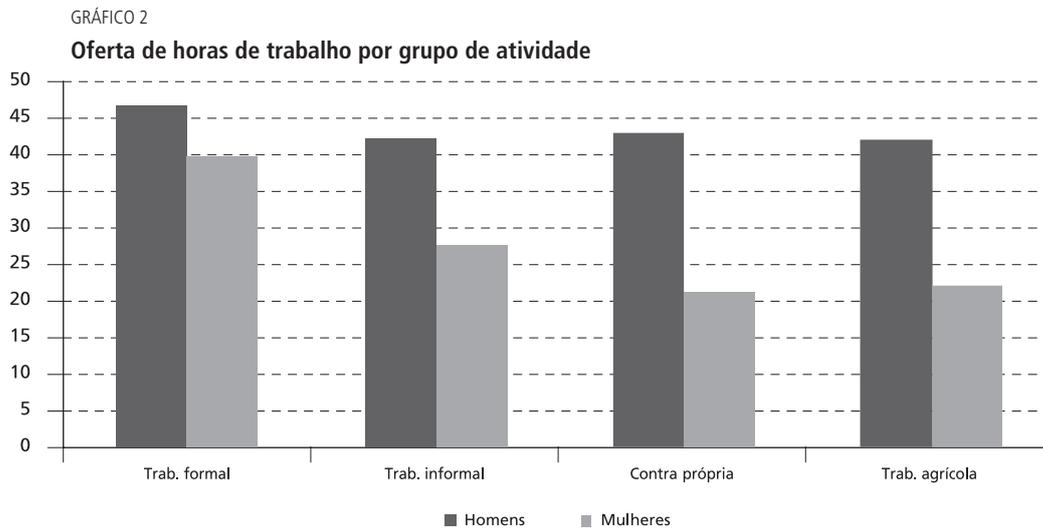
O gráfico 1 ilustra a composição da força de trabalho brasileira por sexo e mostra que homens e mulheres se distribuem de forma desigual entre os referidos tipos de ocupação.



Trabalhadores formais são aqui definidos como aqueles portadores de carteira de trabalho assinada, militares e os que trabalham para o setor público. Trabalhadores informais são aqueles sem carteira assinada, não remunerados e empregados domésticos. Empregadores, aqueles que têm seu próprio negócio e aqueles que produzem para o próprio consumo foram classificados como conta própria.

Prevalece a informalidade na amostra. Note-se que a inserção da mulher no mercado de trabalho é bastante mais precária que a do homem. Ao todo, 11% das mulheres não trabalham, o que representa o dobro da proporção de homens sem trabalho. Apenas 14% das mulheres ocupadas têm emprego formal. A porcentagem de trabalho formal é de apenas 2% entre as mulheres trabalhadoras agrícolas. Ainda entre as mulheres trabalhadoras agrícolas, 53% trabalham por conta própria e 81% não recebem remuneração pelo seu trabalho.

As diferenças entre homens e mulheres também são observadas em termos de horas médias de trabalho por semana, conforme pode ser visto no gráfico 2. A informalidade ressalta a jornada de trabalho reduzida das mulheres.



Quando se trata do trabalho formal, as mulheres têm jornada de trabalho mais próxima à dos homens. O mesmo não se verifica no trabalho informal ou por conta própria, nos quais, talvez por não haver uma carga horária preestabelecida, torna-se mais fácil adaptar a maior jornada de afazeres domésticos (não remunerados) com uma menor jornada de trabalho remunerado.

EFEITO SOBRE A PROBABILIDADE DE TRABALHAR

As estimações indicam que o efeito médio do PBF sobre a probabilidade de trabalhar não é significativa nem para os homens nem para as mulheres. Se há uma tendência a aumentar a probabilidade de trabalhar (de 2,2% para mulheres e de 1,6% para homens), independentemente do valor da transferência, esta tendência é totalmente anulada pelo efeito-renda promovido pelo benefício *per capita* (-0,02% por real recebido).

O efeito é significativo apenas para as mulheres que recebiam em 2006 benefícios nos valores de R\$ 30,00 e R\$ 45,00, para as quais a probabilidade de trabalhar é superior à média em 2,5% e 3,8%, respectivamente. Especula-se que estas quantias de transferência não sejam grandes o suficiente para gerar um efeito-renda que anule o efeito potencial de aumento na probabilidade de trabalhar. É possível que a condicionalidade de frequência escolar atue no sentido de liberar as mulheres para o trabalho, uma vez que seus filhos passam mais tempo na escola, justificando assim o potencial efeito de aumentar a probabilidade de trabalho.

O PBF, na média, não gera efeitos sobre a decisão de trabalhar ou não trabalhar. O mesmo não é verificado em termos da quantidade de horas de trabalho ofertada da população ocupada, conforme será mostrado a seguir.

EFEITO SOBRE AS HORAS DE TRABALHO SEMANAIS

O coeficiente da variável de participação no PBF indica redução de 0,56 hora de trabalho semanal (1,3%) para homens e 1,18 hora de trabalho semanal (4,1%) para mulheres. Note-se que o PBF não gera grande desincentivo ao trabalho, apesar de os efeitos calculados serem estatisticamente significantes.

Espera-se que o valor das horas dedicadas a afazeres domésticos seja maior entre as mulheres que entre os homens devido a aspectos culturais relacionados com a divisão de

trabalho intradomiciliar. É importante enfatizar que os homens, para os níveis de renda considerados, contribuem muito pouco para a produção doméstica quando comparados com as mulheres. As mulheres dedicam 30 horas por semana em média para afazeres domésticos, enquanto os homens dedicam apenas 9 horas semanais. Por este motivo, as mulheres são mais sensíveis ao choque na renda e apresentam maior variação na oferta de trabalho.

Em linha com esse argumento, o PBF exerce um efeito no sentido de aumentar as horas dedicadas a afazeres domésticos das mulheres em 0,54 hora por semana (1,8%). Este resultado sugere que o programa estimula a alocação do tempo em atividades que aumentam o bem-estar, apesar de reduzir as horas de trabalho remunerado das mulheres. Mesmo não havendo uma perfeita substituição de horas de trabalho por horas em afazeres domésticos, não se pode afirmar que as mulheres deixam de trabalhar para despender tempo em lazer. O comportamento dos homens contrasta com o das mulheres, uma vez que as suas horas de trabalho são convertidas em lazer – tempo improdutivo para a função de produção domiciliar. As horas dedicadas a afazeres domésticos dos homens não aumenta em decorrência do PBF.

O efeito observado pode ser em parte explicado pelo fato de serem as mulheres que recebem o benefício na grande maioria dos domicílios. Se a distribuição dos recursos financeiros entre os membros não for uniforme, as mulheres, enquanto receptoras do benefício, podem sentir o choque de renda mais que os demais membros.

Efeitos significativos são observados apenas para as mulheres que recebiam em 2006 benefícios nos valores de R\$ 50,00, R\$ 80,00 e R\$ 95,00. Estas mulheres recebem transferências destinadas a famílias com renda *per capita* inferior a R\$ 50,00 mensais. A razão benefício/renda domiciliar parece ser relevante para a existência ou não de impacto do programa, uma vez que pode variar bastante entre os domicílios, e porque determina a dose do tratamento. Note que o efeito não é linear com o valor do benefício.

EFEITO DO PROGRAMA DIFERENCIADO POR TIPO DE OCUPAÇÃO

Apesar de o efeito ser negativo, no sentido de reduzir as horas de trabalho semanais na maioria dos tipos de ocupação, ele varia entre os tipos em magnitude e significância estatística. As mulheres trabalhadoras por conta própria em atividade não agrícola são as mais sensíveis ao recebimento das transferências do PBF: reduzem suas horas de trabalho em 2,1 horas semanais (7,3%). Para os homens, o tipo de ocupação mais elástico é o trabalho assalariado agrícola, no qual a transferência do PBF é responsável por reduzir 1,1 hora semanal (2,7%). Constata-se a partir dos resultados que a informalidade é um aspecto importante para determinar a elasticidade da oferta de trabalho.

O coeficiente estimado para o indicador de participação no PBF não é estatisticamente significativo para trabalho formal tanto para homens quanto para mulheres. O trabalho formal é potencialmente menos elástico devido aos direitos trabalhistas assegurados e à estabilidade de renda que ele proporciona. Como na maioria das vezes o trabalho formal explicita um número fixo de horas de trabalho, o desincentivo ao trabalho causado pelo choque na renda não deve alterar a jornada de trabalho para este tipo de ocupação.

A partir dos resultados gerados, não foi possível inferir um padrão de comportamento particular do trabalhador por conta própria, dado que há apenas um indicativo leve de que estes trabalhadores reagem de forma distinta a um choque de renda. Mostra-se necessário um estudo mais aprofundado a fim de estabelecer dinâmicas distintas entre o trabalho assalariado e por conta própria, motivadas possivelmente pela alternativa de investimento da transferência.

CONCLUSÃO

A primeira conclusão é que não há efeito do PBF sobre a probabilidade de trabalhar dos homens ou das mulheres, e que o impacto de redução nas horas de trabalho, apesar de estatisticamente significativo, não é grande em magnitude. Com isso, não é pertinente a crítica de que o Bolsa Família seria responsável por gerar dependência dos benefícios do programa. Como o valor do benefício é pequeno em comparação com as necessidades básicas mensais das famílias, a relação de dependência ao programa não é verificada. Há apenas uma redução marginal na jornada para alguns tipos mais precários de ocupação quando o valor do benefício representa uma proporção maior da renda *per capita*.

Em segundo lugar, confirmou-se que a elasticidade da oferta de trabalho varia de acordo com o sexo e o tipo de ocupação. Os resultados corroboram a hipótese de que a divisão intradomiciliar do trabalho faz com que as mulheres sejam mais sensíveis ao choque na renda em comparação com os homens. Os programas de transferência de renda, ao elegerem mulheres como beneficiárias, podem modificar, ou reforçar, esta divisão intradomiciliar do trabalho. É, portanto, importante considerar a dinâmica familiar no desenho dos programas e facilitar a inserção das mulheres no mercado de trabalho, a fim de reduzir-se a insegurança de renda das famílias e das mulheres em particular.

Soma-se a isso o fato de a informalidade intensificar o efeito na oferta de horas de trabalho. A informalidade no Brasil caracteriza-se por trabalhos mal ou não remunerados, pela jornada incerta e pela ausência de direitos trabalhistas ou previdenciários, visto que a maioria dos trabalhadores informais não contribui voluntariamente para a Previdência Social. A parte não contributiva da Previdência Social, constituída pelo Benefício de Prestação Continuada e pela Previdência Rural, oferece suficientemente aposentadoria para a população pobre. No entanto, outras fontes igualmente importantes de insegurança de renda não são supridas para os trabalhadores informais quando não há contribuição voluntária para a Previdência, tais como o auxílio-invalidez e a licença-maternidade, contribuindo para a insegurança de renda das famílias pobres. Deste modo, a informalidade, assim como a dificuldade de inserção das mulheres no mercado de trabalho de forma mais igualitária aos homens, são fatores agravantes da insegurança de renda que justificam a importância de prover uma fonte de renda mais estável via programas de transferências de renda, na ausência de políticas mais amplas e efetivas que garantam o acesso à Previdência Social e ao trabalho decente, a fim de se reduzir efetivamente a vulnerabilidade das famílias pobres e extremamente pobres.

REFERÊNCIAS

- BECKER, G. S. **The economic approach to human behavior**. Chicago: The University of Chicago Press, p. 92, 1976.
- CARDOSO JÚNIOR, J. C. **Estrutura setorial-ocupacional do emprego no Brasil e evolução do perfil distributivo nos anos 90**. Rio de Janeiro: Ipea, p. 13, 1999. Working Paper, n. 655.
- CHIAPPORI, P. Collective labor supply and welfare. **The Journal of Political Economy**, vol. 100, n. 3, p. 437-467, June 1992.
- FERRO, A. R.; NICOLLELA, A. C. **The impact of conditional cash transfers programs on household working decision in Brazil**. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.iza.org/conference_files/worldb2007/ferro_a3468.pdf>. Acesso em: 9 out. 2008.
- FOGUEL, M. N.; BARROS, R. P. The effects of conditional cash transfer programmes on adult labour supply: an empirical analysis using a time-series-cross-section sample of

Brazilian municipalities. *In*: ANPEC. **Anais**. 2008. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211655420-.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2009.

GRONAU, R. Home production: a survey. *In*: ASHENFELTER, O.; LAYARD, R. (Ed.). **Handbook of labor economics**. Amsterdam: North Holland, p. 273-303, 1986.

MARTINEZ, S. **Pensions, poverty and household investments in Bolívia**. 2004. Disponível em: <http://emlab.berkeley.edu/users/webfac/bardhan/e271_f04/martinez.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2008.

PARKER, S.; SKOUFIAS, E. **The impact of Progresa on work, leisure and time allocation**. International Food Policy Research Institute, 2000. Final report. Disponível em: <http://www.ifpri.org/themes/progresa/pdf/ParkerSkoufias_timeuse.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2009.

SOARES, F.; RIBAS, R.; OSÓRIO, R. **Avaliando o impacto do Programa Bolsa Família: uma comparação com programas de transferência condicionada de renda de outros países**. 2007. Disponível em: <<http://www.undp-povertycentre.org/pub/port/IPCEvaluationNote1.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2008.

STEPHENS, J. R. M. Worker displacement and the added worker. **NBER**, Cambridge, 2001. Working Paper, n. 8260.

TAVARES, P. A. Efeito do Programa Bolsa Família sobre o trabalho das mães. *In*: Encontro nacional de estudos populacionais. **Anais**. ABEP, Caxambu, Minas Gerais, 2008.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

INTRODUÇÃO

REAÇÕES À VIOLÊNCIA – NOTAS DE PESQUISA

Leilah Landim

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO E SEGURANÇA PÚBLICA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: ESTRATÉGIAS PARA A AÇÃO

Marcelo Henrique da Costa

Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho

INTRODUÇÃO

A seção de Economia Solidária e Políticas Públicas traz, neste número do boletim, um tema pouco usual nas discussões sobre o mercado de trabalho: a prevenção da violência.

O início da execução de um acordo de cooperação técnica entre o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria Nacional de Economia Solidária, e o Ministério da Justiça, no contexto do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), definindo ações de economia solidária como forma de prevenir a violência e a criminalidade, colocou o tema – de maneira muito especial – como matéria de discussão para esta seção.

De fato, tal articulação de políticas de âmbitos aparentemente tão distintos da realidade levanta desafios de toda ordem aos formuladores e executores desses programas e ações. Parte destes pode ser vislumbrada nos dois textos que contribuem para a problematização do assunto nesta edição.

O primeiro texto, assinado por Leilah Landim, levanta um conjunto de reflexões suscitadas pela pesquisa desenvolvida pela autora na Baixada Fluminense. Embora não trate diretamente da questão da geração de trabalho e renda, indica, de forma muito viva, uma série de pistas sobre a complexidade das articulações entre pobreza e violência. Uma das pistas aponta para a importância de se buscar compreender este binômio a partir de uma perspectiva totalizante, capaz de contribuir para questionar o recurso às simplificações conceituais e operacionais tão caras aos responsáveis pela formulação e execução de políticas públicas. Tal questionamento figura fundamental para que se possa pretender aumentar as chances de êxito em projetos que se propõem tão grandes e se constituem em significativos desafios.

O mesmo tipo de preocupação também pode ser detectado no texto subsequente, ainda que de maneira diversa. Seus autores, Marcelo Henrique da Costa e Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho, estão justamente no *front* operacional da batalha, com a responsabilidade de apoiar, desenhar e gerenciar ações, apesar de haver, como reconhecem os próprios pesquisadores, *uma série de limitações quanto às possibilidades de intervenção*.

Mesmo com pouco espaço para desenvolver suas reflexões, os dois textos foram capazes de produzir estímulos suficientes para que, em termos do debate das propostas, a temática da articulação da economia solidária com as políticas de segurança pública e de prevenção da violência volte a ser objeto desta seção em futuras edições do boletim.

REAÇÕES À VIOLÊNCIA – NOTAS DE PESQUISA

Leilah Landim*

O objetivo deste artigo é, primeiramente, compartilhar com o leitor algumas das indagações contidas em uma pesquisa em andamento que tem a sociedade civil, o associativismo e a violência criminal urbana como temas privilegiados. Mais precisamente, seu foco recai sobre as organizações e mobilizações sociais contemporâneas referentes à questão da violência nas grandes cidades e periferias.¹ Embora o estudo privilegie dinâmicas que se dão no plano da sociedade, as relações com o poder público, por meio sobretudo das políticas de segurança, são necessariamente relevantes e constitutivas da análise. O trabalho é de cunho etnográfico e seu campo empírico localiza-se no município do Rio de Janeiro e na região da Baixada Fluminense.

Há um segundo objetivo, no entanto, que compõe a parte final destas notas e constitui-se na justificativa imediata do texto: a tentativa de resposta a uma provocação feita pela editoria desta publicação, a qual propôs questões que ainda não haviam sido formuladas. Trata-se de “garimpar” entre os dados da pesquisa – que foram construídos a partir de outras perguntas – elementos ou pistas que contribuam para pensar a relação entre oportunidades de geração de renda e trabalho e enfrentamento da violência urbana. Considere-se, portanto, o caráter ainda incipiente e fragmentado destes comentários.

A incorporação de questões concernentes à violência e à segurança na agenda pública é fenômeno relativamente recente, relacionado ao crescimento e às transformações nas dinâmicas da criminalidade urbana nas duas últimas décadas. É apenas a partir do final dos anos 1980 que se assiste, pouco a pouco, à construção de novas modalidades de políticas, práticas e mobilizações sociais relacionadas à violência e à segurança, assim como ao crescimento de um debate mais vigoroso no espaço público sobre o tema. Intervenções qualificadas passam a ser formuladas a partir de lugares sociais e políticos mais amplos e diversificados, desde instâncias governamentais – incluindo instituições policiais sob seu comando – até especialistas da área acadêmica, passando por organizações da sociedade civil, redes de mobilizações sociais e segmentos empresariais. Constroem-se nestes 20 anos novas representações sobre a *violência urbana* e seu combate, as quais, diferenciadas ou contraditórias, ocupam lugar de peso na vida cotidiana dos habitantes das grandes cidades.²

Conforme se tem estudado, no âmbito do poder público, a União, por meio fundamentalmente da criação e consolidação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP),

* Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora do Instituto de Estudos da Religião (Iser).

1. *Violência, segurança pública e sociedade civil organizada na Baixada Fluminense*, projeto desenvolvido por meio de colaboração entre o Iser e o Ipea, dentro do Programa de Apoio a Redes de Pesquisa (Proredes).

2. Quanto à representação polissêmica da *violência urbana* como categoria que articula hoje o conflito social e as propostas de segurança pública, vejam-se textos de Luiz Antonio Machado da Silva (por exemplo, Silva, 2009).

passou a interferir nos debates, criou espaços de formulação e passou a desenhar estratégias de intervenção, por intermédio de programas criados principalmente nos últimos dez anos. Também já é extensa a literatura que mostra o desenvolvimento, vagaroso e relutante, de novas instâncias, práticas e concepções de políticas de segurança também no âmbito estadual e local. Multiplicam-se experiências de gestão municipal nas quais se ressaltam dois aspectos: orientação das políticas de segurança segundo uma perspectiva de prevenção; e articulação da sociedade e do poder público na sua gestão. A segurança pública abrange, cada vez mais, a adoção de modelos e práticas multissetoriais, e a construção de novas relações com comunidades locais. O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas) é exemplar, nesse sentido.³ Tem-se, portanto, criado um ambiente institucional propício – também na área da segurança – a parcerias entre poder público e projetos locais que visem à inclusão e ao fortalecimento de laços de solidariedade social.

Tomando-se o plano da sociedade civil, existe menor acúmulo de estudos sobre as iniciativas e organizações relacionadas à violência urbana que, concomitantes aos processos de formulação de novas políticas, surgem no espaço público nesse período. São atores que criam (ou não) interlocuções com estas políticas, e merecem ser mais conhecidos em sua concretude, para além de concepções muito genéricas e ideais sobre uma “sociedade civil” presente em espaços participativos. Do ponto de vista deste trabalho, que privilegia a ação coletiva, são, certamente, atores cujas características particulares tendem a marcar de alguma forma o terreno dos movimentos sociais contemporâneos, compartilhando dos dilemas e impasses nos rumos atuais da participação e do associativismo. Uma das hipóteses desta pesquisa é que a *violência* vem-se constituindo, hoje, como um eixo estruturante de ações sociais e coletivas, podendo tornar-se tema perene de articulação política na sociedade organizada brasileira.

Valem observações esquemáticas sobre o campo empírico a partir do qual se constrói a pesquisa e se dialoga com as questões apontadas. Trata-se do acompanhamento de mobilizações sociais surgidas como reação a uma “chacina” de grande dimensão, ocorrida em dois municípios da Baixada Fluminense, em 2005.⁴ Estas mobilizações, como outras desta natureza, mantiveram-se em ebulição por certo tempo (no caso, dois a três anos), até se dispersarem aos poucos e por fim cessarem. Suas dinâmicas, limites e possíveis consequências são objeto do estudo etnográfico, e não cabe desenvolvê-las neste artigo.

Resumidamente, esse acontecimento dramático provocou de imediato, de forma inédita na região, um movimento que colocou em interação enorme diversidade de associações, organizações não governamentais (ONGs), igrejas, personalidades acadêmicas e políticas, e representantes do poder público. Ativou relações originais entre atores do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense, e marcou de alguma forma as representações e dinâmicas historicamente construídas entre um “centro” e uma “periferia”, nas quais se forja para esta uma identidade estigmatizada como região violenta e fornecedora de mão de obra pouco qualificada para a metrópole. Conferiu-se visibilidade a uma pouco conhecida *sociedade civil* na região da Baixada e foram trazidos para a cena pública antigos e novos atores locais, criando-se também espaços organizacionais – sendo o mais cristalizado o Fórum Reage Baixada contra a Violência – cujos formatos, agentes convocadores, discursos e dinâmicas constituem-se em objeto de análise. Finalmente, os caminhos empíricos da pesquisa, que

3. Veja-se Sento-Sé (2005) para análises de experiências municipais no início dos anos 2000.

4. Na noite de 31 de março de 2005, um grupo de policiais militares do 20º Batalhão matou 29 pessoas aleatoriamente, atirando a esmo pelas ruas, nos municípios de Nova Iguaçu e Queimados. A “chacina” relacionou-se a disputas internas na corporação, como tentativa de desestabilização social.

mostraram a formação de mobilizações em rede, conduziram a organizações que, presentes naquele momento na Baixada, têm sua sede e incidência maior de atuação na cidade do Rio de Janeiro. Alguns destes casos foram escolhidos para ampliação do estudo.

Acompanhando-se o mencionado fórum contra a violência, por exemplo, cadastraram-se a partir das listas de presença mais de 200 organizações da Baixada Fluminense, as quais passaram por suas reuniões entre abril de 2005 e dezembro de 2006. São ONGs identitárias e de defesa de direitos – destacando-se, em instâncias de convocação, lideranças do movimento homossexual e organizações de juventude, dada a questão da violência; igrejas e cultos religiosos, com o enorme peso do Centro de Defesa de Direitos Humanos da Igreja Católica, mas também com presença significativa de evangélicos; associações de cunho comunitário ou territorial, como as de moradores; sindicatos; entidades de assistência social; além das mães e outros familiares de vítimas que se vêm transformando em sujeitos, trazendo discursos e repertórios particulares a estas mobilizações. Contou-se também com a presença de 16 organizações governamentais. Ressalte-se o esforço realizado, sobretudo no início, para interlocuções com o poder público. Foi intensa a ideia da centralidade da responsabilidade do Estado nestes processos, sujeita a diversas interpretações. Idas de comissões a Brasília, convocações de audiências públicas, contatos com diferentes autoridades estaduais: não foram poucas as tentativas de interlocução, umas mais, outras (talvez a maioria) menos bem-sucedidas.

Considerando-se, então, os fenômenos que se dão no plano das organizações da sociedade civil, observaram-se dois processos. Primeiramente, instâncias já estabelecidas de organização e articulação em torno de outras temáticas introduziram a questão da violência urbana e da segurança pública, direta ou indiretamente, em seu repertório de problemas. Nestes casos, é perceptível a influência sofrida por organizações ligadas à defesa dos direitos, como as de direitos humanos, de crianças e adolescentes, da mulher, de homossexuais e de outras organizações relacionadas ao campo popular que se originaram nos últimos 30 ou 40 anos. Em geral batizadas como ONGs, estas organizações só mais recentemente começaram a incorporar questões relacionadas à criminalidade urbana e à segurança pública em suas agendas. Da mesma forma, organizações mais tradicionais, como as associações de moradores ou os sindicatos, ou ainda as entidades assistenciais e filantrópicas, passaram tanto a desenvolver novos projetos e ações no âmbito do debate sobre a violência quanto a ressemantizar velhas iniciativas, problematizando-as agora no quadro de sua prevenção e combate.⁵

Além dessa tendência, porém, pode-se perceber o surgimento de novos grupos, com novas características. São organizações, espaços e redes de ação que têm na temática da violência urbana justificativa relevante para sua criação, ou seu eixo estruturante. Trata-se de organizações associativas cujas motivações de origem, agentes e trajetórias diferem das encontradas no universo já estabelecido e mais institucionalizado. Entre elas, encontraram-se grupos de apoio a vítimas da violência, associações de mães e familiares de vítimas, grupos culturais de jovens de periferia, grupos focados na disseminação de uma *cultura da paz*, entidades que oferecem cursos profissionalizantes ou pré-vestibulares para segmentos negros e de origem popular, entre outras agremiações a serem detectadas, em terreno de ainda ambíguas classificações.

Fora algumas organizações novas e relevantes de defesa de direitos humanos ou de pesquisa sobre violência e segurança pública, compostas por profissionais de classe média (como advogados, psicólogos ou cientistas sociais), os grupos mencionados são diversificados

5. Inspiração para esse enfoque é o trabalho de Leite Lopes (2004) sobre a análoga "ambientalização dos conflitos sociais"; no caso, a entrada de questões relativas ao meio ambiente em dinâmicas de mobilização.

e localizados. Composto um mundo de iniciativas e esforços de pouca visibilidade, eles estão espalhados frequentemente por áreas periféricas, como bairros em cidades da Baixada Fluminense (a “periferia da periferia”) ou favelas cariocas. Relacionam-se de alguma forma a desafios colocados pela violência criminal, e passam a pontuar os “territórios da pobreza”, nos quais redes de armas e narcotráfico instalam-se mais facilmente, embora não exclusivamente. São fenômenos que se constroem em ambiente adverso para a politização, perpassados pela fragmentação e pela fragilidade. Seus atores utilizam formatos que variam de projetos sociais a associações representativas, de ação caritativa a ativismo. Constituem ora movimento de protesto, ora prestação de serviços ou manifestação cultural, e às vezes assumem várias destas feições ao mesmo tempo. Organizam-se em redes – ou teias –, mas ainda apresentam baixa capacidade de articulação para além do nível local, e frágeis canais de interlocução com o poder público. Em eventos ou mobilizações nos quais têm peso organizações relacionadas a reações à violência, pode-se observar um “rejuvenescimento” e um “enegrecimento” dos participantes, características certamente relacionadas aos segmentos da população mais afetados pelo problema, como indicam conhecidos dados estatísticos.

Ao acompanharem-se de perto as situações de mobilização na Baixada Fluminense, observa-se o quanto a precariedade de renda e recursos materiais de existência perpassa não somente a vida, mas a fala dos ativistas neste contexto, e interfere diretamente na ação coletiva. A presença rarefeita das pessoas em encontros e manifestações é frequentemente justificada, de forma pública, pela falta de dinheiro para a passagem ou para “o lanche”, ou por motivos semelhantes. O trabalho de campo colocou a pesquisa imersa, de forma intensa, nesta precariedade cotidiana, vivida claramente pelos familiares de vítimas, os participantes menos inseridos previamente em redes organizacionais.⁶ São situações que demandam o tempo todo “ajudas”, nas quais se faz sentir a relevância – no caso, devido à ausência – de organizações mediadoras ou de práticas de apoio do poder público. Sente-se na experiência do dia a dia a tematização da relação entre precariedade de vida e baixa participação associativa.

Considerando-se esse contexto, no qual ressalta, portanto, a baixa capacidade de pressão política dos segmentos afetados pela violência urbana, deve-se buscar as consequências e os sentidos possíveis destas mobilizações instáveis.

Entre essas consequências, pode-se sugerir que movimentos como os estudados são momentos, mesmo que provisórios, não apenas de criação de novas interações, mas também de enunciação e disseminação de concepções que farão parte do repertório público sobre violência urbana e segurança pública: apoio às vítimas, no âmbito da compaixão; cobranças de punição dos culpados; propostas de transformações na polícia; debates sobre desenhos de segurança pública; ênfase em projetos de defesa de direitos; ênfase em ações sociais na prevenção da violência; disseminação de denúncias; reivindicações imediatas de indenizações por parte do Estado;⁷ entre outras. Geram-se, no plano da subjetividade – tão relevante neste caso – possibilidades inusitadas de administrar as relações emocionais, como o medo, a desconfiança e a insegurança.

6. Por exemplo, tornou-se problema de discussão a falta crônica de recursos dos familiares de vítimas da chacina para se manterem mobilizados junto ao fórum de Nova Iguaçu, acompanhando os julgamentos dos policiais acusados; a ausência de recursos para elaborar sequer uma faixa ou panfleto; ou a falta de dinheiro para a passagem em deslocamentos exigidos por mobilizações (principalmente quando se tratava de ir ao município do Rio de Janeiro).

7. Observe-se que todos os policiais indiciados foram, no decorrer de quatro anos, julgados e condenados, assim como foi obtido o direito de indenizações aos familiares das vítimas letais.

Nessa polifonia, predominam os discursos da chamada sociedade organizada, entre os quais são emblemáticos os de organizações que convocam e organizam o movimento, como algumas ONGs de defesa de direitos, as antigas federações de associações de moradores e o Centro de Defesa de Direitos Humanos da Diocese de Nova Iguaçu. Causas denominadas estruturais têm então relevância, compreendendo-se a “violência como resultado conjunto da impunidade e do abandono socioeconômico” (*Jornal do CDH*, abril de 2005), em uma perspectiva de busca de justiça e segurança pública, para “assegurar os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais”, nas palavras de documento oficial produzido pelo fórum em maio de 2005. Os debates sobre desigualdade e pobreza – nos quais se situa a questão do desemprego ou da precariedade de trabalho e renda – têm lugar nestas situações, embora de forma genérica e cautelosa, devido às controvérsias que envolvem relações de causa e efeito, quando está em pauta a propensão à violência.

Visto isso, é razoável supor que se esteja construindo um ambiente favorável ao surgimento de novas justificativas para projetos que impliquem a geração de renda e a profissionalização, sob uma forma que fuja do caráter meramente assistencial e que igualmente possa vir a provocar interlocuções com o poder público. Desenvolve-se um campo propício para a invenção e execução de ações – sobretudo no plano local – que relacionem o enfrentamento de processos de violência criminal com a geração de trabalho e renda. As novas políticas de segurança que estão surgindo, nesse sentido, tanto legitimam estas iniciativas quanto encontram um terreno, ao que tudo indica, mais fértil para diálogos com a sociedade.

Como foi dito, não se buscou diretamente, no campo empírico pesquisado, enxergar onde estão e como funcionam iniciativas que visam gerar profissionalização ou renda. Valem alguns comentários sobre experiências mais visíveis que cruzaram os caminhos do movimento social, trazidas pelo que se chama neste estudo de novos grupos relacionados de alguma forma à questão do enfrentamento da violência: “mães” e “jovens”.

Observam-se tentativas de criação de cooperativas, ou ONGs, com o objetivo de geração de renda para mães de vítimas da violência, por meio de atividades artesanais. O contato direto com uma delas – e indireto com outras – revela que seu sentido é juntar necessidades de suprir a carência material a outros significados, tais como: dar apoio psicológico, mediante terapias, a suas participantes; desenvolver valores e práticas de cooperação; proporcionar formas de grupalização; e facilitar, indiretamente, a manutenção destas mulheres no ativismo público. Pode haver consequências positivas quanto ao fortalecimento do associativismo que se desenvolve e espalha pelo país, através de redes, relacionado ao novo sujeito coletivo formado pelos familiares dos atingidos por mortes violentas (como declarou um deles, mais de 90% são vítimas de policiais militares). Pelo que se observou na experiência de uma ONG de mães visitada – e de outros dados recolhidos –, o sucesso econômico destas iniciativas é um desafio e, em que pesem as motivações existentes, depende de intervenções especificamente qualificadas, dadas as trajetórias e a situação das mulheres que nelas se envolvem.

Os cursos pré-vestibulares para negros e carentes, experiências já conhecidas e disseminadas, frequentaram os espaços de mobilizações na Baixada Fluminense. Tematizando crescentemente a questão da violência, seus agentes trouxeram, por meio de depoimentos, também no contexto de favelas no Rio de Janeiro, uma questão que permeia projetos profissionalizantes, relacionada às suas motivações: os jovens se interessam menos por cursos profissionalizantes para atividades subalternas e de futuro incerto. Por sua vez, os cursos pré-vestibulares são considerados porta para uma inclusão desejada.

Finalmente, a presença no movimento de grupos de jovens relacionados à produção cultural foi constante e visível, mesmo que intermitente. A trágica frequência com que jovens são assassinados na região da Baixada Fluminense (inclusive por policiais e milicianos) fez com que os espaços do Reage Baixada, enquanto existiram, fossem palco de denúncias, mobilizações e busca de apoio e mediação por parte dos grupos que relacionam arte e política, como alguns do hip-hop, teatro, cinema etc. De modo bem mais frágil que no município do Rio de Janeiro, eles estão também espalhados pela Baixada Fluminense e parecem mobilizar de modo particular corações e mentes de segmentos da juventude.

Esse tipo de manifestação – grupos informais, organizações, projetos – já é mais que conhecido e tematizado, enquanto fenômeno das periferias, ressaltando-se suas possibilidades particulares de sedução dos jovens, na concorrência não apenas material, mas sobretudo simbólica, com o mundo do tráfico e seus possíveis atrativos.⁸ Conforme vem sendo apontado por alguns estudiosos, uma das características originais destas iniciativas é o seu caráter “com fins lucrativos”. Como dizem Silvia Ramos e Julita Lemgruber (2004), por um lado usam-se estratégias de sedução antenadas com o espírito de interesses contemporâneos, como internet, arte, viagens, intercâmbios. Por outro lado, um forte componente destas atividades é o incentivo à geração de renda a curto prazo, buscando profissionalização, sucesso e colocação no mercado. Como ainda mencionam as autoras, quanto à questão da criminalidade, várias destas iniciativas equilibram-se “entre a denúncia da violência, do desrespeito e da corrupção policiais e a construção de uma trajetória de autonomia e independência com relação ao tráfico local” (RAMOS e LEMGRUBER, 2004, p. 52). Não faltam casos exemplares destas situações.

Finalmente, vale mencionar o campo novíssimo, ainda embrionário, que se abre para esses tipos de atividades, a partir das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Logo de início tem-se colocado um problema que, embora pontual, não deixa de ser relevante: a questão de como criar ocupação e renda para as pessoas que permanecem nas favelas e faziam parte da mão de obra das redes do tráfico. A maior abertura destes territórios ao mercado coloca certamente novos processos de geração de emprego nestas áreas. A ver e acompanhar.⁹

A urgência imposta pelos altos índices de criminalidade violenta e pela reconhecida precariedade que ainda caracteriza os mecanismos hoje disponíveis para se lidar com eles cria uma atmosfera peculiar, tanto no plano de políticas públicas quanto de iniciativas da sociedade civil. Experiências relacionadas à segurança pública não faltam e se multiplicam, criando ambiente institucional cada vez mais propício a interações de iniciativas entre sociedade e Estado. Há uma tendência razoavelmente clara de se reconhecer que a melhor forma de lidar com questões relativas à violência implica a articulação destas instâncias e entidades num esforço comum e coordenado, o que demanda mais avaliação e monitoramento das experiências que vêm sendo postas em prática.

8. A ideia de projetos que “disputam” jovens com o tráfico tem originado debates instigantes e relevantes, nos quais ficam na berlinda possíveis concepções de “criminalização dos pobres” envolvidas nestes processos. Para uma visão crítica, nessa direção, de projetos sociais em favelas vejam-se os recentes trabalhos de Luiz Antonio Machado da Silva, como Silva (2009).

9. São sintomáticas as manchetes de duas recentes reportagens no jornal *O Globo*: Das Fileiras do Tráfico à Fila do Emprego, de 23/01/2011, e Com Fins Lucrativos, sobre o sucesso do grupo Afroreggae, de 21/01/2011.

REFERÊNCIAS

LOPES, J. S. L. (Org.). **A ambientalização dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

RAMOS, S.; LEMGRUBER, J. Criminalidade e respostas brasileiras à violência. *In: Observatório da Cidadania*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), 2004.

SENTO-SÉ, J. T. (Org.) **Prevenção da violência, o papel das cidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, L. A. M. Violência, sociabilidade e ordem pública no Rio de Janeiro: uma tomada de posição. *In: BARREIRA, C. (Org.). Violência e conflitos sociais*. Campinas: Pontes, 2009.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO E SEGURANÇA PÚBLICA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: ESTRATÉGIAS PARA A AÇÃO

Marcelo Henrique da Costa*
Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho**

O Rio de Janeiro encontra-se, neste início de 2011, diante de um dos maiores desafios de suas últimas décadas: realizar o combate ao tráfico de drogas e suas danosas consequências, por meio da criação de condições econômicas, sociais e culturais que permitam aos que vivem sob o jugo de tal atividade melhorarem suas vidas e se tornarem cidadãos de fato.

O lugar do qual falamos é o de atores engajados no processo de compreensão e transformação da realidade da cidade do Rio de Janeiro rumo a uma cidade mais justa, que garanta igualdade de oportunidades para todos. A convicção é que a economia solidária pode ajudar a estabelecer os contornos de um novo modelo de desenvolvimento para a cidade.

O início da execução do Programa Rio Economia Solidária, com ação em quatro territórios carentes da cidade (Morro Santa Marta, Complexo do Alemão, Complexo de Manguinhos e Conjunto Habitacional Cidade de Deus),¹ apresenta uma nova série de desafios para essa perspectiva.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA CONJUGADAS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO

Para se iniciar um processo sério de melhoria das condições de vida da população pobre e favelada do Rio de Janeiro, incluindo-se a recuperação daquela ínfima fração de jovens diretamente envolvidos com o tráfico de drogas, é preciso estabelecer estratégias de ação que articulem as necessidades imediatas (a repressão ao tráfico e seu desbaratamento) com

* Secretário de Desenvolvimento Econômico Solidário da Cidade do Rio de Janeiro (Sedes/PCRJ). Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Veiga de Almeida e professor de administração do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais do Rio de Janeiro (IBMEC/RJ).

** Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense. Membro da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (IEES/UFF) e do grupo de pesquisa Fronteiras e Transformações das Práticas Estatais e Políticas, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

1. O Programa Rio Economia Solidária é um dos projetos desenvolvidos pela Sedes/PCRJ. Sua execução teve início recentemente, em novembro de 2009. Os recursos são oriundos de um convênio entre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça, e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Embora estes recursos sejam expressivos em termos do histórico das políticas públicas de economia solidária, trata-se na verdade de uma gota d'água, frente aos desafios que esta perspectiva enfrenta: dar conta dos problemas das populações pobres das metrópoles brasileiras.

outras de médio e longo prazo. Serão necessárias políticas de segurança pública de novo tipo, acopladas a um novo entendimento do que são as relações econômicas e do que é o desenvolvimento econômico.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA DE UM NOVO TIPO

Acredita-se que o Pronasci² seja um bom exemplo dessas novas políticas, às quais mais recentemente têm se somado outras iniciativas exitosas em diversas Unidades da Federação. Precisa-se de uma concepção de segurança pública que corresponda a um Estado radicalmente democrático, e que contemple as seguranças econômicas, sociais e culturais; que utilize o mínimo de força possível e o máximo de ampliação das oportunidades e direitos sociais. Só por este caminho pode-se começar a sanar o déficit histórico que o Estado possui com as populações pobres do país, inclusive aquelas que vivem em favelas.³

O histórico de violência nas relações entre o Estado brasileiro e as populações faveladas do Rio de Janeiro é tal que, para o sucesso de quaisquer políticas de segurança, é absolutamente imprescindível a construção de uma nova polícia, que seja comprometida com o respeito aos direitos dos pobres, como cidadãos que são.

Nesse sentido, as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), criadas pelo governo do estado, são muito bem-vindas.⁴ O entusiasmo e o “consenso” criado em torno das UPPs não podem, no entanto, nos tornar cegos para seus problemas e dificuldades.

O primeiro deles é de escala: para ser implementado nas principais regiões de conflito da cidade, o programa exige recursos que aparentemente não existem. O segundo diz respeito à formação desse novo policial cidadão e ao rompimento com as estruturas de corrupção historicamente construídas. Um terceiro problema se refere ao lugar das polícias comunitárias na mediação entre as populações locais e a sociedade mais ampla. No entanto, obviamente, o maior desafio significará associar políticas permanentes de Estado, como saúde, educação, assistência social e segurança pública, com políticas específicas, fomentadoras de um ambiente favorável à construção de um desenvolvimento sustentável. Formação profissional de qualidade e em larga escala; apoio ao empreendedorismo e associativismo; oportunidades de microcrédito; assistência técnica; formalização e canais de escoamento da produção; e acesso à tecnologia e à inovação são alguns dos exemplos desta nova política pública.

Outro problema sério a ser enfrentado é a militarização dos confrontos com o tráfico. Embora possa ser admitida, em caráter excepcional, a participação das Forças Armadas,

2. O Pronasci foi instituído pelo governo federal em 20 de agosto de 2007, no segundo mandato do presidente Lula (2006-2010). Ele se define da seguinte forma: “Desenvolvido pelo Ministério da Justiça, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) marca uma iniciativa inédita no enfrentamento à criminalidade no país. O projeto articula políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública”. Extraído de: <www.mj.gov.br/pronasci>. Acesso em 06/03/2010.

3. Cecília Coimbra (2001), numa pesquisa muito importante, demonstrou, a propósito das operações militares levadas a cabo nas favelas do Rio de Janeiro – a chamada Operação Rio, em 1994/1995 –, como elas dão vazão a uma prática e a uma forma de pensamento que associa íntima e preconceitosamente pobreza e violência, atualizando um mito importante para as ideologias conservadoras dominantes: o das “classes perigosas”.

4. “A Unidade de Polícia Pacificadora é um novo modelo de Segurança Pública e de policiamento que promove a aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades. Ao recuperar territórios ocupados há décadas por traficantes e, recentemente, por milicianos, as UPPs levam a paz às comunidades (...). Criadas pela atual gestão da Secretaria de Estado de Segurança, as UPPs trabalham com os princípios da Polícia Comunitária. A Polícia Comunitária é um conceito e uma estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública”. Extraído de: <www.upp.rj.gov.br>. Acesso em 24/05/2010.

ela não pode se tornar regra ou servir de modelo de solução de litígios com comunidades conflagradas, como ocorrido recentemente nas operações no Complexo do Alemão. É claro que a operação é desejável, inclusive porque tem intenções de permanecer (ir além de uma “operação”) e criar melhores condições de vida para os moradores.

Por tudo o que foi aqui colocado acerca das relações entre o Estado (nos seus três níveis: federal, estadual e municipal) e a população das favelas no Rio de Janeiro, não se pode deixar de expressar, no entanto, algum receio. Este é o momento também para que as forças de repressão depurem seus efetivos, coibindo qualquer tipo de desvio e concedendo poder de fato às corregedorias e ouvidorias, e deem voz aos moradores.

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO

Essa concepção ampla de segurança deve se articular com um desenvolvimento econômico solidário que privilegie a inclusão dos mais pobres e respeite os limites ecológicos de nossa relação com o planeta. Também é fundamental tornar as ações e esforços rumo a este desenvolvimento econômico alternativo em ações de longo prazo que respeitem as dificuldades locais – não só falta de recursos e de qualificação para as formas de trabalho não subordinadas contemporâneas, mas também baixa autoestima, mortificação de uma sociedade civil local crítica, processos subjetivos de “silenciamento” impostos pelo medo. Tais ações objetivam o estímulo aos empreendimentos econômicos solidários e sua conexão em redes.

O argumento parte da experiência desenvolvida pelos fundadores do Banco Comunitário Palmas, em Fortaleza, e sua posterior sistematização: não existem comunidade pobres, existem comunidades empobrecidas. Se todos os recursos que as comunidades pobres recebem (salários, pensões, bolsas de assistência, rendas informais etc.) forem devolvidos à própria comunidade, na forma de circulação de riqueza e investimentos, pode-se criar, desde que planejado com cuidado e com a participação de todos, um ciclo virtuoso de desenvolvimento local.⁵

A economia solidária encontra no desenvolvimento local, portanto, um importante aliado para o combate ao sistema de reprodução das desigualdades econômicas, sociais e culturais vigentes.

Dada a complexidade da questão, uma série de medidas deve ser desencadeada, a começar pelo problema da posse. Um número muito reduzido de pessoas nas favelas tem a posse dos lugares onde vivem. As favelas foram formadas exatamente porque os mais pobres não têm como pagar pela compra de terrenos ou imóveis, e menos ainda por aluguel.

Sobre esse ponto, pouco tem sido feito nos últimos anos para corrigir o déficit histórico. Embora correto e abrangente nas suas diretrizes gerais, o Plano Nacional de Habitação, lançado em 2004, tem sido pouco efetivo nas ações de regularização fundiária. As ações de regularização fundiária não estão, note-se, inseridas no conjunto de ações do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que privilegia a construção de obras de infraestrutura (MORAIS, REGO e SARAIVA, 2009, p. 422-423). Na opinião dos autores deste artigo do boletim, é chegado o momento de enfrentar o problema de maneira sistêmica, enquanto uma questão de infraestrutura para as políticas de urbanização das favelas do Rio – e, por extensão, do país. Garantir a posse da terra e a melhoria das condições de habitação são objetivos que convergem e se complementam.

5. O Banco Comunitário Palmas, criado em 1998, foi o coroamento do movimento social levado a cabo pelos habitantes do bairro da periferia Palmeira, que se organizaram para criar melhores condições de vida já no final da década de 1970. Embora tal movimento tenha sido coetâneo ao Grameen Bank, do paquistânês Yunus, trata-se de um desenvolvimento endógeno, como lembra um de seus fundadores (Melo, 2009).

O desenvolvimento solidário deve entender as favelas do Rio de Janeiro como territórios produtivos, nos quais mora e trabalha uma enorme massa de cidadãos historicamente desprivilegiados pelo Estado. O desenvolvimento solidário deve atingir a todos, de forma que todos se beneficiem da riqueza produzida, e não apenas alguns. Investir e apoiar soluções coletivas para os problemas encontrados estimula a consciência coletiva de pertencimento comunitário.

O Estado (os seus três níveis, de forma articulada, bem entendido) deve garantir, como ponto de partida, a propriedade coletiva dos meios necessários e a assessoria técnica para as qualificações necessárias. Mais uma vez, a chave para o sucesso é o diálogo direto com a comunidade e os moradores, e não a imposição de planos arquitetados em gabinete.

Juntos, o Estado e a sociedade local devem identificar as oportunidades econômicas existentes e planejar sua atuação no sentido de fortalecer cadeias produtivas que permitam que seus membros produzam algo que lhes dê “boa remuneração” (SINGER, 2004, p. 3). Criar condições para um ambiente favorável aos micro e pequenos empreendimentos é outro objetivo,⁶ na perspectiva de desenvolver cadeias produtivas com as quais os empreendimentos econômicos solidários possam negociar e disputar em melhores condições frente às grandes empresas privadas.

Todo esse esforço precisa contar com uma política de crédito adequada à situação de total ausência de recursos e poupança. Políticas de microcrédito produtivo orientado com colateral social e taxas reduzidas podem ser uma alternativa.⁷

O RIO ECONOMIA SOLIDÁRIA

No âmbito do Programa Rio Economia Solidária tem-se, evidentemente, uma série de limitações quanto às possibilidades de intervenção. É preciso, portanto, que uma série de outras ações – algumas das quais acima listadas – se conjuguem, de forma a aumentar as possibilidades de que o desenvolvimento econômico solidário se torne uma realidade.

As ações são basicamente três, perpassadas por uma preocupação mais geral. Está sendo realizado um levantamento do tecido socioprodutivo existente nos territórios, de forma a se dialogar com ele. O instrumento eleito para este fim é a pesquisa-ação, que envolve a população local no processo de produção do conhecimento utilizado como base para a intervenção planejada.

Uma segunda ação consistirá no apoio aos empreendimentos econômicos solidários (EES)⁸ das comunidades envolvidas, por meio de fomento e equipagem, capacitação, qualificação e profissionalização da gestão dos EES. Tem-se o desafio de incentivar produção, gestão e consumo coletivos, em especial nas seguintes atividades econômicas inicialmente encontradas nos territórios: alimentação, turismo, artesanato, construção civil, cultura e samba, resíduos sólidos e comunicação.

6. “A criação de um ambiente favorável aos micro e pequenos empreendimentos (...) caracteriza-se por uma reorientação da atuação do Estado, que passa a atuar de forma mais descentralizada e em parceria com a sociedade civil e a própria iniciativa privada. Para isso, por detrás das redes de pequenas e médias empresas, deve haver um radical processo de mobilização democrática da sociedade” (Urani, 2006, p. 235).

7. Nesse sentido a parceria entre a Sedes/PCRJ e o Banco do Nordeste (BNB) permitiu que houvesse, nos últimos 15 meses, por intermédio do programa Crediamigo, o incremento de mais de R\$10 milhões na economia carioca.

8. Segundo a definição da Senaes, os EES são necessariamente coletivos e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados, e que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização. Disponível em: <www.mte.gov.br/ecosolidaria>.

Uma terceira ação residirá na criação de banco comunitário na Cidade de Deus. Inspirado na experiência exitosa de Palmeira, no Ceará, e de dezenas de outras comunidades que apostaram na moeda social (um circulante local, paritário com o real, trocado na agência do banco e circunscrito ao território), a Cidade de Deus incorporará esta tecnologia social, que poderá chegar a dezenas de outros territórios na cidade nos próximos anos.

A preocupação geral que atravessa o Rio Economia Solidária diz respeito ao orgulho que os moradores das favelas e comunidades pobres devem encontrar na sua história. A violência – tanto por parte do tráfico de drogas quanto por parte do Estado – levou a que muito moradores perdessem a esperança no futuro. A ação denominada de Projeto Memória, pertencente ao Rio Ecosol, pretende atuar sobre a elaboração coletiva e individual do passado enquanto momento também de luta e resistência, e que se atualiza nas lutas de hoje. Para isso as reuniões têm lugar em oficinas nas comunidades, moradores que são atores históricos deste processo.

Por último, acredita-se que uma das funções precípua do Estado nas favelas do Rio de Janeiro é colaborar para o estímulo e a difusão do espírito associativo, e para a utilização de decisões e soluções coletivas para os graves problemas que se apresentam. A difusão e o estímulo à formação de associações e coletivos de todo tipo vêm *pari passu* ao cultivo da autonomia e independência nas relações entre o Estado e a sociedade civil. Para tanto, apoiar, desenvolver e estimular o espírito da autogestão nos quatro territórios, bem como em toda a cidade, é o pano de fundo de todas as ações propostas.

REFERÊNCIAS

COIMBRA, C. **Operação Rio**: o mito das classes perigosas – um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do Autor. Niterói: Intertexto, 2001.

MELO, J.; BECU, E.; FREITAS, C. **Viva favela**: quand les démunis prennent leur destin en main. Paris: Editions Michel, 2009.

MORAIS, M. P.; REGO, P. A.; SARAIVA, C. Diagnóstico e desempenho recente da política nacional de habitação. *In*: CARDOSO, J. C. (Coord.). **Brasil em desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2009.

SINGER, P. **É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?** Brasília: Secretaria Nacional de Economia Solidária/ Ministério do Trabalho e Emprego, 2004. Texto para Discussão.

URANI, A.; SILVA, G.; COCCO, G.; GURISATTI, P. Territórios produtivos e desenvolvimento local: um desafio para o Brasil. *In*: COCCO, G.; SILVA, G. (Orgs.). **Territórios produtivos**: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro/ Brasília: DP&A/ Sebrae, 2006.

ANEXO ESTATÍSTICO

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

OCUPAÇÃO

MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

DESEMPREGO

SEGURO-DESEMPREGO

RENDIMENTOS

INFORMALIDADE

Advertência

Os dados deste Anexo Estatístico, que são provenientes da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam valores distintos daqueles que foram publicados até o número 38 deste boletim, em decorrência de novos fatores de expansão das amostras.

Para mais informações, consultar:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/notatecnicareponderacao2009.pdf

ANEXO ESTATÍSTICO

Índice de Tabelas

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

1. PEA por região metropolitana	A1
2. PEA por gênero	A1
3. PEA por grau de instrução	A2
4. PEA por faixa etária	A2
5. Taxa de participação por região metropolitana	A3
6. Taxa de participação por gênero	A3
7. Taxa de participação por grau de instrução	A4
8. Taxa de participação por faixa etária	A4
9. População economicamente inativa que gostaria de trabalhar	A5

II. OCUPAÇÃO

1. Nível de ocupação por região metropolitana	A7
2. Nível de ocupação por gênero	A7
3. Nível de ocupação por grau de instrução	A8
4. Nível de ocupação por faixa etária	A8
5. Nível de ocupação por posição na ocupação	A9
6. Empregados por categoria de ocupação	A9
7. Nível de ocupação por setor de atividade	A10

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

1. Admissões por UF	A11
2. Desligamentos por UF	A12
3. Variação do nível de emprego por UF	A13
4. Admissões por setor de atividade	A14
5. Desligamentos por setor de atividade	A15
6. Variação do nível de emprego formal por setor de atividade	A16

IV. DESEMPREGO

1. Taxa de desemprego por região metropolitana: PME	A17
2. Taxa de desemprego aberto: PED	A17
3. Taxa de desemprego oculto por desalento: PED	A18
4. Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED	A18
5. Taxa de desemprego total: PED	A19
6. Taxa de desemprego por gênero: PME	A19
7. Taxa de desemprego por grau de instrução	A20
8. Taxa de desemprego por faixa etária	A20
9. Taxa de desemprego por posição na família: PME	A21
10. Composição do desemprego por gênero: PME	A21
11. Composição do desemprego por posição na família: PME	A22
12. Composição do desemprego por faixa etária: PME	A22
13. Composição do desemprego por grau de instrução	A23
14. Composição do desemprego por faixa de duração	A23

V. SEGURO-DESEMPREGO

- | | |
|--|-----|
| 1. Requerentes, segurados e valor médio do benefício | A25 |
|--|-----|

VI. RENDIMENTOS

- | | |
|---|-----|
| 1. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região | A27 |
| 2. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região | A27 |
| 3. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação | A28 |
| 4. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação | A28 |
| 5. Salário mínimo real | A29 |

VII. INFORMALIDADE

- | | |
|---|-----|
| 1. Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana | A31 |
| 2. Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana | A31 |
| 3. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana | A32 |
| 4. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana | A32 |

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.1
PEA por região metropolitana
(Em mil pessoas)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2003	1.470	1.599	2.142	5.188	8.965	1.765	21.128	1.360	22.488
2004	1.461	1.654	2.229	5.275	9.130	1.777	21.525	1.379	22.904
2005	1.486	1.722	2.246	5.257	9.182	1.800	21.693	1.446	23.139
2006	1.548	1.735	2.362	5.325	9.335	1.834	22.139	1.443	23.582
2007	1.511	1.832	2.437	5.351	9.549	1.853	22.535	1.481	24.015
2008	1.492	1.805	2.510	5.446	9.774	1.907	22.934	1.564	24.498
2009	1.537	1.858	2.535	5.420	9.911	1.887	23.148	1.558	24.706
2010									
Janeiro	1.544	1.904	2.567	5.542	9.854	1.881	23.292	1.584	24.876
Fevereiro	1.580	1.882	2.554	5.593	9.887	1.895	23.390	1.588	24.978
Março	1.592	1.908	2.616	5.576	9.937	1.906	23.536	1.605	25.141
Abril	1.635	1.936	2.599	5.489	9.978	1.894	23.530	1.582	25.112
Maio	1.652	1.951	2.635	5.541	9.959	1.904	23.642	1.585	25.227
Junho	1.630	1.936	2.614	5.511	9.924	1.911	23.526	1.586	25.112
Julho	1.617	1.946	2.629	5.520	10.011	1.940	23.663	1.594	25.257
Agosto	1.625	1.939	2.655	5.586	9.981	1.949	23.736	1.600	25.336
Setembro	1.693	1.923	2.649	5.539	9.997	1.961	23.762	1.586	25.348
Outubro	1.676	1.927	2.666	5.501	10.036	1.983	23.790	1.596	25.386
Novembro	1.677	1.925	2.657	5.544	9.968	1.988	23.758	1.588	25.346
Dezembro	1.648	1.939	2.639	5.572	9.923	1.981	23.702	1.589	25.291
Jan.-dez./2010	1.631	1.926	2.623	5.543	9.955	1.933	23.611	1.590	25.201

Fonte: PME/IBGE e PME/IPARDES.

TABELA I.2
PEA por gênero
(Em mil pessoas)

Período	Masculino	Feminino
2003	11.737	9.392
2004	11.857	9.668
2005	11.928	9.765
2006	12.139	10.000
2007	12.281	10.254
2008	12.446	10.488
2009	12.502	10.647
2010		
Janeiro	12.532	10.760
Fevereiro	12.612	10.778
Março	12.666	10.870
Abril	12.705	10.825
Maio	12.690	10.951
Junho	12.627	10.899
Julho	12.695	10.968
Agosto	12.755	10.980
Setembro	12.721	11.041
Outubro	12.781	11.009
Novembro	12.822	10.935
Dezembro	12.762	10.940
Jan.-dez./2010	12.697	10.913

Fonte: PME/IBGE.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.3
PEA por grau de instrução
(Em mil pessoas)

Período	< 8	8 - 10	> = 11
2003	7.174	4.233	9.686
2004	6.963	4.215	10.307
2005	6.669	4.161	10.830
2006	6.503	4.172	11.430
2007	6.244	4.189	12.072
2008	6.001	4.173	12.732
2009	5.702	4.128	13.292
2010			
Janeiro	5.574	4.160	13.539
Fevereiro	5.543	4.179	13.650
Março	5.603	4.112	13.804
Abril	5.518	4.112	13.873
Maio	5.514	4.074	14.027
Junho	5.487	4.089	13.919
Julho	5.442	4.253	13.944
Agosto	5.453	4.289	13.970
Setembro	5.368	4.269	14.105
Outubro	5.351	4.294	14.124
Novembro	5.358	4.183	14.196
Dezembro	5.319	4.141	14.224
Jan.-dez./2010	5.461	4.180	13.948

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.4
PEA por faixa etária
(Em mil pessoas)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003	127	616	4.073	13.041	3.272
2004	107	598	4.090	13.239	3.490
2005	64	521	3.989	13.457	3.662
2006	73	538	4.013	13.684	3.831
2007	64	496	3.986	13.964	4.025
2008	62	480	3.921	14.155	4.317
2009	95	569	3.996	12.506	4.573
2010					
Janeiro	40	391	3.689	14.369	4.802
Fevereiro	48	392	3.697	14.485	4.768
Março	53	414	3.754	14.529	4.786
Abril	51	438	3.707	14.585	4.750
Maio	57	439	3.753	14.532	4.860
Junho	48	445	3.695	14.463	4.875
Julho	60	433	3.692	14.580	4.899
Agosto	56	463	3.718	14.657	4.842
Setembro	39	420	3.740	14.699	4.864
Outubro	40	448	3.780	14.625	4.637
Novembro	41	419	3.721	14.620	4.956
Dezembro	42	405	3.702	14.595	4.422
Jan.-dez./2010	48	426	3.721	14.561	4.788

Fonte: PME/IBGE.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.5

Taxa de participação por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2003	51,3	57,6	56,3	54,8	59,8	56,7	57,1	59,9	57,3
2004	49,8	57,8	57,2	55,0	59,9	56,3	57,2	59,0	57,3
2005	49,7	58,5	56,4	54,0	59,3	56,3	56,6	60,1	56,8
2006	51,2	57,6	58,1	54,1	59,2	56,6	56,9	58,7	57,0
2007	49,0	59,0	58,8	53,6	59,7	56,5	56,9	59,0	57,0
2008	47,3	56,8	59,1	54,0	60,1	57,5	57,0	61,2	57,3
2009	47,9	56,6	58,6	53,3	60,1	56,1	56,7	59,8	56,9
2010									
Janeiro	47,9	57,5	59,1	54,0	59,1	55,6	56,5	60,1	56,8
Fevereiro	49,1	56,7	58,9	54,6	59,2	56,1	56,8	59,9	57,0
Março	49,3	57,4	60,0	54,5	59,3	56,2	57,0	60,3	57,2
Abril	50,4	58,1	59,5	53,8	59,7	55,6	57,0	59,5	57,2
Maio	50,8	58,6	60,1	54,4	59,8	55,7	57,3	59,4	57,4
Junho	50,0	57,9	59,5	53,8	59,5	56,0	56,9	59,3	57,1
Julho	49,7	58,1	59,7	53,7	59,9	56,9	57,1	59,6	57,3
Agosto	49,9	57,8	60,3	54,2	59,8	57,3	57,3	59,9	57,5
Setembro	51,9	57,5	60,2	53,6	59,8	57,7	57,3	59,6	57,5
Outubro	51,5	57,6	60,6	53,3	60,0	58,1	57,4	59,8	57,6
Novembro	51,6	57,4	60,2	53,6	59,6	58,1	57,2	59,4	57,4
Dezembro	50,7	57,8	59,7	53,7	59,2	57,7	57,0	59,0	57,1
Jan.-dez./2010	50,2	57,7	59,8	53,9	59,6	56,8	57,1	59,7	57,2

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.6

Taxa de participação por gênero

(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2003	67,7	47,8
2004	67,3	48,3
2005	66,7	47,7
2006	66,8	48,1
2007	66,5	48,5
2008	66,6	48,7
2009	66,0	48,6
2010		
Janeiro	65,9	48,5
Fevereiro	66,3	48,6
Março	66,5	48,9
Abril	66,6	48,8
Maio	66,6	49,3
Junho	66,2	49,0
Julho	66,4	49,2
Agosto	66,6	49,3
Setembro	66,6	49,4
Outubro	66,7	49,4
Novembro	66,7	49,1
Dezembro	66,4	48,9
Jan.-dez./2010	66,5	49,0

Fonte: PME/IBGE.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.7

Taxa de participação por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8 - 10	> = 11
2003	42,1	58,9	76,2
2004	41,3	58,4	76,3
2005	39,9	56,9	75,9
2006	39,2	57,4	76,2
2007	38,1	57,2	76,2
2008	37,2	56,7	76,2
2009	36,1	55,6	75,7
2010			
Janeiro	36,0	54,7	74,9
Fevereiro	36,1	54,5	75,3
Março	36,3	54,3	75,6
Abril	35,9	54,4	75,8
Maio	35,9	54,8	76,2
Junho	35,7	54,4	75,7
Julho	35,4	55,7	75,9
Agosto	35,3	56,2	76,3
Setembro	34,9	56,5	76,3
Outubro	34,9	56,8	76,3
Novembro	34,8	56,6	75,9
Dezembro	34,6	56,2	75,5
Jan.-dez./2010	35,5	55,4	75,8

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.8

Taxa de participação por faixa etária

(Em %)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003	3,5	26,0	70,2	78,5	38,0
2004	3,0	25,5	70,8	78,8	38,2
2005	1,8	22,5	69,5	78,6	38,0
2006	2,0	23,6	70,6	79,1	38,3
2007	1,7	22,1	70,9	79,7	38,4
2008	1,7	21,7	70,7	79,9	39,2
2009	1,4	19,0	69,9	80,1	39,5
2010					
Janeiro	1,1	17,4	69,3	80,3	39,8
Fevereiro	1,3	17,7	69,7	80,3	39,8
Março	1,5	18,3	70,7	80,5	39,8
Abril	1,4	19,3	69,9	80,9	39,4
Maio	1,6	19,4	70,3	81,2	40,1
Junho	1,3	19,2	69,5	80,9	40,1
Julho	1,6	19,0	69,8	81,2	40,0
Agosto	1,5	20,2	70,5	81,1	40,0
Setembro	1,0	18,2	70,6	81,1	40,5
Outubro	1,1	20,1	70,9	81,1	40,4
Novembro	1,1	19,2	70,3	80,8	40,6
Dezembro	1,1	18,5	69,7	81,1	40
Jan.-dez./2010	1,3	18,9	70,1	80,9	40,0

Fonte: PME/IBGE.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.9

População economicamente inativa que gostaria de trabalhar

Período	Disponíveis		Não-disponíveis	Total
	Marginalmente ligadas à PEA ^a	Total		
2003	985	2.811	404	3.215
2004	1.024	2.806	365	3.171
2005	1.027	2.800	343	3.144
2006	992	2.566	371	2.938
2007	920	2.300	408	2.709
2008	817	2.077	386	2.463
2009	861	2.033	370	2.403
2010				
Janeiro	843	2.013	322	2.334
Fevereiro	796	1.951	335	2.287
Março	777	1.962	343	2.305
Abril	787	1.954	347	2.301
Maio	764	1.919	341	2.260
Junho	755	1.898	376	2.274
Julho	802	2.087	380	2.466
Agosto	746	2.021	441	2.463
Setembro	778	1.900	386	2.286
Outubro	785	1.926	444	2.370
Novembro	738	1.797	394	2.191
Dezembro	766	1.789	459	2.249
Jan.-dez./2010	778	1.935	381	2.315

Fonte: PME/IBGE.

^a Pessoas economicamente inativas que gostariam e estão disponíveis para trabalhar, e que estiveram na PEA no período de 358 dias anterior à semana de referência da pesquisa.

II. OCUPAÇÃO

TABELA II.1

Nível de ocupação por região metropolitana

(Em mil pessoas)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	total IBGE	CT	total
2003	1.267	1.332	1.910	4.712	7.703	1.598	18.520	1.239	19.759
2004	1.275	1.389	1.992	4.797	7.976	1.623	19.052	1.267	20.319
2005	1.289	1.455	2.049	4.851	8.243	1.666	19.554	1.340	20.894
2006	1.323	1.497	2.161	4.906	8.352	1.686	19.926	1.343	21.269
2007	1.329	1.581	2.252	4.969	8.586	1.718	20.435	1.389	21.824
2008	1.354	1.598	2.346	5.076	8.952	1.795	21.122	1.480	22.602
2009	1.385	1.648	2.372	5.088	9.002	1.781	21.276	1.474	22.750
2010									
Janeiro	1.412	1.677	2.411	5.242	9.062	1.801	21.605	1.498	23.103
Fevereiro	1.441	1.674	2.388	5.280	9.087	1.799	21.668	1.499	23.167
Março	1.464	1.692	2.451	5.221	9.127	1.793	21.748	1.517	23.265
Abril	1.486	1.719	2.449	5.164	9.211	1.791	21.820	1.502	23.322
Maio	1.491	1.716	2.483	5.194	9.186	1.808	21.878	1.503	23.381
Junho	1.489	1.705	2.480	5.194	9.190	1.820	21.878	1.509	23.387
Julho	1.456	1.707	2.494	5.223	9.294	1.846	22.020	1.526	23.546
Agosto	1.478	1.712	2.516	5.268	9.301	1.860	22.135	1.529	23.664
Setembro	1.544	1.724	2.521	5.247	9.366	1.880	22.282	1.530	23.812
Outubro	1.543	1.736	2.524	5.188	9.444	1.911	22.345	1.541	23.886
Novembro	1.537	1.744	2.517	5.271	9.415	1.914	22.398	1.534	23.932
Dezembro	1.534	1.775	2.526	5.299	9.395	1.922	22.450	1.544	23.994
Jan.-dez./2010	1.490	1.715	2.480	5.233	9.257	1.845	22.019	1.519	23.538

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA II.2

Nível de ocupação por gênero

(Em mil pessoas)

Período	Masculino	Feminino
2003	10.554	7.966
2004	10.777	8.275
2005	10.999	8.555
2006	11.149	8.777
2007	11.370	9.065
2008	11.687	9.435
2009	11.687	9.590
2010		
Janeiro	11.800	9.805
Fevereiro	11.856	9.813
Março	11.925	9.823
Abril	11.971	9.849
Maio	11.979	9.898
Junho	11.959	9.919
Julho	12.011	10.009
Agosto	12.096	10.039
Setembro	12.115	10.167
Outubro	12.191	10.155
Novembro	12.274	10.124
Dezembro	12.241	10.209
Jan.-dez./2010	12.035	9.984

Fonte: PME/IBGE.

TABELA II.3

Nível de ocupação por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em mil pessoas)

Período	0	1 - 3	4 - 7	8 - 10	> = 11
2003	561	1.174	4.572	3.531	8.647
2004	527	1.120	4.576	3.550	9.240
2005	479	1.089	4.508	3.604	9.842
2006	473	1.055	4.391	3.601	10.372
2007	424	976	4.336	3.662	11.007
2008	375	919	4.300	3.727	11.773
2009	367	881	4.074	3.694	12.235
2010					
Janeiro	357	851	4.050	3.784	12.544
Fevereiro	372	838	4.022	3.768	12.651
Março	359	866	4.066	3.699	12.740
Abril	342	862	3.984	3.718	12.887
Maio	349	884	3.943	3.654	13.022
Junho	359	850	3.957	3.708	12.973
Julho	350	828	3.932	3.858	13.027
Agosto	377	835	3.920	3.894	13.086
Setembro	363	815	3.905	3.903	13.276
Outubro	387	765	3.917	3.937	13.319
Novembro	353	796	3.941	3.850	13.437
Dezembro	352	765	3.967	3.833	13.515
Jan.-dez./2010	360	830	3.967	3.800	13.040

Fonte: PME/IBGE.

TABELA II.4

Nível de ocupação por faixa etária

(Em mil pessoas)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003	104	381	3.120	11.816	3.100
2004	88	385	3.167	12.086	3.327
2005	54	347	3.164	12.464	3.525
2006	61	362	3.168	12.646	3.689
2007	52	337	3.193	12.957	3.895
2008	51	341	3.267	13.266	4.196
2009	44	304	3.149	13.344	4.436
2010					
Janeiro	33	276	3.112	13.512	4.672
Fevereiro	41	283	3.071	13.630	4.644
Março	39	285	3.123	13.643	4.658
Abril	38	320	3.115	13.728	4.619
Maio	45	316	3.148	13.642	4.726
Junho	36	330	3.130	13.622	4.761
Julho	48	330	3.096	13.766	4.780
Agosto	50	341	3.160	13.863	4.722
Setembro	33	324	3.214	13.956	4.755
Outubro	32	346	3.278	13.892	4.797
Novembro	37	323	3.256	13.931	4.851
Dezembro	36	319	3.277	13.955	4.862
Jan.-dez./2010	39	316	3.165	13.762	4.737

Fonte: PME/IBGE.

II. OCUPAÇÃO

TABELA II.5

Nível de ocupação por posição na ocupação

(Em mil pessoas)

Período	Empregados				Conta-própria	Empregadores	Não-remunerados	Total
	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Não-remunerados				
2003	8.198	4.059	1.359	12	3.700	1.016	176	18.520
2004	8.331	4.292	1.382	9	3.872	1.001	166	19.052
2005	8.790	4.370	1.433	8	3.793	1.006	154	19.554
2006	9.179	4.315	1.470	7	3.817	987	151	19.926
2007	9.621	4.231	1.501	8	3.961	972	141	20.435
2008	10.263	4.157	1.598	8	3.978	979	138	21.122
2009	10.504	4.034	1.630	7	4.001	969	132	21.276
2010								
Janeiro	10.866	3.982	1.599	2	4.094	938	123	21.605
Fevereiro	10.984	3.911	1.627	7	4.039	982	118	21.668
Março	11.069	3.920	1.589	5	4.054	988	122	21.748
Abril	11.143	3.949	1.624	5	3.997	988	115	21.820
Maio	11.174	3.975	1.588	5	4.032	988	117	21.878
Junho	11.150	3.993	1.626	9	3.953	1.035	111	21.878
Julho	11.182	3.998	1.673	8	4.059	986	113	22.019
Agosto	11.246	4.016	1.684	6	4.072	994	117	22.135
Setembro	11.380	4.013	1.731	3	4.034	1.012	110	22.282
Outubro	11.369	4.013	1.757	9	4.088	1.007	104	22.345
Novembro	11.494	3.882	1.756	3	4.158	997	107	22.398
Dezembro	11.594	3.934	1.721	6	4.066	1.004	125	22.450
Jan.-dez./2010	11.221	3.966	1.665	6	4.054	993	115	22.019

Fonte: PME/IBGE.

TABELA II.6

Empregados por categoria de ocupação

(Em mil pessoas)

Período	Setor privado		Setor público			Domésticos	
	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Com carteira	Sem carteira
2002a	7.217	2.624	379	271	1.346	497	880
2003	7.349	2.879	355	272	1.359	494	908
2004	7.475	3.023	341	290	1.382	515	979
2005	7.866	3.057	353	280	1.433	571	1.034
2006	8.240	2.941	368	301	1.470	572	1.073
2007	8.663	2.844	359	301	1.501	599	1.086
2008	9.303	2.833	356	292	1.598	603	1.031
2009	9.509	2.698	385	293	1.630	609	1.043
2010							
Janeiro	9.822	2.658	416	253	1.599	629	1.071
Fevereiro	9.978	2.617	402	256	1.627	604	1.038
Março	10.000	2.645	447	256	1.589	622	1.019
Abril	10.117	2.644	417	283	1.624	608	1.023
Maio	10.128	2.660	444	304	1.588	602	1.012
Junho	10.150	2.675	416	317	1.626	584	1.003
Julho	10.190	2.705	399	306	1.673	594	986
Agosto	10.235	2.694	419	358	1.684	593	963
Setembro	10.337	2.718	430	314	1.731	612	981
Outubro	10.340	2.680	439	316	1.757	590	1.017
Novembro	10.449	2.579	456	315	1.756	588	989
Dezembro	10.544	2.628	444	285	1.721	605	1.021
Jan.-dez./ 2010	10.191	2.659	428	297	1.665	603	1.010

Fonte: PME/IBGE.

TABELA II.7

Nível de ocupação por setor de atividade

(Em mil pessoas)

Período	Indústria ⁽¹⁾	Construção	Comércio ⁽²⁾	Intermediação financeira ⁽³⁾	Adm. pública ⁽⁴⁾	Serviços domésticos	Outros serviços ⁽⁵⁾	Outras atividades ⁽⁶⁾
2003	3.257	1.398	3.736	2.486	2.929	1.402	3.160	152
2004	3.366	1.394	3.794	2.607	2.992	1.494	3.271	134
2005	3.452	1.417	3.854	2.717	3.065	1.605	3.316	127
2006	3.465	1.433	3.901	2.843	3.125	1.644	3.390	125
2007	3.480	1.476	3.967	3.039	3.193	1.685	3.466	129
2008	3.601	1.538	4.065	3.186	3.355	1.635	3.625	117
2009	3.527	1.568	4.086	3.247	3.434	1.652	3.648	113
2010								
Janeiro	3.544	1.634	4.144	3.325	3.383	1.700	3.768	108
Fevereiro	3.560	1.664	4.166	3.335	3.367	1.642	3.812	122
Março	3.550	1.706	4.077	3.432	3.404	1.641	3.817	121
Abril	3.591	1.695	4.078	3.390	3.506	1.631	3.815	115
Maio	3.618	1.708	4.032	3.403	3.575	1.614	3.809	120
Junho	3.657	1.665	4.085	3.358	3.556	1.586	3.840	132
Julho	3.717	1.649	4.115	3.356	3.623	1.581	3.860	120
Agosto	3.708	1.643	4.076	3.414	3.694	1.556	3.923	122
Setembro	3.686	1.639	4.085	3.475	3.695	1.593	3.979	129
Outubro	3.718	1.628	4.186	3.429	3.683	1.607	3.965	129
Novembro	3.709	1.633	4.264	3.404	3.700	1.577	4.001	111
Dezembro	3.753	1.629	4.340	3.394	3.596	1.626	3.996	116
Jan.-dez./2010	3.651	1.658	4.137	3.393	3.565	1.613	3.882	120

Fonte: PME/IBGE.

1 - Indústria Extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

2 - Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e com. a varejo de combustíveis.

3 - Serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira.

4 - Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social.

5 - Atividades de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

6 - Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; e atividades mal especificadas.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

TABELA III.1
Admissões por UF

	2003 ^a	2004 ^a	2005 ^a	2006 ^a	2007 ^a	2008 ^a	2009 ^a	Jan./2010	Fev./2010	Mai./2010	Mar./2010	Abr./2010	Mai./2010	Jun./2010	Jul./2010	Ago./2010	Set./2010	Out./2010	Nov./2010	Dez./2010	Jan.-Dez./ 2010 ^b
RO	55.768	65.619	69.691	69.649	79.334	95.132	125.909	10.693	11.627	14.074	14.074	13.343	14.537	13.242	14.725	14.847	14.049	14.049	14.036	9.392	158.614
AC	10.728	11.884	14.943	17.580	16.278	21.148	23.790	1.566	2.239	2.200	2.200	2.219	2.598	2.822	2.724	2.898	2.531	2.271	2.180	1.837	28.085
AM	88.113	117.620	131.903	143.625	161.560	184.960	163.680	14.199	14.140	17.930	17.930	15.863	17.938	17.064	17.415	20.075	18.162	18.574	16.536	11.921	199.837
RR	5.966	7.311	8.228	7.937	9.522	13.001	13.592	1.472	1.351	1.593	1.593	1.440	1.376	1.382	1.376	1.587	1.614	1.684	1.491	1.160	17.526
PA	160.830	201.677	208.479	221.093	243.209	272.339	254.970	20.860	22.444	22.582	22.582	22.490	24.257	26.289	26.733	30.006	27.385	25.484	26.131	20.279	294.940
AP	10.699	12.901	14.584	15.290	18.041	21.656	20.429	1.691	2.064	1.572	1.572	2.032	1.841	1.999	1.964	2.249	2.153	1.942	1.974	1.501	22.982
TO	32.726	41.636	42.363	44.209	52.139	59.515	57.791	4.645	5.796	5.986	5.986	5.237	6.497	6.672	6.578	7.048	5.872	5.595	5.458	4.086	69.470
MA	62.670	70.431	85.854	94.335	111.763	144.739	137.645	11.289	12.028	15.732	15.732	16.055	14.112	16.948	16.816	16.798	16.040	15.862	16.442	11.962	180.084
PI	46.111	48.839	54.121	59.823	61.787	73.860	79.490	6.979	7.188	10.533	10.533	9.071	8.566	9.734	8.847	9.374	9.026	8.935	8.931	6.322	103.526
CE	210.383	227.205	240.637	267.041	295.833	345.458	379.204	30.839	34.974	38.232	38.232	36.867	37.619	37.930	39.425	43.236	41.893	38.527	38.672	29.987	448.201
RN	105.122	137.285	137.839	146.967	146.384	161.965	151.630	12.681	12.204	15.656	15.656	14.713	15.515	15.549	16.162	19.829	17.945	15.329	14.990	11.867	182.440
PB	67.107	73.471	79.613	84.592	92.780	103.426	109.139	8.529	9.805	10.154	10.399	10.399	10.726	10.166	11.383	16.667	14.303	10.980	10.763	8.137	132.012
PE	251.413	274.965	311.754	333.564	353.967	408.028	439.804	34.937	32.647	39.321	39.321	37.978	46.442	45.948	43.682	56.899	74.147	54.721	48.298	39.723	554.743
AL	93.277	99.851	103.837	110.055	109.173	120.327	121.070	6.218	5.897	7.641	7.641	7.542	8.609	6.883	8.158	9.130	35.452	14.756	12.441	8.490	131.217
SE	52.951	61.982	64.234	70.359	75.928	87.510	89.875	7.434	8.401	8.953	8.953	7.965	8.215	9.373	9.656	9.727	9.742	12.387	9.864	7.171	108.888
BA	349.688	406.076	470.493	473.212	531.251	610.700	634.547	58.740	52.408	64.478	64.478	62.342	68.881	60.628	65.063	68.955	68.647	67.241	65.676	48.881	751.940
MG	1.275.231	1.452.415	1.579.880	1.706.007	1.820.555	2.069.420	1.990.200	159.019	172.549	218.484	218.484	206.237	226.009	210.746	201.612	219.328	201.719	188.249	182.732	143.349	2.330.033
ES	222.795	255.143	291.455	314.285	339.581	390.245	370.548	31.088	33.379	37.428	37.428	40.199	44.148	37.353	34.766	36.368	32.343	32.386	32.263	27.499	419.220
RJ	863.172	930.436	1.017.193	1.047.227	1.168.783	1.361.327	1.353.607	116.014	119.894	145.936	145.936	122.926	136.019	130.052	134.058	144.805	138.526	135.248	141.339	119.927	1.584.744
SP	2.972.094	3.426.878	3.811.240	4.074.928	4.635.279	5.380.429	5.051.210	445.563	500.536	600.453	600.453	544.116	540.865	515.692	500.190	536.695	503.354	495.932	476.711	378.586	6.038.693
PR	735.432	860.828	898.971	933.008	1.067.382	1.250.348	1.195.644	106.788	114.656	140.203	140.203	122.752	120.075	117.185	121.957	124.866	118.716	117.667	115.112	83.570	1.403.547
SC	556.244	655.009	692.088	730.675	830.160	950.005	928.396	92.225	103.020	108.480	108.480	94.408	89.143	85.889	87.694	93.675	92.908	94.985	90.852	64.997	1.098.276
RS	777.864	914.638	869.708	881.310	986.199	1.161.486	1.112.226	106.962	116.928	146.469	146.469	119.618	112.512	110.862	110.939	119.177	108.010	116.764	119.595	93.634	1.382.470
MS	140.349	162.065	163.467	170.662	193.899	242.953	229.386	18.271	21.793	24.845	24.845	23.816	21.832	21.628	20.904	21.594	21.112	20.301	20.566	14.374	251.036
MT	201.391	253.451	240.380	227.021	268.853	327.013	324.160	30.886	31.142	31.108	31.108	31.756	29.943	31.769	30.735	30.577	29.911	30.866	27.830	20.191	328.714
GO	301.347	346.598	380.208	386.167	454.710	545.751	543.775	47.105	51.184	60.085	60.085	60.842	56.708	53.889	54.613	55.197	53.029	53.077	50.916	39.589	636.234
DF	159.672	180.282	195.838	200.528	216.939	256.590	285.923	23.769	25.749	29.897	29.897	27.849	28.329	25.388	26.144	29.052	28.996	26.723	25.073	22.131	319.100
Total	9.809.343	11.296.496	12.179.001	12.831.149	14.341.289	16.659.331	16.187.640	1.410.462	1.526.321	1.820.045	1.820.045	1.660.075	1.693.332	1.623.079	1.614.319	1.740.659	1.688.585	1.620.535	1.576.872	1.230.563	19.204.847

Fonte: CAGED/MTE.

^a Some dos meses de janeiro a dezembro.

^b Os dados diferem do acumulado do ano do CAGED, que inclui as declarações recebidas fora do prazo e os acertos no período de janeiro a novembro de 2010.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

TABELA III.2
Desligamentos por UF

	2003 ^a	2004 ^b	2005 ^a	2006 ^b	2007 ^b	2008 ^b	2009 ^a	Jan./2010	Fev./2010	Mar./2010	Abr./2010	Mai./2010	Jun./2010	Jul./2010	Ago./2010	Set./2010	Out./2010	Nov./2010	Dez./2010	Jan.-Dez./ 2010b
RO	52.369	59.584	64.807	64.978	71.001	89.752	101.034	8.093	9.345	10.681	9.938	11.602	11.123	12.600	12.524	11.557	13.752	12.984	12.470	136.669
AC	10.881	11.064	12.607	16.400	16.374	20.649	21.821	1.768	1.886	2.195	1.828	1.965	2.235	2.345	2.032	2.326	2.718	2.603	2.832	26.733
AM	77.977	94.889	111.964	130.620	138.976	176.224	165.088	12.410	12.277	14.869	14.435	15.003	14.623	14.971	15.836	15.188	15.185	15.126	19.108	167.981
RR	5.719	6.397	6.765	7.269	8.180	12.427	12.403	1.006	1.011	1.404	1.267	1.493	1.204	1.496	1.160	1.014	1.436	1.214	1.318	15.023
PA	148.360	163.473	190.682	200.287	215.206	263.613	247.590	19.180	18.241	21.832	19.496	20.086	22.896	20.640	23.615	22.780	22.169	22.704	25.907	259.546
AP	10.938	9.995	13.273	13.878	16.337	19.707	20.238	1.549	1.250	1.776	1.436	2.001	1.895	1.987	1.756	1.823	1.541	1.959	1.858	20.831
TO	29.700	35.833	41.369	42.069	45.034	58.805	54.746	4.099	4.538	4.986	4.410	4.955	5.434	5.466	5.291	5.778	5.780	6.177	6.665	63.579
MA	56.577	60.392	72.972	80.603	95.585	125.395	142.429	10.473	9.768	11.940	10.941	12.356	12.246	12.343	14.384	12.842	11.930	14.555	18.369	152.147
PI	44.158	42.949	47.559	52.283	53.886	62.536	66.763	5.802	6.313	7.130	6.291	6.456	6.863	7.292	7.056	8.943	5.889	8.453	8.244	84.732
CE	191.938	195.965	209.762	233.481	256.111	304.017	314.768	33.093	29.274	31.782	29.296	31.294	31.612	31.479	30.915	31.900	32.604	31.822	30.343	375.414
RN	98.042	119.293	119.443	131.626	131.380	148.434	146.830	12.504	12.984	14.456	13.242	12.065	12.879	13.084	13.043	11.866	12.964	12.787	15.642	157.516
PB	70.459	60.758	68.845	71.516	80.623	93.531	95.848	8.467	1.010	14.171	10.605	7.620	7.579	8.954	8.203	8.282	7.601	8.377	9.692	100.561
PE	237.584	237.539	271.524	294.679	307.619	355.228	393.087	31.323	35.040	52.537	39.280	35.751	33.410	33.736	35.100	34.502	38.940	42.297	44.322	456.238
AL	82.405	90.169	98.132	98.000	109.678	117.005	113.249	7.131	17.092	25.444	14.210	7.413	6.950	7.275	7.655	7.196	7.727	8.307	8.740	125.140
SE	50.469	52.091	56.590	62.771	67.143	76.472	78.677	6.140	6.515	10.487	6.377	7.323	7.332	7.428	6.949	7.407	7.610	7.312	8.745	89.625
BA	323.186	353.352	406.541	448.123	472.531	569.778	563.377	44.316	46.320	54.252	51.752	52.580	56.923	56.926	57.748	58.360	60.182	54.995	66.184	660.538
MG	1.199.582	1.277.161	1.424.471	1.553.713	1.652.157	1.938.698	1.899.592	138.527	145.046	178.680	161.207	165.136	171.876	188.258	190.075	193.271	173.733	170.639	194.146	2.070.594
ES	209.792	219.136	250.795	282.316	314.507	360.871	351.573	27.498	29.280	33.374	30.941	36.394	39.002	33.798	31.948	29.783	29.256	29.206	35.150	385.630
RJ	804.625	822.606	896.082	931.069	1.023.997	1.206.731	1.264.732	111.603	111.596	123.964	107.603	113.769	113.715	119.972	119.884	116.877	115.677	109.374	130.030	1.394.064
SP	2.800.585	2.929.226	3.338.309	3.602.301	4.023.740	4.854.822	4.773.637	394.404	419.874	475.264	424.272	442.241	445.427	437.693	446.062	449.782	440.555	471.712	538.165	5.385.451
PR	673.062	738.180	826.597	846.612	945.021	1.139.445	1.126.560	92.877	100.946	117.006	102.159	100.944	106.739	109.234	103.469	104.678	102.713	104.859	115.440	1.261.064
SC	510.563	564.258	628.457	669.353	746.530	876.099	877.382	72.935	86.909	101.463	82.067	83.705	79.790	82.500	79.693	80.204	79.640	78.091	90.298	997.295
RS	730.183	797.816	843.445	829.211	891.875	1.070.932	1.048.000	88.085	97.210	118.215	99.189	103.001	102.997	101.270	103.502	97.871	98.172	97.866	111.828	1.219.206
MS	127.849	141.978	158.855	164.155	181.977	233.087	216.486	16.582	17.853	20.641	18.913	19.161	18.451	19.580	19.646	19.668	18.479	19.581	22.743	231.298
MT	185.078	225.683	246.156	222.890	244.297	304.120	318.748	22.034	24.295	31.771	28.335	29.279	26.482	27.819	28.300	29.468	30.390	30.862	30.605	339.640
GO	280.568	309.345	348.536	365.106	413.557	498.404	509.371	36.929	40.457	46.331	43.671	46.454	45.813	48.155	48.392	53.538	55.228	52.403	59.798	577.169
DF	151.261	154.088	170.482	187.154	200.575	230.345	268.501	20.215	21.463	26.979	21.846	25.244	24.631	26.222	27.006	24.806	23.860	22.360	29.431	294.083
Total	9.163.910	9.773.220	10.925.020	11.602.463	12.723.897	15.207.127	15.192.530	1.229.043	1.316.896	1.553.630	1.355.007	1.395.291	1.410.127	1.432.523	1.441.244	1.441.710	1.415.731	1.438.625	1.638.073	17.067.900

Fonte: CAGED/MTE.

^a Some dos meses de janeiro a dezembro.

^b Os dados diferem do acumulado do ano do CAGED, que inclui as declarações recebidas fora do prazo e os acertos no período de janeiro a novembro de 2010.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

TABELA III.3
Variação do nível de emprego por UF

	2003 ^a	2004 ^a	2005 ^a	2006 ^a	2007 ^a	2008 ^a	2009 ^a	Jan./2010	Fev./2010	Mar./2010	Abr./2010	Mai./2010	Jun./2010	Jul./2010	Ago./2010	Sep./2010	Out./2010	Nov./2010	Dez./2010	Jan.-Dez./2010b	
RO	3.399	6.035	4.884	4.671	8.333	5.380	24.875	2.600	2.282	3.393	3.405	2.935	2.119	2.125	2.323	2.492	297	1.052	1.052	-3.078	21.945
AC	-153	820	2.336	1.180	-96	499	1.969	-202	353	5	391	633	587	379	866	205	-447	-423	-423	-995	1.352
AM	10.136	22.731	19.939	13.005	22.584	8.736	-1.408	1.789	1.870	3.061	1.428	2.955	2.441	2.444	4.239	2.974	3.389	1.410	1.410	-7.187	20.813
RR	247	914	1.463	668	1.342	574	1.189	466	340	189	173	-117	178	-120	427	600	248	277	277	-158	2.503
PA	12.470	38.204	17.797	20.806	28.003	8.726	7.380	1.680	4.203	750	2.994	4.171	3.393	6.093	6.391	4.605	3.315	3.427	3.427	-5.628	35.394
AP	-239	2.906	1.311	1.412	1.704	1.949	191	142	814	-204	596	-160	104	-23	493	330	401	15	15	-357	2.151
TO	3.026	5.803	994	2.140	7.105	710	3.045	546	1.258	1.000	827	1.542	1.238	1.112	1.757	94	-185	-719	-2.579	5.891	
MA	6.093	10.039	12.882	13.732	16.178	19.344	-4.784	816	2.260	3.792	5.114	1.756	4.702	4.473	2.414	3.198	3.932	1.887	1.887	-6.407	27.937
PI	1.953	5.890	6.562	7.540	7.901	11.324	12.727	1.177	875	3.423	2.780	2.110	2.871	1.555	2.318	83	3.046	478	478	-1.922	18.794
CE	18.645	31.240	30.875	33.560	39.722	41.441	64.436	-2.254	5.700	6.450	7.571	6.325	6.318	7.946	12.321	9.993	5.923	6.850	6.850	-356	72.787
RN	7.080	17.992	18.396	15.341	15.004	13.531	4.800	177	-780	1.200	1.471	3.450	2.670	3.078	6.786	6.079	2.365	2.203	2.203	-3.775	24.924
PB	-3.352	12.713	10.768	13.076	12.157	9.895	13.291	62	-295	-4.017	-206	3.106	2.587	2.429	8.464	6.021	3.379	2.386	2.386	-1.555	22.361
PE	13.829	37.426	40.230	38.885	46.348	52.800	46.717	3.614	-2.393	-13.216	-1.302	10.691	12.538	9.946	21.799	39.645	15.781	6.001	6.001	-4.599	98.505
AL	10.872	9.682	5.705	12.055	-505	3.322	7.821	-913	-11.195	-17.803	-6.668	1.196	-67	883	1.475	28.256	7.029	4.134	4.134	-250	6.077
SE	2.482	9.891	7.644	7.588	8.785	11.038	11.198	1.294	1.886	-1.534	1.588	892	2.041	2.228	2.778	2.335	4.777	2.552	2.552	-1.574	19.263
BA	26.502	52.724	63.952	25.089	58.720	40.922	71.170	14.424	6.088	10.226	10.590	16.301	3.705	8.137	11.207	10.287	7.059	10.681	10.681	-17.303	91.402
MG	75.649	175.254	155.409	152.294	168.398	130.722	90.608	20.492	27.503	39.804	45.030	60.873	38.870	13.354	29.253	8.448	14.516	12.093	12.093	-50.797	259.439
ES	13.003	36.007	40.660	31.969	25.074	29.374	18.975	3.590	4.099	4.054	9.258	7.754	-1.649	968	4.420	2.560	3.130	3.057	3.057	-7.651	33.590
RJ	58.547	107.830	121.111	116.158	144.786	154.596	88.875	4.411	8.298	21.972	15.323	22.250	16.337	14.086	24.921	21.649	19.571	31.965	31.965	-10.103	190.680
SP	171.509	497.652	472.931	472.627	611.539	525.607	277.573	51.159	80.662	125.189	119.844	98.624	70.265	62.497	90.633	53.572	55.377	4.999	4.999	-159.579	653.242
PR	62.370	122.648	72.374	86.396	122.361	110.903	69.084	13.911	13.710	23.197	20.593	19.131	10.446	12.723	21.397	14.038	14.954	10.253	10.253	-31.870	142.483
SC	45.681	90.751	63.631	61.322	83.630	73.906	51.014	19.290	16.111	7.017	12.341	5.438	6.099	5.194	13.982	12.704	15.345	12.761	12.761	-25.301	100.981
RS	47.681	116.822	26.263	52.099	94.324	90.554	64.226	18.877	19.718	28.254	20.429	9.511	7.865	9.669	15.675	11.139	18.592	21.729	21.729	-18.194	163.264
MS	12.500	20.087	4.612	6.507	11.922	9.866	12.900	1.689	3.940	4.204	4.903	2.671	3.177	1.324	1.948	1.444	1.822	985	985	-8.369	19.738
MT	16.313	27.768	-5.776	4.131	24.556	22.893	5.412	8.852	7.125	-663	3.421	664	5.287	2.916	2.277	443	476	-3.032	-3.032	-10.414	17.352
GO	20.779	37.253	31.672	21.061	41.153	47.347	34.404	10.176	10.727	13.754	17.171	10.254	8.073	6.458	6.805	-509	-2.151	-1.487	-1.487	-20.209	59.062
DF	8.411	26.194	25.356	13.374	16.364	26.245	17.422	3.554	4.266	2.918	6.003	3.085	757	-78	2.046	4.190	2.863	2.713	2.713	-7.300	25.017
Total	645.433	1.523.276	1.253.981	1.228.686	1.617.392	1.452.204	995.110	181.419	209.425	266.415	305.068	298.041	212.952	181.796	299.415	246.875	204.804	138.247	138.247	-407.510	2.136.947

Fonte: CAGED/ITE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.

^b Os dados diferem do acumulado do ano do CAGED, que inclui as declarações recebidas fora do prazo e os acertos no período de janeiro a novembro de 2010.

TABELA III.4
Admissões por setor de atividade

	Extrativa mineral	Indústria transformadora	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
2003 ^a	33.158	2.040.075	39.441	976.269	2.274.583	3.390.358	72.855	1.031.572	1.032	9.809.343
2004 ^a	40.357	2.512.042	47.204	1.005.910	2.639.535	3.767.385	72.036	1.211.892	135	11.296.496
2005 ^a	45.115	2.551.984	63.288	1.091.798	2.912.498	4.218.210	97.546	1.198.355	207	12.179.001
2006 ^a	46.759	2.692.463	66.406	1.257.480	2.940.198	4.717.250	85.068	1.025.525	0	12.831.149
2007 ^a	48.370	3.126.985	61.347	1.428.582	3.298.542	4.969.393	97.321	1.310.749	0	14.341.289
2008 ^a	54.161	3.525.765	70.994	1.866.537	3.774.888	5.856.365	105.502	1.405.119	0	16.659.331
2009 ^a	42.915	3.147.085	77.608	1.950.078	3.783.528	5.802.755	112.804	1.270.867	0	16.187.640
2010	3.828	297.678	8.189	190.660	312.001	499.985	5.389	92.732	0	1.410.462
Janeiro	4.439	327.803	7.755	189.214	319.938	558.295	19.742	99.135	0	1.526.321
Fevereiro	5.334	408.277	8.988	227.513	390.708	648.279	13.765	117.181	0	1.820.045
Março	5.207	364.729	7.496	207.637	358.737	578.652	10.588	127.029	0	1.660.075
Abril	5.235	346.513	7.553	219.134	366.729	584.038	9.136	154.994	0	1.693.332
Maio	4.793	323.654	7.262	211.217	356.842	557.552	8.150	153.609	0	1.623.079
Junho	5.029	321.902	7.615	225.551	360.214	573.776	7.801	112.431	0	1.614.319
Julho	5.145	357.384	8.655	236.818	385.487	640.737	8.344	98.089	0	1.740.659
Agosto	5.401	372.215	7.128	221.363	387.542	598.744	6.298	89.894	0	1.688.585
Setembro	4.488	321.159	6.838	208.665	402.063	585.317	5.525	86.480	0	1.620.535
Outubro	4.719	278.232	6.810	195.114	441.333	566.747	4.441	79.476	0	1.576.872
Novembro	3.436	190.520	7.454	131.111	360.666	483.006	3.982	50.388	0	1.230.563
Dezembro	57.054	3.910.066	91.743	2.463.997	4.442.260	6.875.128	103.161	1.261.438	0	19.204.847

Fonte: CAGED/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.

^b Os dados diferem do acumulado do ano do CAGED, que inclui as declarações recebidas fora do prazo e os acertos no período de janeiro a novembro de 2010.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

TABELA III.5
Desligamentos por setor de atividade

	Extrativa mineral	Indústria transformadora	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
2003 ^a	26.553	1.911.284	36.294	974.424	2.048.675	3.130.073	63.025	973.374	208	9.163.910
2004 ^a	30.020	2.007.432	42.638	955.147	2.235.595	3.297.262	72.418	1.132.618	90	9.773.220
2005 ^a	35.585	2.374.436	49.755	1.006.745	2.522.683	3.648.505	75.947	1.211.233	131	10.925.020
2006 ^a	34.707	2.442.224	59.037	1.171.684	2.603.404	4.195.641	76.815	1.018.951	0	11.602.463
2007 ^a	38.608	2.732.401	53.595	1.251.827	2.893.451	4.382.290	82.069	1.289.656	0	12.723.897
2008 ^a	45.490	3.347.090	63.029	1.668.669	3.392.670	5.208.106	95.186	1.386.887	0	15.207.127
2009 ^a	40.879	3.136.220	72.624	1.772.893	3.486.371	5.302.578	94.729	1.286.236	0	15.192.530
2010	2.636	228.758	5.651	136.330	318.788	442.096	6.195	88.589	0	1.229.043
Janeiro	2.976	264.779	5.925	154.479	309.256	472.688	11.634	95.159	0	1.316.896
Fevereiro	3.911	335.837	7.395	188.884	361.289	541.884	7.615	106.815	0	1.553.630
Março	3.884	281.670	5.692	169.219	318.012	482.069	6.383	88.078	0	1.355.007
Abril	3.276	284.293	6.595	180.052	232.264	497.934	7.130	92.747	0	1.395.291
Maio	3.352	279.169	6.123	186.392	330.211	500.102	6.536	98.242	0	1.410.127
Junho	3.398	280.372	6.302	187.169	331.964	512.170	6.477	104.671	0	1.432.523
Julho	3.441	286.991	6.029	196.680	320.404	512.505	5.846	109.348	0	1.441.244
Agosto	3.431	278.010	6.141	199.687	332.491	504.542	4.577	112.831	0	1.441.710
Setembro	3.249	274.236	5.484	197.253	320.716	499.110	4.587	111.096	0	1.415.731
Outubro	3.466	287.425	5.655	202.965	309.997	487.574	4.286	137.257	0	1.438.625
Novembro	3.691	343.498	6.897	210.709	346.255	558.204	26.268	142.551	0	1.638.073
Dezembro	40.711	3.425.038	73.889	2.209.819	3.831.647	6.010.878	97.534	1.287.384	0	12.575.471
Jan.-dez./2010 ^b										

Fonte: CAGED/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.

^b Os dados diferem do acumulado do ano do CAGED, que inclui as declarações recebidas fora do prazo e os acertos no período de janeiro a novembro de 2010.

TABELA III.6

Varição do nível de emprego formal por setor de atividade

	Extrativa mineral	Indústria transformadora	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
2003 ^a	6.605	128.791	3.147	-48.155	225.908	260.285	9.830	58.198	824	645.433
2004 ^a	10.337	504.610	4.566	50.763	403.940	470.123	-382	79.274	45	1.523.276
2005 ^a	9.530	177.548	13.533	85.053	389.815	569.705	21.599	-12.878	76	1.253.981
2006 ^a	12.052	250.239	7.369	85.796	336.794	521.609	8.253	6.574	0	1.228.686
2007 ^a	9.762	394.584	7.752	176.755	405.091	587.103	15.252	21.093	0	1.617.392
2008 ^a	8.671	178.675	7.965	197.868	382.218	648.259	10.316	18.232	0	1.452.204
2009 ^a	2.036	10.865	4.984	177.185	297.157	500.177	18.075	-15.369	0	995.110
2010	1.192	68.920	2.538	54.330	-6.787	57.889	-806	4.143	0	181.419
Fevereiro	1.463	63.024	183	34.735	10.682	85.607	8.108	3.976	0	209.425
Março	1.423	72.440	1.593	38.629	29.419	106.395	6.150	10.366	0	266.415
Abril	1.323	83.059	1.804	38.418	40.725	96.583	4.205	38.951	0	305.068
Mai	1.959	62.220	958	39.082	43.465	86.104	2.006	62.247	0	298.041
Junho	1.441	44.485	1.139	24.825	26.631	57.450	1.614	55.367	0	212.952
Julho	1.631	41.530	1.313	38.382	28.250	61.606	1.324	7.760	0	181.796
Agosto	1.704	70.393	2.626	40.138	65.083	128.232	2.498	-11.259	0	299.415
Setembro	1.970	94.205	987	21.676	55.051	94.202	1.721	-22.937	0	246.875
Outubro	1.239	46.923	1.354	11.412	81.347	86.207	938	-24.616	0	204.804
Novembro	1.253	-9.193	1.155	-7.851	131.336	79.173	155	-57.781	0	138.247
Dezembro	-255	-152.978	557	-79.598	14.411	-75.198	-22.286	-92.163	0	-407.510
Jan.-dez./2010 ^b	16.343	485.028	16.207	254.178	519.613	864.250	5.627	-25.946	0	2.201.406

Fonte: CAGED/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.^b Os dados diferem do acumulado do ano do CAGED, que inclui as declarações recebidas fora do prazo e os acertos no período de janeiro a novembro de 2010.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.1

Taxa de desemprego por região metropolitana : PME

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2003	13,8	16,7	10,8	9,2	14,1	9,5	12,3	8,9	12,1
2004	12,7	16,0	10,6	9,0	12,6	8,6	11,5	8,1	11,2
2005	13,2	15,5	8,8	7,7	10,2	7,4	9,8	7,4	9,7
2006	14,6	13,7	8,5	7,9	10,5	8,0	10,0	6,9	9,8
2007	12,0	13,7	7,6	7,2	10,1	7,3	9,3	6,2	9,1
2008	9,3	11,5	6,5	6,8	8,4	5,9	7,9	5,4	7,7
2009	9,9	11,3	6,4	6,1	9,2	5,6	8,1	5,4	7,9
2010									
Janeiro	8,6	11,9	6,1	5,4	8,0	4,3	7,2	5,4	7,1
Fevereiro	8,8	11,0	6,5	5,6	8,1	5,1	7,4	5,6	7,3
Março	8,1	11,3	6,3	6,4	8,2	5,9	7,6	5,5	7,5
Abril	9,1	11,2	5,8	5,9	7,7	5,4	7,3	5,0	7,1
Maio	9,7	12,0	5,8	6,3	7,8	5,0	7,5	5,2	7,3
Junho	8,6	12,0	5,1	5,8	7,4	4,7	7,0	4,8	6,8
Julho	10,0	12,3	5,1	5,4	7,2	4,8	6,9	4,3	6,7
Agosto	9,0	11,7	5,2	5,7	6,8	4,6	6,7	4,5	6,5
Setembro	8,8	10,3	4,9	5,3	6,3	4,1	6,2	3,5	6,0
Outubro	8,0	9,9	5,3	5,7	5,9	3,7	6,1	3,4	5,9
Novembro	8,4	9,4	5,3	4,9	5,5	3,7	5,7	3,4	5,5
Dezembro	6,9	8,4	4,3	4,9	5,3	3,0	5,3	2,8	5,1
Jan.-dez./2010	8,7	11,0	5,5	5,6	7,0	4,5	6,7	4,5	6,6

Fontes: PME/IBGE e PME/lpades.

TABELA IV.2

Taxa de desemprego aberto: PED

(Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH
2003	12,7	14,6	11,0	17,1	13,6	12,2
2004	11,8	13,2	10,7	15,0	14,4	12,7
2005	10,6	12,4	10,3	14,3	13,8	11,0
2006	10,4	11,4	10,3	14,9	13,5	9,8
2007	10,1	11,5	9,6	13,9	12,4	8,8
2008	9,3	10,6	8,4	12,2	12,1	7,6
2009	10,0	10,5	8,6	12,2	11,5	8,0
2010						
Janeiro	8,0	9,7	7,3	11,1	10,6	7,8
Fevereiro	8,5	9,6	7,3	11,6	11,5	7,8
Março	9,6	10,1	7,7	12,4	11,5	8,3
Abril	9,8	10,1	7,8	12,2	11,5	8,0
Maio	9,7	10,1	7,7	12,3	11,2	7,9
Junho	9,5	9,9	7,5	11,3	10,8	6,9
Julho	9,4	9,5	7,1	11,6	10,3	6,7
Agosto	9,3	9,1	7,1	10,8	9,5	6,1
Setembro	8,7	8,6	7,0	10,7	9,1	6,0
Outubro	8,4	8,5	6,8	10,1	8,7	5,6
Novembro	8,1	8,6	6,2	10,1	8,4	5,9
Dezembro	7,4	8,5	5,8	9,8	8,0	5,7
Jan.-dez./2010	8,9	9,4	7,1	11,2	10,1	6,9

Fonte: PED/Dieese.

TABELA IV.3

Taxa de desemprego oculto por desalento: PED

(Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH
2003	2,1	3,6	2,0	3,4	4,7	2,8
2004	1,9	3,7	1,7	3,1	4,5	2,6
2005	1,6	3,0	1,4	2,8	4,1	2,7
2006	1,5	3,2	1,3	2,1	3,8	2,0
2007	1,3	2,9	1,1	1,7	3,5	1,6
2008	1,1	2,8	n.d.	2,3	3,1	1,3
2009	1,0	2,6	n.d.	2,3	3,1	1,2
2010						
Janeiro	1,1	2,4	n.d.	2,2	2,8	0,9
Fevereiro	1,1	2,3	n.d.	2,4	3,0	0,9
Março	1,0	2,5	n.d.	2,5	3,2	0,9
Abril	0,8	2,1	n.d.	2,0	3,1	1,0
Maio	0,9	2,0	n.d.	1,7	3,1	1,0
Junho	0,9	1,8	n.d.	1,6	2,9	0,9
Julho	0,9	1,8	n.d.	1,7	2,7	0,9
Agosto	0,8	2,0	n.d.	1,9	2,4	0,7
Setembro	0,8	2,1	n.d.	1,8	2,2	0,6
Outubro	n.d.	2,3	n.d.	1,7	2,0	0,6
Novembro	n.d.	2,3	n.d.	1,4	1,9	0,6
Dezembro	n.d.	2,3	n.d.	n.d.	1,8	0,6
Jan.-dez./2010	0,9	2,2	n.d.	1,9	2,6	0,8

Fonte: PED/Dieese.

TABELA IV.4

Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED

(Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH
2003	5,1	4,6	3,6	7,6	4,6	4,7
2004	5,1	4,2	3,6	7,6	4,5	4,1
2005	4,9	3,7	2,9	7,4	4,3	3,3
2006	4,1	4,2	2,8	6,7	4,1	2,2
2007	3,6	3,4	2,3	6,3	4,0	1,8
2008	3,1	3,0	2,0	5,9	4,5	1,1
2009	2,8	2,7	1,7	5,2	4,6	1,1
2010						
Janeiro	2,7	2,6	1,8	4,4	4,5	0,9
Fevereiro	2,6	2,2	1,6	4,9	4,5	1,0
Março	2,5	2,1	1,5	5,0	4,6	1,0
Abril	2,7	1,9	1,3	4,8	4,2	0,9
Maio	2,7	2,2	1,4	4,2	4,0	0,7
Junho	2,5	2,3	1,5	3,8	3,9	0,7
Julho	2,4	2,3	1,4	3,6	4,2	0,7
Agosto	2,2	2,2	1,3	3,6	4,0	0,7
Setembro	2,1	2,2	1,2	3,7	4,0	1,0
Outubro	1,9	2,4	1,1	3,6	3,4	1,0
Novembro	2,0	2,3	1,1	3,3	3,2	1,0
Dezembro	2,0	2,2	1,1	2,8	3,0	0,8
Jan.-dez./2010	2,4	2,2	1,4	4,0	4,0	0,9

Fonte: PED/Dieese.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.5

Taxa de desemprego total: PED

(Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH
2003	19,9	22,8	16,6	28,1	22,9	19,8
2004	18,8	21,1	15,9	25,7	23,3	19,4
2005	17,0	19,1	14,6	24,5	22,2	16,9
2006	15,9	18,8	14,4	23,7	21,4	14,0
2007	15,0	17,8	12,9	21,9	19,9	12,3
2008	13,5	16,7	11,3	20,3	19,7	10,0
2009	13,8	16,0	11,3	19,7	19,2	10,3
2010						
Janeiro	11,8	14,7	9,7	17,7	17,9	9,6
Fevereiro	12,2	14,1	9,6	18,8	19,0	9,7
Março	13,1	14,7	9,8	19,9	19,3	10,2
Abril	13,3	14,2	9,6	19	18,8	9,9
Maio	13,3	14,3	9,6	18,2	18,3	9,6
Junho	12,9	14,0	9,5	16,7	17,6	8,5
Julho	12,6	13,7	8,9	16,9	17,2	8,3
Agosto	12,3	13,4	8,7	16,3	15,9	7,5
Setembro	11,5	13,0	8,5	16,2	15,3	7,6
Outubro	10,9	13,1	8,2	15,4	14,1	7,2
Novembro	10,7	13,2	7,7	14,8	13,5	7,5
Dezembro	10,1	12,9	7,2	13,8	12,8	7,1
Jan.-dez./2010	12,1	13,8	8,9	17,0	16,6	8,6

Fonte: PED/Dieese.

TABELA IV.6

Taxa de desemprego por gênero : PME

(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2003	10,1	15,2
2004	9,1	14,4
2005	7,8	12,4
2006	8,1	12,2
2007	7,4	11,6
2008	6,1	10,0
2009	6,5	9,9
2010		
Janeiro	5,8	8,9
Fevereiro	6,0	9,0
Março	5,8	9,6
Abril	5,8	9,0
Maio	5,6	9,6
Junho	5,3	9,0
Julho	5,4	8,7
Agosto	5,2	8,6
Setembro	4,8	7,9
Outubro	4,6	7,8
Novembro	4,3	7,4
Dezembro	4,1	6,7
Jan.-dez./2010	5,2	8,5

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.7

Taxa de desemprego por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8 - 10	> = 11
2003	12,0	16,6	10,7
2004	10,5	15,8	10,4
2005	8,8	13,4	9,1
2006	8,9	13,6	9,2
2007	8,1	12,6	8,8
2008	6,7	10,6	7,5
2009	6,6	10,5	8,0
2010			
Janeiro	5,6	9,0	7,3
Fevereiro	5,6	9,8	7,3
Março	5,6	10,0	7,7
Abril	5,9	9,6	7,1
Maio	6,1	10,3	7,2
Junho	5,8	9,3	6,8
Julho	6,1	9,3	6,6
Agosto	5,9	9,2	6,3
Setembro	5,3	8,6	5,9
Outubro	5,2	8,3	5,7
Novembro	5,0	8,0	5,3
Dezembro	4,4	7,4	5,0
Jan.-dez./2010	5,5	9,1	6,5

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.8

Taxa de desemprego por faixa etária

(Em %)

Período	15 - 17	18 - 24	25 - 49	> = 50
2003	38,2	23,4	9,4	5,3
2004	35,4	22,5	8,7	4,7
2005	33,3	20,6	7,4	3,7
2006	32,6	21,1	7,6	3,7
2007	31,9	19,8	7,2	3,2
2008	28,8	16,6	6,3	2,8
2009	28,7	17,3	6,6	3,0
2010				
Janeiro	29,5	15,7	6,0	2,7
Fevereiro	27,9	16,9	5,9	2,6
Março	31,1	16,8	6,1	2,7
Abril	26,8	16,0	5,9	2,8
Maio	28,2	16,1	6,1	2,8
Junho	25,9	15,3	5,8	2,4
Julho	23,9	16,1	5,6	2,4
Agosto	26,4	15,0	5,4	2,5
Setembro	22,9	14,1	5,1	2,2
Outubro	22,9	13,3	5,0	2,0
Novembro	22,9	12,5	4,7	2,1
Dezembro	21,1	11,5	4,4	1,9
Jan.-dez./2010	25,8	14,9	5,5	2,4

Fonte: PME/IBGE.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.9

Taxa de desemprego por posição na família: PME

(Em %)

Período	Chefe	Outros
2003	7,2	16,9
2004	6,4	15,9
2005	5,6	13,6
2006	5,6	13,7
2007	5,0	12,9
2008	4,3	11,0
2009	4,5	11,2
2010		
Janeiro	4,0	10,1
Fevereiro	4,1	10,2
Março	4,2	10,6
Abril	3,9	10,2
Maio	4,1	10,4
Junho	3,8	9,7
Julho	3,9	9,6
Agosto	3,9	9,2
Setembro	3,4	8,7
Outubro	3,3	8,5
Novembro	3,2	7,9
Dezembro	2,9	7,4
Jan.-dez./2010	3,7	9,4

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.10

Composição do desemprego por gênero: PME

(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2003	45,4	54,6
2004	43,6	56,4
2005	43,5	56,5
2006	44,8	55,2
2007	43,3	56,7
2008	41,9	58,1
2009	43,5	56,5
2010		
Janeiro	43,4	56,6
Fevereiro	43,9	56,1
Março	41,4	58,6
Abril	42,9	57,1
Maio	40,3	59,7
Junho	40,5	59,5
Julho	41,6	58,4
Agosto	41,2	58,8
Setembro	40,9	59,1
Outubro	40,9	59,1
Novembro	40,3	59,7
Dezembro	41,6	58,4
Jan.dez./2010	41,6	58,4

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.11

Composição do desemprego por posição na família: PME

(Em %)

Período	Chefe	Outros
2003	27,6	72,4
2004	26,1	73,9
2005	26,4	73,6
2006	26,1	73,9
2007	24,8	75,2
2008	25,3	74,7
2009	26,0	74,0
2010		
Janeiro	26,0	74,0
Fevereiro	26,0	74,0
Março	25,5	74,5
Abril	24,7	75,3
Maio	25,3	74,7
Junho	25,4	74,6
Julho	25,8	74,2
Agosto	26,8	73,2
Setembro	25,0	75,0
Outubro	25,0	75,0
Novembro	25,5	74,5
Dezembro	25,0	75,0
Jan.-dez./2010	25,5	74,5

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.12

Composição do desemprego por faixa etária: PME

(Em %)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003	0,9	9,0	36,5	47,0	6,6
2004	0,7	8,6	37,4	46,7	6,6
2005	0,5	8,1	38,6	46,5	6,4
2006	0,5	7,9	38,2	46,9	6,4
2007	0,6	7,6	37,7	48,0	6,2
2008	0,6	7,6	36,0	49,1	6,7
2009	0,5	6,5	35,2	50,4	7,3
2010					
Janeiro	0,4	6,8	34,2	50,8	7,7
Fevereiro	0,4	6,3	36,3	49,7	7,2
Março	0,8	7,2	35,3	49,6	7,2
Abril	0,7	6,9	34,6	50,1	7,7
Maio	0,7	7,0	34,3	50,4	7,6
Junho	0,7	7,0	34,3	51,1	7,0
Julho	0,7	6,3	36,2	49,6	7,2
Agosto	0,4	7,6	34,9	49,6	7,5
Setembro	0,4	6,5	35,5	50,2	7,4
Outubro	0,5	7,1	34,7	50,8	6,9
Novembro	0,3	7,1	34,3	50,7	7,8
Dezembro	0,4	6,8	34,0	51,1	7,6
Jan.-dez./2010	0,5	6,9	34,9	50,3	7,4

Fonte: PME/IBGE.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.13

Composição do desemprego por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8 - 10	> = 11
2003	33,2	26,9	39,8
2004	29,9	26,9	43,2
2005	27,7	26,1	46,2
2006	26,4	25,7	47,8
2007	24,2	25,1	50,7
2008	22,5	24,6	52,9
2009	20,3	23,3	56,4
2010			
Janeiro	18,7	22,3	59,0
Fevereiro	18,1	23,9	58,1
Março	17,4	23,1	59,5
Abril	19,3	23,1	57,6
Maio	19,2	23,8	57,0
Junho	19,5	23,1	57,4
Julho	20,2	24,0	55,8
Agosto	20,1	24,7	55,2
Setembro	19,3	24,7	56,0
Outubro	19,5	24,7	55,8
Novembro	19,7	24,5	55,8
Dezembro	18,7	24,6	56,7
Jan.-dez./2010	19,1	23,9	57,0

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.14

Composição do desemprego por faixa de duração

(Em %)

Período	<1	1 - 6	7 - 11	12 - 23	> = 24
2003	18,3	47,6	10,8	12,0	11,4
2004	20,5	43,6	9,8	13,5	12,6
2005	22,5	43,9	9,1	12,7	11,8
2006	21,6	46,5	9,3	12,4	10,2
2007	24,3	46,7	8,3	12,2	8,5
2008	23,8	48,9	8,4	10,7	8,3
2009	25,8	49,7	8,9	9,1	6,6
2010					
Janeiro	30,3	42,8	8,0	10,7	8,2
Fevereiro	25,9	48,0	7,4	11,0	7,7
Março	24,7	49,8	6,8	10,7	7,9
Abril	26,9	49,3	6,4	10,0	7,3
Maio	24,9	51,5	6,5	9,8	7,3
Junho	24,2	53,1	6,1	10,2	6,4
Julho	25,1	49,2	8,0	10,8	6,9
Agosto	23,4	49,3	8,9	11,0	7,4
Setembro	24,2	48,9	10,4	8,5	8,0
Outubro	26,4	49,2	8,2	9,5	6,7
Novembro	25,7	50,2	6,8	9,3	8,1
Dezembro	25,6	48,2	6,9	10,8	8,5
Jan.-dez./2010	25,6	49,1	7,5	10,2	7,5

Fonte: PME/IBGE.

V. SEGURO-DESEMPREGO

TABELA V.1

Requerentes, segurados e valor médio do benefício

Período	Requerentes	Segurados	Taxa de habilitação	V.M.B. ^b
2003 ^a	5.051.407	4.971.712	98,42	1,38
2004 ^a	4.892.760	4.812.008	98,35	1,39
2005 ^a	5.473.693	5.362.968	97,98	1,36
2006 ^a	5.857.041	5.749.511	98,16	1,31
2007 ^a	6.290.818	6.182.997	98,29	1,29
2008 ^a	6.952.563	6.822.730	98,13	1,28
2009 ^a	7.485.475	7.330.864	97,93	1,28
2010				
Janeiro	649.823	636.723	97,98	1,25
Fevereiro	558.821	548.208	98,10	1,25
Março	754.863	741.379	98,21	1,25
Abril	604.879	594.406	98,27	1,25
Maio	627.678	617.201	98,33	1,25
Junho	609.010	598.794	98,32	1,25
Julho	637.817	626.991	98,30	1,26
Agosto	631.096	620.316	98,29	1,26
Setembro	597.613	587.132	98,25	1,27
Outubro	557.817	547.335	98,12	1,28
Novembro	617.312	605.076	98,02	1,29
Dezembro	510.321	499.895	97,96	1,30
Jan.-dez./2010	7.357.050	7.223.456	98,18	1,26

Fonte: MTE.

Nota: A atualização das estatísticas do seguro-desemprego estão sendo coletadas na seção SAEG.net, no site do Ministério do Trabalho e Emprego.

^a Os valores anuais se referem a soma dos valores dos respectivos anos diferentemente das demais tabelas que são médias.

^b Valor médio do benefício em SMR.

VI. RENDIMENTOS

TABELA VI.1

Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região

(Em R\$ de dezembro de 2010)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT ^b	Total
2003	888,25	982,56	1.097,17	1.212,15	1.428,99	1.183,21	1.252,48	1.196,59	1.248,57
2004	866,12	962,45	1.094,78	1.198,12	1.406,52	1.190,66	1.236,49	1.234,42	1.236,34
2005	893,91	980,43	1.119,61	1.223,98	1.423,96	1.176,18	1.255,46	1.224,62	1.253,31
2006	936,20	1.033,52	1.164,29	1.257,44	1.496,16	1.215,42	1.305,13	1.320,94	1.306,23
2007	961,14	1.059,90	1.206,51	1.330,34	1.523,62	1.266,77	1.346,77	1.333,73	1.345,86
2008	947,85	1.130,96	1.262,03	1.400,08	1.559,62	1.298,68	1.392,50	1.410,08	1.393,73
2009	937,93	1.169,94	1.313,66	1.445,27	1.608,85	1.357,77	1.436,69	1.492,06	1.440,56
2010									
Janeiro	949,07	1.147,42	1.381,67	1.443,27	1.603,74	1.402,45	1.445,51	1.544,57	1.452,45
Fevereiro	950,04	1.157,05	1.335,55	1.510,44	1.608,68	1.436,84	1.462,20	1.582,29	1.470,61
Março	995,59	1.143,23	1.363,37	1.507,92	1.619,20	1.406,00	1.467,42	1.571,40	1.474,69
Abril	966,49	1.186,24	1.331,34	1.525,77	1.607,83	1.460,69	1.468,22	1.544,41	1.473,55
Maio	1.008,65	1.225,26	1.319,35	1.488,47	1.589,27	1.453,50	1.455,15	1.496,66	1.458,05
Junho	1.042,85	1.211,07	1.367,47	1.492,13	1.589,12	1.458,40	1.462,99	1.520,23	1.466,99
Julho	1.065,02	1.227,71	1.434,37	1.522,68	1.623,54	1.440,35	1.494,87	1.609,20	1.502,87
Agosto	1.112,12	1.268,12	1.433,45	1.561,05	1.634,51	1.450,42	1.515,66	1.639,47	1.524,32
Setembro	1.132,91	1.283,55	1.458,40	1.603,82	1.641,65	1.468,68	1.534,92	1.634,81	1.541,92
Outubro	1.165,60	1.316,47	1.434,00	1.629,69	1.635,70	1.448,37	1.538,89	1.597,33	1.542,98
Novembro	1.162,43	1.269,63	1.387,22	1.627,11	1.623,73	1.474,45	1.526,36	1.685,48	1.537,50
Dezembro	1.062,50	1.233,50	1.403,90	1.638,80	1.611,80	1.463,90	1.515,10	1.606,10	1.521,47
Jan.-dez./2010	1.051,11	1.222,44	1.387,51	1.545,93	1.615,73	1.447,00	1.490,61	1.586,00	1.497,28

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período mar.-dez.

^b Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.

TABELA VI.2

Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região

(Em R\$ dezembro de 2010)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT ^a	Total
2003	868,18	976,24	1.088,32	1.214,28	1.403,72	1.169,33	1.238,64	1.160,29	1.233,15
2004	842,03	956,81	1.088,25	1.198,20	1.423,56	1.185,43	1.240,59	1.188,89	1.236,97
2005	898,40	1.000,62	1.127,78	1.229,51	1.447,24	1.185,66	1.270,07	1.212,85	1.266,07
2006	956,87	1.052,82	1.180,53	1.266,47	1.527,57	1.230,34	1.326,12	1.333,79	1.326,65
2007	985,48	1.094,79	1.219,33	1.347,25	1.558,04	1.291,60	1.373,13	1.370,12	1.372,92
2008	970,75	1.136,90	1.281,93	1.439,31	1.602,35	1.332,54	1.426,90	1.419,51	1.426,38
2009	954,53	1.173,15	1.327,07	1.471,30	1.638,43	1.389,25	1.460,91	1.510,31	1.464,37
Jan.-Nov./2009	919,46	1.161,37	1.287,98	1.439,25	1.609,83	1.352,32	1.430,49	1.471,54	1.433,36
2010									
Janeiro	934,33	1.157,14	1.295,10	1.502,47	1.606,90	1.436,27	1.453,93	1.572,46	1.462,23
Fevereiro	973,84	1.134,23	1.332,62	1.499,05	1.611,71	1.401,23	1.456,35	1.566,90	1.464,09
Março	948,04	1.186,91	1.302,99	1.521,30	1.612,73	1.454,33	1.464,51	1.545,52	1.470,18
Abril	979,39	1.219,33	1.294,27	1.482,43	1.579,53	1.444,27	1.443,58	1.490,78	1.446,88
Maio	1.013,98	1.198,10	1.330,29	1.476,41	1.579,14	1.443,82	1.446,73	1.505,42	1.450,84
Junho	1.034,66	1.217,00	1.401,75	1.507,29	1.615,41	1.430,92	1.480,46	1.604,30	1.489,13
Julho	1.075,25	1.253,79	1.401,01	1.544,85	1.625,20	1.439,64	1.499,19	1.632,09	1.508,49
Agosto	1.108,40	1.277,69	1.420,72	1.591,71	1.644,23	1.451,65	1.525,02	1.632,95	1.532,58
Outubro	1.143,49	1.310,19	1.412,67	1.625,39	1.634,47	1.439,56	1.532,06	1.601,41	1.536,91
Novembro	1.150,51	1.273,96	1.366,94	1.635,19	1.630,52	1.469,81	1.527,93	1.697,74	1.539,81
Dezembro	1.124,09	1.252,26	1.403,34	1.696,96	1.714,09	1.492,74	1.579,90	1.643,34	1.584,34
Jan.-nov./2010	1.044,18	1.225,51	1.360,15	1.553,00	1.623,08	1.445,84	1.491,79	1.590,26	1.498,68

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.

TABELA VI.3

Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação

(Em R\$ de dezembro de 2010)

Período	Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
	Com carteira	Sem carteira	Total			
2003	1.273,07	798,32	1.139,50	1.839,79	988,24	1.252,48
2004	1.269,23	793,19	1.132,22	1.801,30	981,84	1.236,49
2005	1.258,25	827,26	1.137,64	1.869,21	1.001,53	1.255,46
2006	1.301,28	852,84	1.183,77	1.971,48	1.048,36	1.305,13
2007	1.313,55	895,38	1.211,18	2.092,95	1.117,26	1.346,77
2008	1.340,19	906,99	1.240,60	2.178,36	1.163,37	1.392,50
2009	1.371,63	952,00	1.279,40	2.294,02	1.201,92	1.436,69
2010						
Janeiro	1.370,16	974,34	1.286,49	2.359,12	1.227,45	1.445,51
Fevereiro	1.393,53	1.042,85	1.321,51	2.326,94	1.218,76	1.462,20
Março	1.385,71	1.050,68	1.316,35	2.313,56	1.226,03	1.467,42
Abril	1.390,07	991,90	1.308,52	2.321,25	1.222,02	1.468,22
Maio	1.379,17	1.030,61	1.307,30	2.271,69	1.188,00	1.455,15
Junho	1.358,02	1.021,52	1.288,41	2.339,96	1.204,21	1.462,99
Julho	1.392,26	1.093,18	1.330,00	2.335,10	1.232,84	1.494,87
Agosto	1.414,34	1.052,55	1.339,70	2.405,22	1.243,33	1.515,66
Setembro	1.413,38	1.075,06	1.343,65	2.451,07	1.275,04	1.534,92
Outubro	1.412,16	1.087,71	1.345,95	2.503,32	1.300,05	1.538,89
Novembro	1.393,82	1.076,92	1.331,83	2.510,09	1.291,07	1.526,36
Dezembro	1.404,70	1.072,00	1.339,10	2.487,50	1.263,10	1.515,10
Jan.-dez./2010	1.392,28	1.047,44	1.321,57	2.385,40	1.240,99	1.490,61

Fonte: PME/IBGE.

TABELA VI.4

Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação

(Em R\$ de agosto de 2010)

Período	Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
	Com carteira	Sem carteira	Total			
2003	1.296,95	769,05	1.148,11	1.853,73	940,89	1.238,64
2004	1.301,39	776,48	1.149,89	1.832,98	954,27	1.240,59
2005	1.298,75	812,90	1.163,79	1.922,84	985,37	1.270,07
2006	1.353,51	838,01	1.219,28	2.058,39	1.022,18	1.326,12
2007	1.376,06	890,67	1.258,51	2.196,57	1.085,73	1.373,13
2008	1.402,77	891,74	1.286,14	2.289,48	1.145,49	1.426,90
2009	1.420,06	939,64	1.315,46	2.385,72	1.181,09	1.460,91
Jan.-nov./2009	1.380,51	928,71	1.281,68	2.304,10	1.173,75	1.430,49
2010						
Janeiro	1.400,05	1.021,91	1.322,48	2.348,81	1.168,72	1.453,93
Fevereiro	1.389,45	1.022,99	1.313,57	2.320,04	1.192,84	1.456,35
Março	1.393,60	979,56	1.308,78	2.326,23	1.203,60	1.464,51
Abril	1.378,21	1.009,02	1.302,13	2.277,33	1.166,04	1.443,58
Maio	1.349,81	994,67	1.276,19	2.324,36	1.180,09	1.446,73
Junho	1.388,24	1.071,07	1.322,24	2.401,44	1.204,01	1.480,46
Julho	1.406,67	1.022,17	1.327,22	2.394,57	1.223,79	1.499,19
Agosto	1.411,05	1.047,71	1.336,20	2.456,49	1.259,29	1.525,02
Setembro	1.416,04	1.069,94	1.345,49	2.515,99	1.273,61	1.532,06
Outubro	1.402,10	1.062,62	1.335,69	2.531,14	1.282,17	1.527,93
Novembro	1.504,22	1.071,68	1.418,98	2.629,55	1.271,65	1.579,90
Jan.-nov./2010	1.403,59	1.033,94	1.328,09	2.411,45	1.220,53	1.491,79

Fonte: PME/IBGE.

VI. RENDIMENTOS

TABELA VI.5

Salário mínimo real

(Em R\$ de setembro de 2010)

Período	SMR	
2003	157,53	
2004	184,22	
2005	220,52	
2006	267,96	
2007	307,86	
2008	360,42	
2009	426,31	
2010		
	Janeiro	483,25
	Fevereiro	486,63
	Março	490,08
	Abril	493,66
	Mai	495,78
	Junho	495,24
	Julho	494,89
	Agosto	494,54
	Setembro	497,21
	Outubro	501,79
	Novembro	506,96
	Dezembro	510,00
	Jan.-dez./2010	495,84

Fonte: PME/IBGE.

VII. INFORMALIDADE

TABELA VII.1

Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana (Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2003	24,6	22,0	21,4	20,5	23,1	18,6	21,9	17,1	21,6
2004	23,9	21,2	22,2	20,7	24,4	19,0	22,5	17,8	22,2
2005	23,5	22,4	20,8	20,4	24,3	19,1	22,3	16,3	22,0
2006	23,6	22,8	20,4	19,6	23,2	18,9	21,7	14,9	21,2
2007	22,2	21,9	20,7	18,6	21,9	18,8	20,7	15,0	20,4
2008	19,8	22,0	19,4	18,2	20,4	18,4	19,7	16,8	19,5
2009	17,9	20,0	18,2	17,9	20,1	17,0	19,0	14,6	18,7
2010									
Janeiro	17,6	19,6	17,7	18,1	19,0	16,9	18,4	15,0	18,2
Fevereiro	18,8	19,2	17,4	17,6	18,6	15,8	18,1	14,8	17,8
Março	18,6	18,4	18,4	16,8	19,0	15,2	18,0	14,1	17,8
Abril	18,5	19,0	18,8	16,9	18,9	15,3	18,1	14,1	17,8
Maio	18,2	19,5	18,4	17,1	18,9	15,8	18,2	13,7	17,9
Junho	17,1	19,3	17,9	18,0	19,1	15,2	18,3	13,5	17,9
Julho	18,3	19,7	18,1	17,9	18,3	16,6	18,2	13,0	17,8
Agosto	19,7	19,8	18,2	17,7	18,1	17,0	18,1	13,5	17,8
Setembro	18,6	19,8	18,4	17,5	18,0	17,0	18,0	12,8	17,7
Outubro	18,1	20,1	18,4	16,8	18,2	17,4	18,0	12,2	17,6
Novembro	17,8	19,8	17,0	16,8	17,4	16,0	17,3	12,3	17,0
Dezembro	18,5	19,0	16,9	16,9	17,8	16,4	17,5	12,6	17,2
Jan.-dez./2010	18,3	19,4	18,0	17,3	18,4	16,2	18,0	13,5	17,7

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

ª Média referente ao período mar-dez.

n.d.= não disponível

TABELA VII.2

Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana (Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2003	24,1	22,4	19,4	22,6	17,5	19,5	20,0	20,6	20,1
2004	24,2	24,5	19,0	23,3	17,9	18,7	20,3	19,5	20,2
2005	22,6	23,1	18,6	23,2	16,5	17,8	19,4	19,5	20,2
2006	22,0	22,5	18,2	23,1	16,1	18,7	19,2	19,5	20,2
2007	21,2	22,7	17,8	22,8	17,2	18,2	19,4	19,8	19,4
2008	22,8	21,3	16,7	22,3	16,7	17,3	18,8	18,1	18,8
2009	23,3	21,4	16,6	22,4	16,4	17,7	18,8	19,1	18,8
2010									
Janeiro	23,2	22,4	16,8	22,5	16,5	17,5	18,9	17,6	18,9
Fevereiro	23,0	22,0	16,6	21,7	16,4	17,1	18,6	17,4	18,6
Março	22,6	22,8	16,0	21,7	16,5	17,2	18,6	18,4	18,6
Abril	22,1	22,0	16,0	21,0	16,3	17,4	18,3	18,2	18,3
Maio	21,3	22,3	16,2	21,3	16,4	17,2	18,4	18,1	18,4
Junho	20,4	22,2	15,8	20,8	16,0	17,8	18,1	17,8	18,1
Julho	21,1	21,1	15,8	21,0	16,9	17,7	18,4	17,5	18,4
Agosto	21,0	21,5	15,8	21,4	16,6	17,4	18,4	17,6	18,3
Setembro	21,1	20,5	15,1	21,9	16,1	17,1	18,1	18,4	18,1
Outubro	20,5	20,9	15,3	21,6	16,7	17,3	18,3	17,4	18,2
Novembro	20,7	20,7	15,7	22,3	16,7	17,6	18,6	17,8	18,5
Dezembro	20,8	20,5	15,9	21,7	16,0	17,1	18,1	17,8	18,1
Jan.-dez./2010	21,5	21,6	15,9	21,6	16,4	17,4	18,4	17,8	18,4

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

n.d.= não disponível

TABELA VII.3

Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2003	84,7	96,6	62,0	59,9	73,6	51,3	68,5	47,6	67,0
2004	74,2	91,8	78,8	54,6	74,9	48,4	67,5	51,8	66,4
2005	79,8	83,5	71,3	50,0	63,1	51,4	59,6	46,1	58,7
2006	91,8	81,7	63,9	56,2	59,1	55,0	61,3	46,5	60,3
2007	81,2	86,3	54,8	53,5	51,3	52,6	54,2	37,5	53,0
2008	78,5	79,1	51,6	51,1	58,8	52,4	57,0	43,2	56,0
2009	81,7	63,3	48,9	53,9	50,2	47,7	50,9	49,8	50,8
Jan.-nov./2009	74,3	62,8	44,7	52,7	48,2	45,1	48,7	47,1	48,5
2010									
Janeiro	64,7	53,3	46,2	44,5	32,0	28,7	37,0	65,3	38,7
Fevereiro	73,4	65,8	56,5	48,7	25,8	34,8	35,8	35,2	35,8
Março	64,1	69,0	37,5	48,3	37,9	43,6	42,3	46,9	42,6
Abril	79,1	64,4	44,5	31,1	34,0	37,2	36,6	51,2	37,5
Mai	66,5	77,3	24,6	38,5	33,2	36,4	35,7	48,5	36,5
Junho	40,0	93,3	41,2	21,8	24,6	45,6	29,6	33,7	29,9
Julho	47,7	94,4	30,0	27,5	36,3	44,6	37,6	38,8	37,7
Agosto	61,9	74,1	34,0	42,0	26,1	38,3	34,7	59,0	36,1
Outubro	41,9	84,7	26,0	34,4	25,6	40,6	32,3	42,6	33,0
Novembro	64,5	90,2	43,6	34,3	22,2	33,7	31,9	50,7	33,2
Dezembro	74,5	82,3	33,1	48,8	33,6	35,9	40,4	46,9	40,8
Jan.-nov./2010	61,7	77,2	37,9	38,2	30,1	38,1	35,8	47,2	36,5

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA VII.4

Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2003	62,5	63,7	18,4	35,3	34,8	8,3	37,8	8,9	35,6
2004	49,9	57,4	19,6	29,7	34,8	13,7	36,3	10,5	34,4
2005	42,3	54,2	19,4	25,0	29,5	11,4	31,7	-0,6	29,2
2006	54,3	58,1	13,8	27,7	31,4	1,6	32,3	-3,1	29,3
2007	44,8	61,3	12,9	22,0	24,8	5,0	26,6	0,8	24,5
2008	46,9	58,5	10,2	16,9	19,3	6,3	22,3	3,1	20,8
2009	59,5	46,8	8,9	24,0	11,6	0,3	20,1	0,9	18,5
Jan.-nov./2009	52,4	46,8	6,9	21,0	9,4	-1,4	17,6	-1,2	16,1
2010									
Janeiro	54,1	38,9	9,9	29,8	10,3	-8,8	19,8	8,8	18,9
Fevereiro	66,3	52,5	6,1	21,9	6,4	-6,3	16,5	-3,8	14,8
Março	51,2	45,9	3,1	27,9	5,3	-9,5	15,8	7,4	15,2
Abril	46,5	51,9	7,3	20,5	12,5	-6,6	18,2	-1,5	16,6
Mai	33,5	55,1	3,6	17,2	7,9	-4,1	14,4	-10,3	12,3
Junho	31,2	45,7	6,7	21,4	8,4	-3,6	15,3	1,5	14,2
Julho	35,4	53,9	2,0	14,7	10,1	-4,0	14,9	-6,3	13,2
Agosto	28,7	41,8	-11,4	24,1	6,2	-10,9	12,1	-9,6	10,2
Outubro	32,3	38,4	-6,0	23,2	3,8	-7,1	11,2	-6,8	9,7
Novembro	27,8	36,6	-4,8	15,7	3,3	-3,2	9,4	-2,9	8,3
Dezembro	61,3	43,7	-1,7	21,0	14,8	-2,5	18,3	-3,8	16,4
Jan.-nov./2010	43,4	48,2	3,4	22,2	8,4	-6,7	15,9	-1,7	14,4

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Marco Aurélio Dias Pires

Everson da Silva Moura

Revisão

Luciana Dias Jabbour

Reginaldo da Silva Domingos

Andressa Vieira Bueno (Estagiária)

Leonardo Moreira de Souza (Estagiário)

Editoração Eletrônica

Bernar José Vieira

Cláudia Mattosinhos Cordeiro

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Luís Cláudio Cardoso da Silva

Livraria

SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - Térreo

70076-900 - Brasília - DF

Tel.: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em Adobe Garamond 11,5/14,5 (texto)
Frutiger 47 (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em AP 90g/m²
Cartão Supremo 250g/m² (capa)
Brasília-DF



Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada



Ministério do
Trabalho e Emprego

